

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DE
SISTEMAS PRODUTIVOS - PPGDRS

JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO DO SUL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DE PONTA PORÃ E ÁREA DE ABRANGÊNCIA

PONTA PORÃ – MS

2021

JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO
GROSSO DO SUL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DE PONTA PORÃ E ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Regional e de Sistema Produtivo (PPGDRS) da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.

Orientador: Prof. Dr. Omar Jorge Sabbag

PONTA PORÃ – MS

2021

F441s Ferreira, José dos Santos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e sua contribuição para o desenvolvimento regional de Ponta Porã e área de abrangência / José dos Santos Ferreira. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2021.

128 p.

Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Omar Jorge Sabbag

1. Desenvolvimento local/regional 2. Educação profissional
3. Rede Federal I. Sabbag, Omar Jorge II. Título

CDD 23. ed. - 378.013

JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE PONTA PORÃ E ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS.

Ponta Porã - MS, 18 de agosto de 2021.

Prof. Dr. Omar Jorge Sabbag
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho- UNESP
(Presidente / Orientador)

Profa. Dra. Rosenery Loureiro Lourenço
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS
(Membro Interno)

Prof. Dr. Izidro dos Santos de Lima Junior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS
(Membro Externo)

Dedico...

Dedico a minha esposa Sandra Lana, pela paciência e apoio de sempre.

As minhas filhas Sthefany e Yasmin, meus tesouros.

Aos meus pais, Sebastião Ferreira e Nadir Pereira dos Santos.

AGRADECIMENTOS

O interesse em pesquisar o Instituto Federal *Campus* Ponta Porã está relacionado à ligação que tenho com essa instituição. Uma delas é que sou servidor do IFMS *Campus* Ponta Porã desde dezembro de 2014. Mas antes de ser servidor, fui estudante na instituição, de 2013 a 2017, sendo egresso do curso superior de Tecnologia em Gestão no Agronegócio. Como servidor público do IFMS, atuei como Coordenador de Gestão Acadêmica do *Campus* Ponta Porã, convidado para assumir este desafio pelo Diretor Geral na época professor Rogério Cardoso (Tigrão), estive à frente da coordenação de 2015 a 2019, neste período a coordenação era composta por 5 setores: Central de Relacionamento-CEREL, Assistente de Alunos, Biblioteca, Serviço de Comunicação e Eventos – SECOE e Laboratório de Química, estar à frente de todas estas equipes me proporcionou um aprendizado enorme e uma grande satisfação.

E, no final de 2019, surgiu um convite para um desafio tão grande quanto ser Coordenador de Gestão Acadêmica, convidado pelo Diretor Geral eleito para gestão 2019/2023 professor Izidro dos Santos Lima Junior, para compor sua equipe de gestão na função Diretor de Administração do *Campus* Ponta Porã. Essa trajetória no IFMS me instigou a realizar esta pesquisa sobre a contribuição do IFMS *Campus* Ponta Porã para o desenvolvimento regional do município e da área de abrangência.

No decorrer desta pesquisa, tive ajuda de vários amigos a quem agradeço imensamente, um deles o professor Guilherme Cunha Princival. A equipe da Central de Relacionamento - CEREL que segurou as pontas no setor enquanto fui realizar processo seletivo para entrar no programa PPGDRS/UEMS: Rafael Faustino, Edson Dias e Cristiane Alves. A todos os excepcionais mestres com quem tive a oportunidade de aprender, vivenciar e realizar descobertas, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS de Ponta Porã, a minha vida não será a mesma, muito obrigado professores. Não posso esquecer dos ensinamentos primorosos da professora Rosenery Loureiro Lourenço, dos aprendizados com a professora Eliana Lamberti no estágio supervisionado. Aos meus colegas de mestrado turma 2019.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Omar Jorge Sabbag pela paciência, motivação, ensinamentos e orientações.

E a todos que mesmo não citados nominalmente estiveram presentes nesta jornada.

RESUMO

Esta pesquisa investiga qual a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul *Campus* Ponta Porã para o desenvolvimento regional da sua área de abrangência. Nesse processo de compreensão do tema proposto, fez-se um levantamento sobre a implantação e expansão dos Institutos Federais, a partir da Lei Federal nº11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual, em sua redação expressa que a interiorização do ensino técnico tem como objetivos impulsionar o desenvolvimento regional. Os aspectos metodológicos da pesquisa envolvem um estudo de caso que conta com análise bibliográfica e documental e aplicação de questionários, constituído de perguntas abertas e fechadas, aplicados através da ferramenta google docs. Os questionários foram aplicados aos egressos, servidores e colaboradores terceirizados da instituição. Foi aplicado também questionário para empresas da região que tenham ou que tiveram em seu quadro de colaboradores egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã, bem como, para equipe de gestão do *campus*. Pode-se, a partir dessa pesquisa, perceber que o IFMS Ponta Porã vem realizando esforços para aproximar-se da comunidade através de eventos e parcerias com os municípios e instituições da região. Nota-se ainda que, a formação profissional, nos cursos analisados apresentam boas perspectivas de inserção dos egressos no mercado de trabalho e aumento da renda. Pode-se inferir que a instituição não atende somente a educação empresarial, utilitarista e instrumental, mas também permite uma visão crítica, humanista, holística, uma vez que através da formação recebida na instituição os indivíduos têm condições de fazer escolhas e uma delas e de poder dar continuidade aos estudos na vida acadêmica. Percebe-se neste estudo que a instituição oportunizou a egressos, servidores e colaboradores terceirizados a possibilidade de realizar sonhos. As contribuições do IFMS de Ponta Porã para o desenvolvimento regional ocorrem com a formação de jovens e adultos para o mundo do trabalho, através do ingresso dos formandos no mercado de trabalho, com a realização de eventos científicos e culturais no município, por meio de parcerias com instituições locais e internacionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento local/regional. Educação profissional. Rede Federal.

ABSTRACT

This research investigates the contribution of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul Campus Ponta Porã to the regional development of its coverage area. In this process of understanding the proposed theme, a survey was carried out on the implementation and expansion of Federal Institutes, from Federal Law No. 11892, of December 29, 2008, which, in its wording expresses that the internalization of teaching technical aims to boost regional development. The methodological aspects of the research involve a case study that includes bibliographic and documental analysis and application of questionnaires, consisting of open and closed questions, applied through the google docs tool. Questionnaires were applied to graduates, servers and outsourced employees of the institution. A questionnaire was also applied to companies in the region that have or had graduates from the IFMS Campus Ponta Porã in their staff, as well as to the campus management team. Based on this research, it can be seen that the IFMS Ponta Porã has been making efforts to get closer to the community through events and partnerships with municipalities and institutions in the region. It is also noted that professional training in the courses analyzed present good prospects for the insertion of graduates in the labor market and increase in income. It can be inferred that the institution not only serves business, utilitarian and instrumental education, but also allows for a critical, humanistic, holistic view, since through the training received at the institution, individuals are able to make choices and one of them is be able to continue studies in academic life. It can be seen in this study that the institution gave graduates, servers and outsourced employees the opportunity to make dreams come true. The contributions of the IFMS of Ponta Porã to regional development occur with the training of young people and adults for the world of work, through the entry of graduates into the labor market, with the holding of scientific and cultural events in the municipality, through partnerships with local and international institutions.

Keywords: Local/regional development. Professional education. Federal Network.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da distribuição das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909.	23
Figura 2 - Mapa da distribuição dos IFs na 1º fase da expansão em 2005.	24
Figura 3 - Mapa da distribuição dos IFs na 2º fase da expansão em 2007.	25
Figura 4 - Mapa da distribuição dos IFs na 3º fase de expansão em 2011.	26
Figura 5 - Mapa das regiões de planejamento e localização dos dez Campi da Rede Federal em Mato Grosso do Sul.	29
Figura 6 - Mapa da localização da área de abrangência do IFMS Campus Ponta Porã.....	33
Figura 7 - Mapa da localização dos municípios da área de abrangência do IFMS <i>Campus</i> Ponta Porã.	33
Figura 8 - Vista aérea do Campus Ponta Porã	59
Figura 9 - Árvore das palavras com maior frequência, quando a pergunta é sobre a dificuldade de estudar no IFMS Campus Ponta Porã.....	855
Figura 10 - Árvore das palavras com maior frequência, quando a pergunta é qual a maior dificuldade para trabalhar no IFMS Campus Ponta Porã.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distância aproximada entre os municípios da área de abrangência e o Campus Ponta Porã.....	34
Tabela 2 - Origem dos egressos.....	75
Tabela 3 - Orçamento gasto com a política de Assistência Estudantil no IFMS <i>Campus</i> Ponta Porã.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População por situação de domicílio e sexo – 2010 (em %).	38
Gráfico 2 - População total estimada dos municípios da área de abrangência do Campus Ponta Porã 2020 (em %).	39
Gráfico 3 - Evolução das matrículas no IFMS <i>Campus</i> Ponta Porã no período de 2011 a 2021.	60
Gráfico 4 – Quantidade de respondentes por curso	73
Gráfico 5 - Política de Assistência Estudantil do IFMS	77
Gráfico 6 - Relevância da política de Assistência Estudantil do IFMS	78
Gráfico 7 - Sexo e idade dos egressos.	79
Gráfico 8 - Atuação profissional dos egressos.	80
Gráfico 9 - Dificuldades no exercício da profissão.	80
Gráfico 10 - Tempo de atuação na área de formação dos egressos.	81
Gráfico 11 - Atuação na área de formação antes de concluir o curso.	822
Gráfico 12 - Renda antes da formação no IFMS.	833
Gráfico 13 - Renda depois de formado no IFMS.	833
Gráfico 14 - Intenção dos egressos em continuar estudando.	844
Gráfico 15 - Sonho realizado após a formação no IFMS.	866
Gráfico 16 - Servidores que responderam os questionário.	877
Gráfico 17 - Sexo e região dos servidores do IFMS <i>Campus</i> Ponta Porã.	877
Gráfico 18 - Grau de formação dos servidores do IFMS <i>Campus</i> Ponta Porã.	888
Gráfico 19 - Tempo de atuação no <i>campus</i> e local de residência.	888
Gráfico 20 - Localização e infraestrutura do <i>Campus</i> Ponta Porã.	899
Gráfico 21 - Realização de sonho trabalhando no IFMS.	911
Gráfico 22 - Sexo e idade dos colaboradores terceirizados que atuam no <i>Campus</i> Ponta Porã.	922
Gráfico 23 - Formação escolar dos colaboradores do <i>Campus</i> Ponta Porã.	922
Gráfico 24 - Local de residência dos colaboradores terceirizados do <i>Campus</i> Ponta Porã. ...	933
Gráfico 25 - Situação da renda trabalhando no IFMS <i>Campus</i> Ponta Porã.	933
Gráfico 26 - Realização de sonho trabalhando no Instituto <i>Campus</i> Ponta Porã.	944
Gráfico 27 - A instalação do IFMS em Ponta Porã de alguma forma melhorou sua condição de vida	955
Gráfico 28 - O IFMS desenvolve ações de parcerias com os municípios da área de abrangência.	977

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB - Câmara de Educação Básica
CEREL – Central de Relacionamento
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNI - Conselho Nacional da Indústria
COADS - Coordenação de Administração de Sede
COALP - Coordenação de Almojarifado e Patrimônio
COBAG - Coordenação do Curso Superior de Bacharelado em Agronomia
COEAD - Coordenação de Educação a Distância
COERI - Coordenação de Extensão e Relações Institucionais
COGEA - Coordenação de Gestão Acadêmica
COGEP - Coordenação de Gestão de Pessoas
COGES - Coordenação de Gestão de Produção
COINF - Coordenação dos Cursos do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação
COMAT - Coordenação de Materiais
COPEI - Coordenação de Pesquisa e Inovação
COPOR - Coordenação de Planejamento e Orçamento
COREN - Coordenação dos Cursos do Eixo Tecnológico de Recursos Naturais
COTAG - Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio
CF – Constituição Federal Brasileira
DENIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DIRAD - Diretoria de Administração
DIREN - Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
DIRGE - Direção-Geral
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPT - Educação profissional e tecnológica
ETE - Estação de Tratamento de Esgoto
FACFRON – Festival de Arte e Cultura da Fronteira
FECIFRON - Feira de Ciências e Tecnologia da Fronteira de Ponta Porã
FIC - Formação Inicial e Continuada
GABIN - Chefia de Gabinete
GREMI - *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateur*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF - Instituto Federal

IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

IFETs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

IFMS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

MEC - Ministério da Educação

MS - Mato Grosso do Sul

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional

RJ – Rio de Janeiro

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RH - Recursos Humanos

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SIGA - Sistema Acadêmico

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
1.2	PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	17
1.3	JUSTIFICATIVA.....	18
1.4	OBJETIVO GERAL.....	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO.....	19
2.2	A REDE FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	27
2.3	A REDE FEDERAL NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ.....	31
2.4	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	41
2.5	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL).....	48
2.6	A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO.....	51
2.7	TRABALHOS SIMILARES.....	53
3	METODOLOGIA	57
3.1	TIPO E DESCRIÇÃO DA PESQUISA.....	57
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA	58
3.2.1	Curso Técnico Integrado em Agricultura de nível médio	60
3.2.2	Curso Técnico Integrado em Informática de nível médio	61
3.2.3	Curso Técnico Subsequente em Agricultura	62
3.2.4	Curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio	62
3.2.5	Curso superior Bacharelado em Agronomia	63
3.2.6	Servidores públicos do IFMS <i>Campus</i> Ponta Porã	63
3.2.7	Colaboradores terceirizados	64
3.2.8	Empresas do agronegócio	64
3.2.9	Equipe de Gestão do IFMS <i>Campus</i> Ponta Porã	65
3.2.10	O IFMS <i>Campus</i> Ponta Porã na comunidade	66
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	67
3.4	COLETA DE DADOS	68
3.4.1	Dificuldades e desafios com aspecto ético da pesquisa	70
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	999
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1022
	APÊNDICE	1155

APÊNDICE A - Questionário sobre o Perfil dos Egressos IFMS- Campus Ponta Porã	1155
APÊNDICE B - Questionário Servidores do IFMS - Campus Ponta Porã	1211
APÊNDICE C - Questionário Colaboradores Terceirizados do IFMS - Campus Ponta Porã	1244
APÊNDICE D - Visão das empresas sobre os egressos do IFMS - Campus Ponta Porã	1266
APÊNDICE E - Questionário para a equipe de gestão do IFMS - Campus Ponta Porã	1277

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A educação tem grande importância na vida das pessoas, das famílias, das cidades, dos estados e dos países. E deveria ser parte de uma política pública estratégica de país, base para o crescimento e desenvolvimento do seu povo. Uma vez que o processo educativo é um dos elementos necessário para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Desta forma, a educação precisa acompanhar a evolução da sociedade, atendendo as demandas oriundas do processo de desenvolvimento e catalisando as potencialidades locais.

A educação é um fenômeno social. Isso significa que ela é parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade. Na sociedade brasileira atual, a estrutura social se apresenta dividida em classes e grupos sociais com interesses distintos e antagônicos; esse fato repercute tanto na organização econômica e política quanto na prática educativa. Assim, as finalidades e os meios da educação subordinam-se à estrutura dinâmica das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinados (LIBÁNEO, 2008, p.17).

A questão da educação está ligada ao desenvolvimento regional, o que explica a necessidade de se formar e capacitar pessoas, que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno. E, de possibilitá-las a atuação na engrenagem produtiva de potencialidades locais existentes e podendo despertar, as que, por ventura, estejam adormecidas. Essa visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, e que o desenvolvimento não se espera, mas se faz, está ligada ao desenvolvimento endógeno (BARQUERO, 2001).

A teoria do desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região. O processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade de que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais. Assim, a capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis na sua área, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), conhecida como a constituição cidadã, trouxe um conjunto de princípios que norteiam a construção de um país soberano e essencialmente democrático. Para além da conquista da tutela dos direitos fundamentais e do exercício da cidadania, a CF/88 estabeleceu a redução das desigualdades

regionais como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como se verifica no inciso III do art. 3º da CF (BRASIL, 1988).

De forma que o direito à educação está previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988 no Art. 205, onde ela observa, como dever do estado e da família assegura o pleno desenvolvimento da pessoa. A Constituição estabelece também que uma das funções do orçamento público é assegurar a redução das desigualdades regionais, o que obriga o governo a fazer investimentos na educação, principalmente quando ocorre falta de vagas em cursos regulares da rede pública de educação, em uma determinada localidade, de forma, que a desigualdade educacional deve ser combatida com políticas públicas.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados a partir de uma política pública de educação nacional, com a missão expandir o acesso, de formar jovens e adultos no ensino técnico e tecnológico, oportunizando-os uma qualificação, em uma escola pública de qualidade. A Lei de criação dos Institutos Federais, lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, preconiza, como missão institucional dos Institutos, a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico local e regional. O que de certa forma explica a interiorização da rede, que é observada também no objetivo 0582 do anexo do Plano Plurianual (PPA) para 2012-2015, que diz:

Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência (BRASIL, 2012, p. 136).

A interiorização da Rede Federal vai ao encontro do trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União TCU¹ que diagnosticou que o baixo grau de investimentos em políticas públicas que permita o desenvolvimento das pessoas, reflete de certa forma na carência de recursos humanos, materiais e financeiros, fato que amplia as vulnerabilidades dos limites territoriais, de nossas fronteiras (TCU/ACÓRDÃO 2252/2015).

Em 2004, foi concebida a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), mas institucionalizada somente em 2007, com a publicação do Decreto Federal nº 6.047, de 22 de

¹ O TCU é o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade. Para isso, tem como meta ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável. O Tribunal é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade. (Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/institucional/conheca-o-tcu/competencias/>)

fevereiro de 2007. O enfrentamento dos desequilíbrios regionais foi apresentado como indissociável da estratégia de desenvolvimento do país, ao estabelecer, no art. 1º, como objetivo da PNDR, a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e, a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, devendo orientar os programas e ações federais no território nacional (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio da Lei 11.892, de 2008, responsáveis por ofertar Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Ou seja, cada Instituto Federal (IF) deve orientar a sua oferta formativa em sintonia com a vocação e com as potencialidades locais, visando o desenvolvimento socioeconômico do território, nos termos dos incisos I e IV do art. 6º, da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que criou os IF (BRASIL, 2008a).

Portanto, uma das finalidades dos IFs é atuar em favor do desenvolvimento local e regional, na perspectiva da construção da cidadania, através da oferta de ensino articulado com as potencialidades locais. Dessa forma, em sua intervenção, os IFs devem explorar, no seu local de atuação, as potencialidades de desenvolvimento, vocação produtiva, realizando a transferência de tecnologias, conhecimentos e inserção das pessoas no mundo do trabalho (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe analisar as contribuições do IFMS – *Campus* Ponta Porã, para o desenvolvimento regional e local, a partir de sua implantação no município, que ocorreu na segunda fase de expansão da Rede Federal no ano de 2010, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), por meio de uma chamada pública de apoio à implantação de novos Institutos Federais, contemplou o IFMS com mais cinco novos *campi* nesta fase, entre eles o *Campus* Ponta Porã (PDI, 2014-2018).

O município de Ponta Porã, é a cidade polo da Região Sul- Fronteira, composta por nove municípios, tendo Ponta Porã como o grande centro econômico da região. O perfil econômico da Região Sul- Fronteira baseia-se na Agropecuária no Comércio e nos Serviços. Ponta Porã está entre as quatro principais cidades do interior de Mato Grosso do Sul, sendo a quinta maior cidade do estado, em número de habitantes, com população estimada pelo IBGE em 2020 de 93.937 habitantes. O PIB per capita do município em 2018 foi de R\$ 33.619,11 ficando acima da média nacional de R\$ 33.593,82. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM em 2010 foi de 0,701, dentre os 5.565 avaliados o município ficou na posição 1.866 º. Em 2010 a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade estava em 96,9%. Ainda

segundo o IBGE Cidades, o município de Ponta Porã conta com 38 estabelecimentos escolares que atuam no ensino fundamental e 15 estabelecimentos voltados ao ensino médio.

Algumas pesquisas, que têm os Institutos Federais como objeto de estudo e que tratam sobre desenvolvimento de alguma perspectiva: A pesquisa realizada por Palacios (2012), que investigou a articulação da educação profissional e o desenvolvimento territorial no âmbito do Instituto Federal Goiano (IFG). Silva e Terra (2013) analisaram a expansão dos IFs e a relação com o desenvolvimento local e regional. Hasegawa (2015) realizou pesquisa no IFSC Campus Canoinhas: Uma Análise da Implantação e Função Social no desenvolvimento do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense. Souza (2018) que abordou em sua pesquisa o desenvolvimento regional e local frente à diversidade étnica e cultural, considerando o município de São Gabriel da Cachoeira do Estado do Amazonas, onde há um IFAM. Esses trabalhos em parte se assemelham, com a pesquisa que propomos neste estudo, de analisar qual a contribuição do IFMS Campus Ponta Porã para o desenvolvimento regional do município e sua área de abrangência.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos, tendo a Introdução no primeiro capítulo. No segundo capítulo, aborda-se um estudo teórico que conceitua a Rede Federal de Educação bem como os Institutos Federais, desenvolvimento regional e arranjos produtivos. No terceiro capítulo, discute-se os procedimentos metodológicos e o conjunto de atores participantes da pesquisa. Na sequência, apresenta-se os resultados e discussões e por fim, as considerações finais.

1.2 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

O problema de pesquisa desta dissertação foi construído a partir do questionamento ao que preconiza a lei de criação dos Institutos Federais, lei nº11.892 de 29 de dezembro de 2008, que estabelece em seu Art. 6º, inciso I, dentre várias possibilidades de atuação, que os IF devem trabalhar na formação de cidadãos, preparando-os para atuarem em vários setores da economia visando o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Considerando a importância das iniciativas locais e regionais para o desenvolvimento, é natural que da educação se espere não somente conhecimentos gerais, mas também a compreensão de como os conhecimentos gerais podem se materializar em possibilidades de ação no plano local e regional (MAFRA, 2009). Desde a publicação do decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, do então Presidente da República Nilo Peçanha, a Educação Profissional surgiu como uma necessidade de qualificação, mais especificamente da classe mais pobre no

início do século XX. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e as resoluções na área da Educação Profissional, permite que este ensino seja ofertado em consonância com o mundo do trabalho, permitindo a inclusão das pessoas e também possibilitando o prosseguimento acadêmico do indivíduo (SILVA, 2020).

1.3 JUSTIFICATIVA

Considerando que os IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino. A partir da problematização, a presente pesquisa se justifica por verificar, se o que se estabelece na lei de criação dos Institutos Federais ocorre no IFMS *Campus* Ponta Porã, no que diz respeito à formação e à qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional e no fortalecimento dos arranjos produtivos locais (BRASIL, 2008).

A estrutura da educação brasileira, principalmente a profissional e a tecnológica, se apresenta como um fenômeno plurifacetado resultante dos variados tipos de instituições que atuam nessa área, dentre eles a Rede Federal composta por 38 Institutos Federais, presentes em todos estados da federação brasileira, totalizando 661 *campi* localizados em diferentes regiões do país, segundo dados da plataforma Nilo Peçanha - PNP 2020 ano base 2019, a Rede Federal tem mais de 1 milhão de estudantes matriculados em diferentes cursos ofertados.

Nesse sentido, a pesquisa tem sua relevância ao contribuir com o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul *Campus* Ponta Porã na avaliação de sua atuação na região e na percepção da sociedade em relação a este importante investimento do governo federal no município.

1.4 OBJETIVO GERAL

Avaliar as principais contribuições do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, para o desenvolvimento regional do município Ponta Porã, desde a sua implementação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

A educação profissional brasileira tem seu início no século XIX, no ano de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, inaugurado logo nos primeiros anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, com o objetivo de amparar e capacitar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias da época. Com o intuito de proporcionar condições favoráveis para a produção de diversos bens e serviços e, ainda permitir a ocupação qualificada da mão de obra ociosa, criada pelo então Príncipe Regente, futuro D. João VI, o Colégio das Fábricas pode ser considerado como o embrião da educação profissional no Brasil (Parecer nº 16/99-CEB/CNE).

Já a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual os Institutos Federais fazem parte, tem uma história centenária na atuação da educação técnica profissional, criada pelo presidente brasileiro Nilo Peçanha² (1909-1910) por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. No início foram criadas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, com o objetivo de capacitar os menos favorecidos e “desprovidos da sorte” preparando-os para atuar no mercado de trabalho da época. Sendo que a partir de 1909 o Estado brasileiro assume a educação profissional, com a criação da escola de Aprendizes Artífices em diferentes unidades do território nacional, sendo essas, as precursoras das escolas técnicas estaduais e federais no Brasil. Por este motivo o presidente Nilo Peçanha é considerado o pai da Educação Profissional no Brasil, por ter sido o responsável pela Criação das 19 Escolas de Aprendizes e Artífices (MELLO, 2009).

A trajetória do ensino técnico foi de muitas mudanças e transformações até chegar na configuração que temos hoje. No ano de 1927 o congresso aprova o projeto de lei que tornava obrigatório o oferecimento do ensino profissional no país. Em 1937 as Escolas de Aprendizes são transformadas em Liceus Industriais através da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Já em

² Nilo Procópio Peçanha nasceu em Campos (RJ), em 1867. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1887, foi um dos fundadores, no ano seguinte, do Partido Republicano Fluminense (PRF), em Campos. Deputado à Assembleia Nacional Constituinte em 1890 e deputado federal pelo PRF de 1891 a 1903, elegeu-se senador nesse último ano. Ainda em 1903, renunciou ao mandato para assumir a presidência do estado do Rio de Janeiro para o período de 1903 a 1906. Em 1906 assumiu o cargo de vice-presidente da República e a presidência da República, em 1909, em decorrência da morte do presidente Afonso Pena. Elegeu-se senador pelo Rio de Janeiro para a legislatura 1912-1914 e novamente presidente estadual para o período 1914-1917. Foi ainda ministro das Relações Exteriores em 1917, senador pelo Rio de Janeiro de 1918 a 1920 e candidato à presidência da República na legenda da Reação República, em 1921, perdendo as eleições para Artur Bernardes. Morreu no Rio de Janeiro, em 1924. [Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

1942 o decreto nº4.127, de 25 de fevereiro, transforma os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas; esse decreto também permitiu que o ensino profissionalizante fosse equivalente ao ensino secundário (MEC, 2010).

A Reforma Capanema³ foi uma das muitas mudanças que sofreu o sistema educacional brasileiro, foi uma reforma do sistema educacional realizada durante a Era Vargas⁴ (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde, nessa época educação e saúde eram aglutinadas na mesma pasta, comandada por Gustavo Capanema Filho. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. Entre as mudanças implantadas pela reforma, o ensino técnico passou a ser considerado de nível médio. O ingresso nas escolas indústrias passa a depender de exames de admissão. Os cursos são divididos em dois níveis, primeiro: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de maestria, e o segundo: curso técnico industrial (MEC, 2010).

Em 1959, ocorre outra alteração no nome da instituição e também em sua estrutura de organização as Escolas Industriais e Técnicas passam a chamar Escolas Técnicas Federais e são elevadas ao nível de autarquias com autonomia didática e de gestão. Na sequência, em 1961, o ensino passa por outra transformação com a promulgação da primeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, na qual o ensino profissional foi equiparado ao ensino acadêmico. Posteriormente, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 trouxe um capítulo tratando especialmente da educação profissional (MEC, 2010).

Em 1994, com a promulgação da lei 8.948, de 08 de dezembro, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais - ETFs e as Escolas Agrícolas Federais - EAFs em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. E, ficou estabelecido que a expansão da oferta da educação profissional somente ocorreria em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que ficariam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (MEC, 2010).

³ Gustavo Capanema, ministro da educação e saúde pública (MESP), instituiu a Universidade do Brasil, que serviu de modelo para as futuras instituições de ensino superior no país. Na sua gestão Capanema esteve à frente da criação do INEP, em 1938, cuja administração ficou a cargo de Lourenço Filho. Ainda em sua gestão foram criadas as leis orgânicas do ensino, mais conhecida como Reforma Capanema (SAVIANI, 2008).

⁴ Getúlio Vargas (1930-1945) foi o presidente que esteve mais tempo no poder. Ele tomou o poder através da revolução de 1930 e dentro de poucos anos se assumiu como ditador do país, reprimindo a oposição. Apesar de ser ditador, Vargas tomou várias medidas para ganhar o apoio do povo (FOGUEL, 2019).

O decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, regulamentou a educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). Em 2004 o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, faz uma importante mudança para o ensino profissionalizante permitindo a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Com a promulgação da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, que regulamentou a expansão da oferta da educação profissional que passou a ocorrer preferencialmente em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais (MEC, 2010).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, juntamente com os centros federais de educação tecnológica; as escolas técnicas vinculadas às universidades federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II. Ao todo são 38 Institutos Federais presentes em todos estados da federação, totalizando 661 *Campi* (SILVA; TERRA, 2013).

A política pública de expansão e descentralização das Instituições Federais de Ensino a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se intensificou nos últimos anos, com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso à educação técnica e superior e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento local e regional dos territórios brasileiros. O documento “Concepção e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia”, da lavra do MEC, abordou os aspectos teóricos que fundamentaram as finalidades dos IFs e, inclusive, o enfoque no desenvolvimento territorial adotado pelos mesmos (BRASIL, 2008b).

Ao consignar a relação entre o desenvolvimento local e regional, o documento afirma que:

[...] atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal [...] Pensar o local, ou seja, pensar o uso do espaço geossocial, conduz à reflexão sobre a territorialidade humana (BRASIL, 2008b, p. 24).

Ainda, ao estabelecer a comunicação entre os IFs e seus territórios, o documento conclui que:

[...] cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda [...] a razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente

do perfil socioeconômico político-cultural de sua região de abrangência (BRASIL, 2008b, p. 25).

Nessa relação insere-se nosso campo de estudo, tendo como objeto de pesquisa o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - *Campus* Ponta Porã, no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, inserido na região de planejamento Região Sul-Fronteira do estado, que tem, dentre outras finalidades estabelecidas pela lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a de dar suporte aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, mapeando as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural em seu território de atuação (BRASIL, 2008b).

Apesar de todo o contexto e importância dos IFs como política pública nacional, mencionados até aqui no que tange a desenvolvimento, o decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 paralisou a criação e expansão da Rede Federal, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso⁵, que separou o ensino médio do ensino profissional e também proibiu a criação de novas instituições na Rede de Educação Federal, incentivando e financiando a expansão da rede privada de educação profissional, com recursos do Governo Federal (SOUZA; MOURÃO, 2011).

Posterior a esse período de proibição de criação de novas instituições da Rede Federal, considera-se como marco legal do projeto de expansão da RFEPCT, a publicação da Lei nº. 11.195/2005, que deu autonomia à União para, além de poder criar e expandir a educação profissional e tecnológica, manter e gerir as novas unidades de ensino criadas. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)⁶, foi lançado, em 2007, pelo Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁷, dentre outras ações propôs a reorganização das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), adotando uma política fiscal expansionista de investimentos na educação. O modelo proposto foi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). O primeiro documento oficial, editado pelo Ministério da Educação (MEC) que trata do tema Institutos Federais foi o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Considera-se que foi dentro dessa perspectiva que, em 29 de dezembro de

⁵ Fernando Henrique Cardoso é um sociólogo e cientista político brasileiro. Foi professor de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e foi também o 34º presidente da República brasileira, governou o país entre 1995 e 2002 pelo PSDB (Partido da Social Democracia do Brasil).

⁶ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi um conjunto de programas que visaram melhorar a educação no Brasil, em todas as suas etapas. Lançado em 2007, tinha um prazo de quinze anos para ser completado, mas acabou descontinuado antes desse prazo. Apesar disso, muitos dos programas e iniciativas criados por ele se mantiveram, como o TV Escola e o Proinfo, da educação básica, e o Sinaes, no ensino superior.

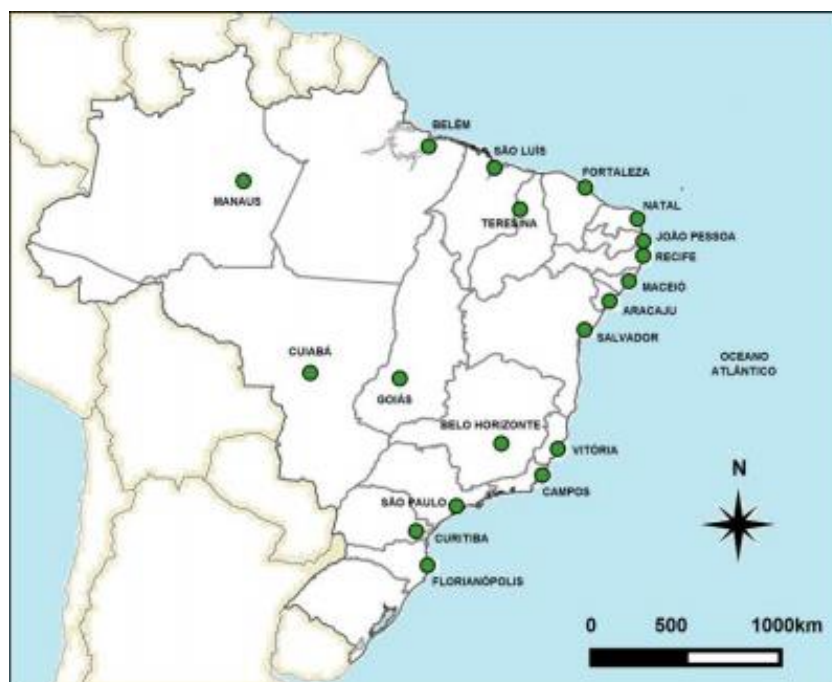
⁷ Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, é um político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico brasileiro, principal fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e o 35.º presidente do Brasil, tendo exercido o cargo de 1 de janeiro de 2003 a 1 de janeiro de 2011.

2008, que o governo promulgou a Lei n. 11.892, que criou 38 IFETs, presentes nos 26 Estados e no Distrito Federal.

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), criou no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O objetivo foi ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional. Uma vez que decorridos 95 anos da criação das primeiras instituições federais de educação profissional técnica e tecnológica, os estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal ainda não tinham sido contemplados com este modelo de escola, sendo que, de 1909 a 2002, foram criadas 140 escolas técnicas federais em todo o país (PACHECO, 2011).

Na representação da figura 1, tem-se a distribuição pelo Brasil das 19 Escolas criadas em 23 de setembro 1909 a partir da publicação do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo então presidente da república Nilo Procópio Peçanha, que criou as Escolas de Aprendizagem e Artífices. Posteriormente Nilo Peçanha reconheceu em uma publicação sobre sua viagem ao continente europeu, que se tivesse tomado conhecimento dos excelentes resultados que a educação profissional já vinha apresentando em alguns países, daquele continente, certamente teria criado um número bem maior de EAA, ao invés de apenas dezenove como fez na época (SILVA, 2017).

Figura 1 - Mapa da distribuição das Escolas de Aprendizagem Artífices em 1909.



Fonte: SILVA, 2017.

O processo de expansão da Rede Federal iniciou-se quando o governo Luiz Inácio Lula da Silva revogou, por meio da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais prevista no § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. O objetivo desse projeto era de ampliar e democratizar a área de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, composta naquele momento por 140 instituições, criando mais 38 unidades entre Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Unidades de Ensino Descentralizadas (MEC, 2005), fato que podem ser observados por meio das figuras 2, 3 e 4, ao longo dos períodos históricos da evolução da expansão da Rede Federal.

Figura 2 - Mapa da distribuição dos IFs na 1º fase da expansão em 2005.



Fonte: BRASIL/MEC/SETEC, 2010.

No início, a prioridade foi a construção de escolas em unidades da federação desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior.

Na primeira fase do plano de expansão em 2005, o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica. Sendo que nesta fase o estado do Mato Grosso do Sul foi contemplado com duas unidades no Município de Nova

Andradina e na capital do estado Campo Grande com implantação das Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica (MEC, 2007).

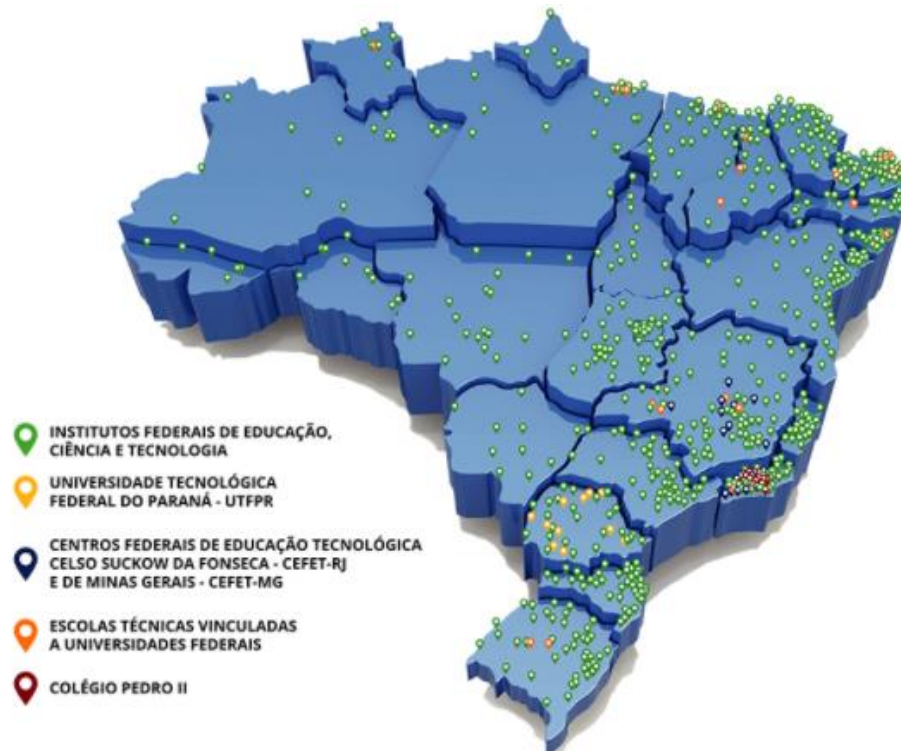
Figura 3 - Mapa da distribuição dos IFs na 2ª fase da expansão em 2007.



Fonte: BRASIL/MEC/SETEC, 2010.

Através da Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007, iniciou-se o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Uma iniciativa do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, com objetivo de implantar em quatro anos 150 novas unidades da Rede Federal de Educação Tecnológica em 26 estados, escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais. Sendo que nesta fase o estado do Mato Grosso do Sul foi contemplado com cinco novos *campi* nos municípios de Aquidauana, Coxim, Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas (MEC, 2007).

Figura 4 - Mapa da distribuição dos IFs na 3º fase de expansão em 2011.



Fonte: BRASIL/MEC/SETEC, 2010.

Na 3º fase de expansão da Rede Federal ocorrida no de 2011 o estado de Mato Grosso do Sul foi contemplado com mais três novos *campi* nos municípios de Dourados, Jardim e Naviraí totalizando os 10 *campi* que hoje existem no estado. A 3º fase da expansão estabelecia a criação de 60 novas unidades, conforme meta 11 do Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), de acordo com o relatório de gestão da SETEC:

Para o atendimento da meta prevista, torna-se imprescindível um terceiro plano de expansão da rede federal, que importaria na implantação de 60 (sessenta) novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), levando a Rede Federal à configuração de aproximadamente 1.000 unidades ao final desta década, com pelo menos 550 mil alunos em cursos de nível médio presenciais e 363 mil alunos em cursos a distância, com o apoio de laboratórios móveis.. (MEC, 2011, p. 72).

A mudança de governo e de planos para a política educacional nacional em 2016 deixou de lado as metas estabelecidas, ficando a Rede Federal composta atualmente por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país.

Considerando que de 1909 a 2002, decorridos quase 95 anos, foram criadas 140 escolas técnicas federais em todo o país, sendo na média de 1 escola por ano neste período. Em um

comparativo com a expansão ocorrida de 2002 até 2015 ou seja em 13 anos foram construídas 551 novas escolas técnicas federais, sendo criadas na média 42 escolas técnicas por ano (MEC, 2010).

As concepções e diretrizes nas quais se fundamentaram a criação dos IFs, tendo como metas expandir, interiorizar, democratizar e qualificar pessoas nos mais longínquos lugares do país, colocam estas instituições como aquelas que poderão permitir com que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico (BRASIL, 2008a).

No documento de Concepção e Diretrizes: Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008a), fica clara a intenção do estabelecimento e missão dos IFs como política assumida pelo governo federal:

[...] para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. Nesse sentido, os Institutos Federais devem ser considerados bem público e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação. Os Institutos Federais correspondem à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública. (BRASIL, 2008a, p. 22)

As concepções que nortearam as finalidades e objetivos dos IFs quanto à contribuição para o desenvolvimento das regiões onde estão instalados, fundamenta-se na abordagem territorial do desenvolvimento, posto que, os institutos, também são colocados como atores sociais. Assim, devem manter seu foco educativo na construção de um conhecimento que promova a autonomia e emancipação de “cidadãos-trabalhadores”, atores sociais que poderão atuar nos locais onde vivem, dando possibilidades através da educação de construir e de transformar por meio da ação destes indivíduos estes lugares (MACHADO, 2011).

Este é o contexto atual dos percalços de políticas públicas por qual passou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da qual os Institutos Federais fazem parte.

2.2 A REDE FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 11 de outubro de 1977, quando o então presidente Ernesto Geisel ⁸assinou a lei de divisão do estado Mato Grosso⁹, através da Lei

⁸ O general Ernesto Beckmann Geisel, foi o 4º presidente da Ditadura Militar no Brasil. Ele foi eleito em 1973 e ocupou o cargo de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979. Foi representante da chamada “Linha Dura” do exército brasileiro.

⁹ A divisão do estado ocorreu em 1977, com os desmembramentos dos territórios, e em 1979 com a criação do estado de Mato Grosso do Sul durante o governo do general Ernesto Geisel, em meio, portanto, ao Regime Militar, de maneira silenciosa e com pouca participação da população (SILVA, 2015, p.79).

Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, dividindo o estado de Mato Grosso (MT) e criando o estado de Mato Grosso do Sul (MS). O estado de Mato Grosso do Sul está dividido em 09 (nove) Regiões de Planejamento¹⁰ que contemplam os 79 (setenta e nove) municípios atualmente existentes (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2015).

As regiões de planejamento do MS (Figura 5) são as seguintes: Região de Campo Grande, composta por dez municípios, tendo como município polo a capital do estado Campo Grande. Região da Grande Dourados, composta por onze municípios sendo o município polo Dourados. Região do Bolsão, composta por onze municípios tendo como município polo Três Lagoas. Região do Cone-Sul, composta por sete municípios sendo o município polo Naviraí. Região do Pantanal, composta por cinco municípios sendo o município polo a cidade de Corumbá conhecida como cidade branca. Região Leste, composta por oito municípios tendo como município polo a cidade de Nova Andradina. Região Norte, composta por dez municípios e tendo como município polo São Gabriel do Oeste. Região Sudoeste, composta por oito municípios tendo como município polo Jardim. Região Sul Fronteira, composta por nove municípios tendo como município polo Ponta Porã (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2015).

¹⁰ A região de planejamento é por definição originária da finalidade ou intencionalidade de políticas de desenvolvimento, através de planos, programas e projetos. Na sua delimitação podem ser adotados critérios de homogeneidade, de interdependência e de outros de caráter político-administrativo, sempre que sejam julgados adequados à consecução do objetivo de planejar. (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Figura 5 - Mapa das regiões de planejamento e localização dos dez *Campi* da Rede Federal em Mato Grosso do Sul.



Fonte: IFMS, 2020

O estado de Mato Grosso do Sul foi contemplado nas 3 fases de expansão da Rede Federal de Educação. Na primeira fase no final de 2005 ocorreu a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS, com a implantação de dois *campi* no Município de Nova Andradina e na capital do estado Campo Grande (MEC, 2007).

A segunda fase da expansão da RFEPCT teve como slogan “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. O Plano de Expansão da fase II, lançado pela chamada pública do MEC/SETEC n. 01, de fevereiro de 2007, teve o objetivo de implantar 150 novas unidades da Rede Federal de Educação Tecnológica. Nessa fase o IFMS foi contemplado com cinco novos *campi* nos municípios de Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas. Já na terceira e última fase em 2011 ocorreu a implantação de 3 *campi* nos municípios de Dourados, Naviraí e Jardim.

A Rede Federal está presente em todas as regiões de planejamento do estado de Mato Grosso do Sul. Os *Campi* do Instituto Federal localizam-se em sua grande maioria nos municípios polos das regiões de planejamento, sendo que a região de planejamento do Pantanal foi contemplada com dois *campi* Aquidauana e Corumbá, já na região Norte o *campus* não está localizado na cidade polo, estando sediado na cidade de Coxim, as demais regiões foram

contempladas com um *campus* cada, todos localizado nos municípios polos. Dessa forma o IFMS é composto por dez *campi* localizados nos municípios de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas, e uma reitoria separada dos *campi* localizado na capital do estado em Campo Grande (PDI 2019-2023).

Mato Grosso do Sul é o 6º estado do país em extensão territorial, com 357.145,534 km² que corresponde a 4,19% da área total do Brasil (8.515.767,049 km²) e 22,23% da área da região centro-oeste. É uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado ao sul da região Centro-Oeste, umas das cinco regiões do Brasil definidas pelo IBGE em 1969, composta também pelos estados do Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, onde se localiza Brasília, a capital do país e a cidade mais populosa da região.

O estado Sul Mato-Grossense tem como limites os estados de Goiás a nordeste, Minas Gerais a leste, Mato Grosso (norte), Paraná (sul) e São Paulo (sudeste), além da Bolívia (oeste) e o Paraguai (oeste e sul). Sua área é ligeiramente maior que países europeus como Alemanha e Portugal. Sua população estimada pelo IBGE (2020) é de 2.809.394 habitantes. Sua capital é a maior cidade do estado Campo Grande em números de habitantes, os outros municípios considerados importantes são Dourados, Três Lagoas, Ponta Porã, Aquidauana, Nova Andradina, Naviraí e Corumbá este último município têm a maior área territorial do estado 64.438,363km² sendo 18,04% da área total do MS (IBGE, 2020).

O MS é o segundo estado em número de índios, superado apenas pelo Estado do Amazonas. Segundo a Fundação Nacional de Saúde, esses índios pertencem a oito etnias (Guarani, Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Guató, Ofaié e Atikum). A área territorial indígena é equivalente a 590 mil hectares, sendo que 90% dessas terras pertencem aos índios Kadiwéu (SANTOS, 2016).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: Grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes. Esse item tinha por base o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, no entanto, a partir de 2010, ele foi substituído pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, que avalia praticamente os mesmos aspectos que o PIB, no entanto, a RNB também considera os recursos financeiros oriundos do exterior; Nível de saúde: baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local. Entre os anos, de 2011 a 2015, com base na pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Mato Grosso do Sul cresceu 2,55%, passando de 0,743 para 0,762. De acordo com a pesquisa, o estado está entre os 19 estados do país que possui um IDH considerado alto, ocupando a décima posição no ranking nacional (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Dados do último censo do ano de 2010, divulgado pelo IBGE, revela que a população residente na zona urbana é de 2.097.238 já a população residente na zona rural é de 351.786. O censo de 2010 apresentou também os números da população feminina e masculina do estado sendo 1.548.894 de pessoas do sexo masculino e 1.485.097 do sexo feminino.

2.3 A REDE FEDERAL NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ

O IFMS *Campus* Ponta Porã iniciou suas atividades no município em setembro de 2010 - PDI 2014-2018 e posteriormente teve a autorização de funcionamento definitivo pela Portaria MEC nº - 79, de 28 janeiro de 2011. Do início do seu funcionamento 2011 até 2020 o Instituto formou mais de mil e duzentos estudantes nos mais variados cursos e modalidades oferecidos pelo *campus*, como Técnico Integrado em Agricultura e Informática, Técnico Subsequente em Agricultura e Informática, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – PROEJA, Técnico em Fruticultura – PROEJA, Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, Tecnólogo em Gestão do Agronegócio, Bacharelado em Agronomia e Especialização em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Pós-graduação *lato sensu* (SISTEC/IFMS, 2021).

Localizado a aproximadamente 300km da capital do estado, o *Campus* Ponta Porã está localizado na Região Sul Fronteira de acordo com as regiões de planejamento de Mato Grosso do Sul (Figuras 6 e 7), composta por 9 municípios sendo eles Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru, conforme listado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFMS.

A história do município Ponta Porã tem vários capítulos entre eles que em 1892 a guarnição da colônia militar de Dourados foi levada para as nascentes dos córregos: Jovai, São Tomaz, Carambola, São Vicente, Ponta Porã, Tegujho e do Rio São João, o local era preferido pelos carreteiros que faziam o transporte de erva-mate, dando o início a uma povoação, que mais tarde foi denominada de Punta Porã. Posteriormente, em 1900, Ponta Porã torna-se Distrito

do município de Bela Vista. O município foi criado em 1912, e em 1943, o Presidente Getúlio Vargas criou o território Federal de Ponta Porá, extinto posteriormente em 1946 (SEBRAE, 2015).

Quando o Brasil entrou na batalha da Segunda Guerra Mundial, o presidente do país na época Getúlio Vargas decidiu desmembrar seis territórios estratégicos para serem administrados diretamente pela união. E em 1943 criou o território Federal de Ponta Porã, pelo Decreto-Lei 5.812, desmembrado do Sudoeste do antigo estado de Mato Grosso, o território foi lembrado ao Mato Grosso pela Constituição de 1946 (SEBRAE, 2015).

O município de Ponta Porã/MS conta com duas unidades de conservação ambiental TI Pirakuá e APA das Nascentes do Rio APA que juntos somam uma área de 20.394,6204. Por dispor de unidades de conservação ambiental no seu território, a administração municipal participa do repasse aos municípios da arrecadação de ICMS Ecológico (Diário Oficial de MS, 28-12-2012 n° 8.342).

A sede do município tem acesso pelas rodovias BR 463, desde Dourados e MS 164 desde Maracaju. Na área do município existem também 5 empreendimentos geradores de energia elétrica, sendo todas termelétricas compreendendo o Aeroporto Internacional de Ponta Porã, usina de álcool Monteverde, Usina Laguna de Açúcar e Álcool, Usina São João I e São João II (SEBRAE, 2015).

O município de Ponta Porã encontra-se localizado no Arco Grande Sul de Fronteiras, um território de fronteira que esteve historicamente ligado à produção da Erva Mate e seus desdobramentos, à pecuária extensiva em toda área, e à exploração da madeira e à produção de grãos. O município faz fronteira seca com o Paraguai e possui uma área estimada em 5.329km², formando uma conurbação internacional com município de Pedro Juan Caballero no país vizinho, o que lhe confere vantagens de localização e condições para o desenvolvimento de suas potencialidades econômicas. Sua população está estimada em 92.526 habitantes, segundo o IBGE (2019). O município pertence a bacia hidrográfica do Rio Paraná e possui vegetação característica de floresta estacional semidecidual.

Na área da educação, o município conta com oito escolas estaduais urbanas, que oferecem ensino fundamental e médio. Quatro delas oferecem ensino para jovens e adultos. Há quatro escolas estaduais rurais. As escolas municipais incluem cinco centros de ensino infantil, quinze escolas de ensino fundamental urbanas, das quais três oferecem educação de jovens e adultos e sete escolas rurais. Há dez escolas particulares, que oferecem do ensino infantil até o ensino médio e uma delas oferece educação profissional e há uma escola de educação especial.

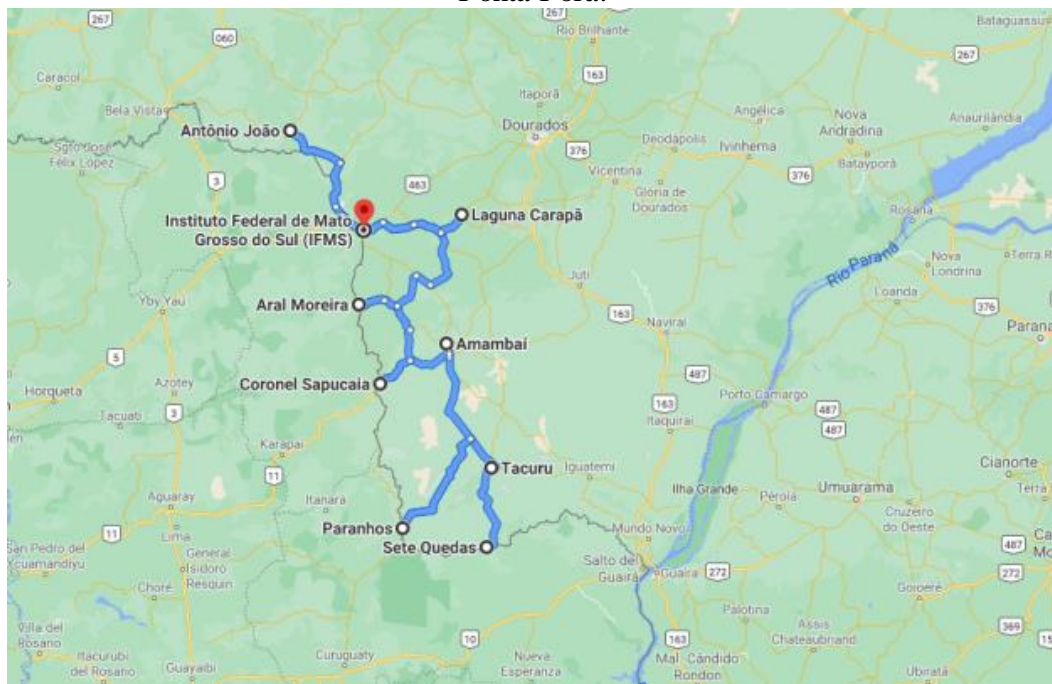
Em nível de ensino superior, o município de Ponta Porã dispõe de 4 faculdades, 6 universidades e um centro universitário (SEBRAE, 2015).

Figura 6 - Mapa da localização da área de abrangência do IFMS *Campus* Ponta Porã.



Fonte: IFMS,2020.

Figura 7 - Mapa da localização dos municípios da área de abrangência do IFMS *Campus* Ponta Porã.



Fonte: Google Maps, 2020.

Na média a distância entre os municípios de abrangência do IFMS *Campus* Ponta Porã é de 133,75km (Tabela 1). Sendo que o município mais distante Sete Quedas fica distante 223km e o município mais próximo Laguna Carapã fica distante 55km.

Tabela 1 - Distância aproximada entre os municípios da área de abrangência e o *Campus* Ponta Porã.

Município	Distância do <i>campus</i>
Amambai	105 km
Antônio João	75 km
Aral Moreira	70 km
Coronel Sapucaia	150 km
Laguna Carapã	55 km
Paranhos	216 km
Sete Quedas	223 km
Tacuru	176 km

Fonte: Google Maps, 2020.

Município de Amambai

O município de Amambai já foi um distrito de Ponta Porã, tendo sua criação através do decreto Lei número 131 de 28 de setembro de 1948, sendo instalado em 01 de janeiro de 1949. A história de Amambai se confunde com o cultivo da Erva Mate, a força econômica da erva-mate tem grande influência no surgimento do município. Amambai teve seu povoamento iniciado em 03 de agosto de 1903, quando ali se fixaram Januário Lima, Marcelino Lima, José Garibaldi Rosa, Oscar Trindade entre outros. Recebeu, inicialmente, a denominação de Patrimônio da União, depois, Vila União. A população estimada do município em 2020 era de 39.826 habitantes de acordo com o IBGE cidades. Sua área é de 4.202,30 km² representando 1,18 % do Estado e 0,05 % de todo o território brasileiro. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,673 (IBGE, 2021).

Município de Antônio João

O município de Antônio João já foi distrito de Ponta Porã e teve início com a chegada de Eugênio Penzo do Rio Grande do Sul, em 1900, vindo de Gênova (Itália). Decidido a mudar sua vida, pegou sua carreta com juntas de boi e veio para Ponta Porã, posteriormente saiu em buscas de terras e se instala onde é o hoje o município de Antônio João. O local escolhido por Eugênio Penzo passa a ser um distrito de Ponta Porã e leva o nome de seu fundador. Posteriormente o distrito passa a condição de município criado pela Lei nº 2142 em 18 de março

de 1964, com o nome de Antônio João. O nome de Antônio João é em homenagem ao grande herói Tenente de cavalaria Antônio João Ribeiro, que lutou na guerra do Paraguai. A população estimada do município em 2020 era de 9.020 habitantes de acordo com o IBGE cidades. Sua área é de 1.143,75 km² representando 0,32 % do Estado e 0,07 % de todo o território brasileiro. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,643 (IBGE, 2021).

Município de Aral Moreira

Em 1.950 foi criada a colônia General Dutra ou vila Fronteira Rica, que atraiu levas de gaúchos e paulistas. Sendo elevada à condição de distrito pela lei número 702, de 15 de dezembro de 1953. E posteriormente o município foi criado pela lei número 3.686, de 13 de maio de 1976. A história do município está intimamente ligada a exploração da erva mate nessa região, foi no município que Thomas Laranjeira fundou a Cia. Mate Laranjeira dando início ao Ciclo da Erva-Mate no sul do Estado, que durou mais de 60 anos. O nome da cidade é uma homenagem póstuma ao Deputado Estadual Aral Moreira. A população estimada do município em 2020 era de 12.332 habitantes de acordo com o IBGE cidades. Sua área é de 1.653,860 km², o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,633 (IBGE, 2021).

Município de Coronel Sapucaia

O município de Coronel Sapucaia fundado em 31 de dezembro de 1985, já foi distrito do município de Ponta Porã, sendo que seu nome primitivo era Nhu-Verá. Em 02 de dezembro de 1938, foi expedida Certidão para a Criação do Patrimônio da Povoação de Nhu-Verá, sendo denominado como Distrito de Paz de Antônio João. Em 06 de dezembro de 1948, o Distrito de Paz de Antônio João, passou a pertencer à Comarca de Ponta Porã, e somente em 12 de novembro de 1968, o Distrito, já então Coronel Sapucaia passou a fazer parte da Comarca de Amambai. O nome Coronel Sapucaia foi o terceiro nome do Município, sendo um reconhecimento a um militar que prestou relevante serviço ao estado Coronel Orlando Olsen Sapucaia. A população estimada do município em 2020 era de 15.352 habitantes de acordo com o IBGE cidades. Sua área é de 1.023,727 km², o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,589 (IBGE, 2021).

Município de Laguna Carapã

O município de Laguna Carapã foi criado através da Lei nº 1261 de 22 de abril de 1.992, desmembrado do município de Ponta Porã - MS. A cidade conta com três distritos sendo Bocajá, Bom Fim e Carapã. O nome Laguna Carapã significa "Lagoa Torta", nome guarani, dado pela grande lagoa que existe na região. Na economia a cidade se destaca como a quinta produtora de girassol no estado, nona na criação de aves e quinta maior produtora de trigo do estado. Sendo as principais atividades econômicas a agricultura e o comércio. A cidade é conhecida também pelo Concurso do Pé de Soja Solteiro. A população estimada do município em 2020 era de 7.419 habitantes de acordo com o IBGE cidades. Sua área é de 1.725,780 km² representando 0,49 % do Estado e 0,02 % de todo o território brasileiro. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,672 (IBGE, 2021).

Município de Paranhos

Paranhos surgiu em um campo que possuía duas vertentes formadoras de dois pequenos rios. A partir de 1910, a localidade passa a receber migrantes de vários estados. O nome do município é uma homenagem ao Barão do Rio Branco, o diplomata José Maria da Silva Paranhos. Elevado à categoria de município com a denominação de Paranhos, pela Lei Estadual nº 777, de 17 de novembro de 1987, retificada por Lei Estadual nº 811, de 21 de dezembro de 1987, desmembrado do município de Amambaí. A população estimada do município em 2020 era de 14.404 habitantes de acordo com o IBGE cidades. Sua área é de 1.307,092 km², o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,588 (IBGE, 2021).

Município de Sete Quedas

Surgiu como consequência da implantação do projeto integrado de colonização, criado pela portaria número 1.478, de 04 de outubro de 1973, da Presidência do INCRA no dia 04 de abril de 1974. Distrito criado com a denominação de Sete Quedas, pela lei estadual nº 3765, de 30 de junho de 1976, subordinado ao município de Amambaí. Em divisão territorial datada de 01 de janeiro de 1979, o distrito de Sete Quedas figura no município de Amambaí. Elevado à categoria de município com a denominação de Sete Quedas, Lei Estadual nº 73, de 12 de maio de 1980, desmembrado do município de Amambaí. A população estimada do município em 2020 era de 10.771 habitantes de acordo com o IBGE Cidades. Sua área é de 839,117 km², o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade é de 0,614 (IBGE, 2021).

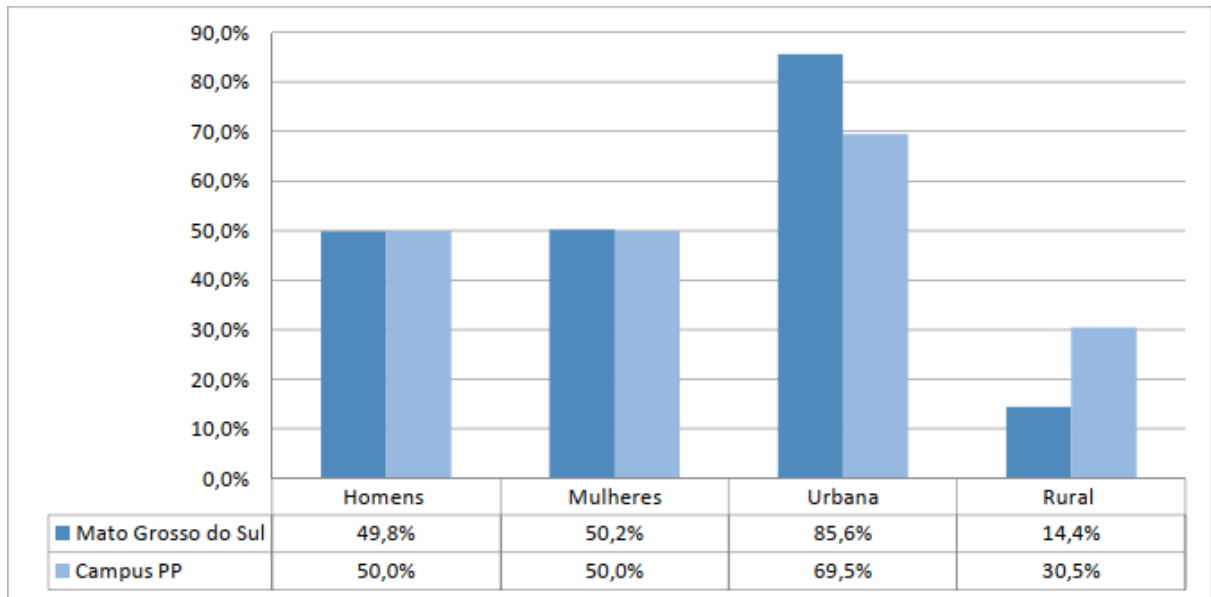
Município de Tacuru

Tacuru é um município brasileiro da região Centro-Oeste, situado no estado de Mato Grosso do Sul. Possui além do português, o guarani como língua oficial. Em 1954, o pequeno núcleo existente, habitado por ervateiros paraguaios e Índios Caiuás. O Nome Tacuru, é uma palavra em Guarani que significa cupim. O Nome foi colocado pelos indígenas que habitavam a cidade. A população estimada do município em 2020 era de 11.674 habitantes de acordo com o IBGE Cidades. Sua área é de 1.784,207 km², o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade é de 0,593 (IBGE, 2021).

O IFMS *Campus* Ponta Porã já teve polos avançados nos municípios de Antônio João, na escola municipal Maika Sanabria Pinheiro e, em Aral Moreia na escola municipal Maria de Lourdes Fragelli, com oferta de cursos na modalidade Educação a Distância como Técnico em Administração, Eventos, Logística, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Segurança no Trabalho, Serviços Públicos. O *campus* também já teve polo no município de Eldorado que hoje pertence ao IFMS *Campus* Naviraí. E, em 13/07/2021 o *campus* assinou termo de cooperação com o município de Amambai, o segundo maior município da área de abrangência da instituição, para a oferta de cursos na modalidade de Ensino a Distância (EaD), com polo no município cedido pela prefeitura.

Conforme gráfico 1, considerando os dados do último censo, do ano de 2010, 30,5% da população da área de abrangência do IFMS *Campus* Ponta Porã residiam na zona rural e 69,5% na zona urbana. Outro dado importante é em relação a população que está dividida entre homens e mulheres na mesma proporção.

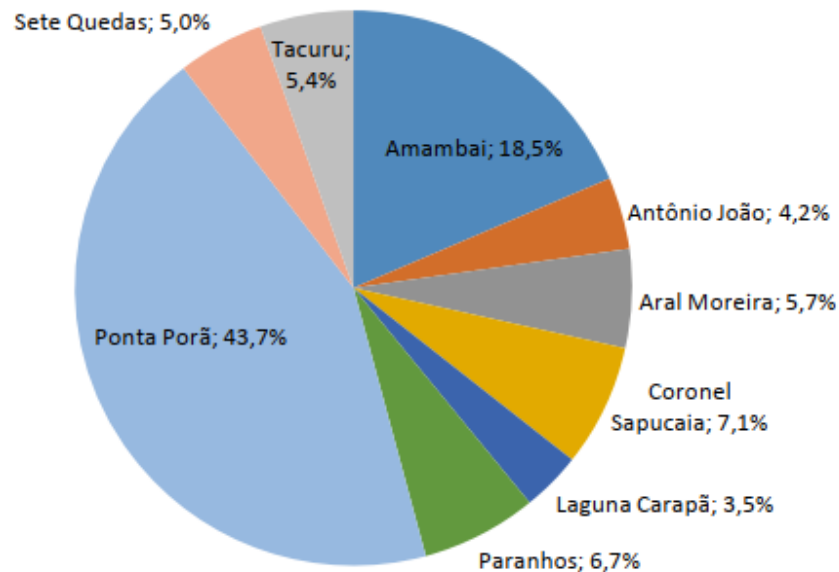
Gráfico 1 - População por situação de domicílio e sexo – 2010 (em %).



Fonte: IBGE, 2010.

Segundo estimativa populacional do IBGE em 2020 (gráfico 2), o município de Ponta Porã com 93.937 habitantes, detém 43,7% do total da população da área de abrangência do IFMS *Campus* Ponta Porã, sendo o município mais populoso. Em seguida aparece Amambai, com 39.826 habitantes (18,5%) os demais municípios são Coronel Sapucaia com estimativa de 15.352, Paranhos com estimativa de 14.404, Laguna Carapã com estimativa de 7.419, Aral Moreira com estimativa de 12.332, Antônio João com estimativa de 9.020, Tacuru com estimativa de 11.674 e Sete Quedas com estimativa de 10.771. Ao todo a Região Sul Fronteira conta com uma população estimada de 214.735 habitantes.

Gráfico 2 - População total estimada dos municípios da área de abrangência do *Campus* Ponta Porã 2020 (em %).



Fonte: IBGE/SIDRA, 2020.

O estado de Mato Grosso do Sul é um dos quatro estados que compõem a região Centro-Oeste do Brasil e faz fronteira com dois países a Bolívia e o Paraguai. Em relação a Região Sul Fronteira, dos 9 municípios cinco fazem fronteira com Paraguai, sendo eles Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos e Ponta Porã, os outros quatro Amambai, Laguna Carapã, Tacuru e Sete Quedas não tem fronteira com outros países. O município de Ponta Porã está localizado na linha de fronteira, sendo cidade gêmea com o município paraguaio de Pedro Juan Caballero que é a capital do Departamento (Estado) de Amambay.

Quando o assunto é fronteira, logo se pensa em criminalidade, tráfico, contrabando, descaminho e toda sorte de maledicências, além das dificuldades sociais, financeiras e falta de investimentos; esta carência pode ser explicada pela própria situação marginal desses espaços que encontram-se afastados dos centros políticos e econômicos do país e estão isolados dos países vizinhos pelo papel segmentador dos limites políticos (BARBOSA, 2004).

Dois marcos normativos ajudam a compreender as políticas destinadas à região fronteira, nos campos sociais, econômicos e de segurança pública: a CDIF (Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira) instituída por Decreto, de 08 de setembro de 2010, e o PPIF (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras) instituído pelo decreto federal 8.903, de 16 de novembro de 2016. O primeiro destina-se a criar políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico. O segundo tem como atribuição

planejar e executar políticas para as áreas de defesa e de segurança pública. Ambos foram criados por Decreto da Presidência da República (CEPIK, 2017).

No Brasil a faixa de fronteira é constitucionalmente definida, no artigo 20 § 2º, da Constituição Federal, como a faixa de terra de 150 quilômetros de largura ao longo da divisa do Brasil com os países da América do Sul, é considerada indispensável para a segurança nacional a faixa de fronteira, de forma que sua ocupação e utilização são regulamentadas por Lei (BRASIL, 1988).

A Lei que regulamenta a ocupação e utilização da área da faixa de fronteira foi promulgada no período da ditadura e assinado pelo presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 a 1985) o último presidente do período da ditadura militar¹¹. A lei nº 6.634 de 02 de maio 1979 estabelece condições e ações específicas na faixa de fronteira e condiciona certas atividades ao assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, o que demonstra a preocupação do Estado brasileiro com a segurança nesse espaço territorial (MACHADO, 2005).

Uma das políticas públicas voltada para área de fronteira é Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)¹² concebido com o propósito de assegurar a vigilância da faixa de fronteira por meio de coleta, sistematização, processamento e distribuição de informações, e como resposta aos desafios de monitoramento e atuação nas fronteiras brasileiras, o sistema visa, também, garantir apoio logístico e de infraestrutura às operações táticas e operacionais, devendo ser entendido no contexto das políticas nacionais de segurança e defesa (SILVA, 2017).

Outra política que visa a segurança das áreas de fronteira é o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, no qual está inserida a Operação Ágata - instituído pelo Decreto número 8.903, de 16 de novembro de 2016, que tem entre os seus objetivos o de coibir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado na Faixa de Fronteira e na Costa Atlântica (MENDES, 2016).

Dessa forma, para as fronteiras as políticas públicas, ações e programas governamentais destinados à segurança, defesa, combate à criminalidade se destacam sobre as políticas públicas

¹¹ Foi em 31 de março de 1964; tropas militares de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas do país e tomaram o controle do Estado em nome de um entendimento de democracia, liberdade, segurança e desenvolvimento nacional. O movimento marcou o (re)início de um regime ditatorial no país, que então, duraria vinte e um anos, e se caracterizaria, entre outras coisas, por um revezamento dos militares no poder central da sociedade brasileira; portanto, um poder hegemônico de classe, que acabou registrado e conhecido historicamente como uma Ditadura Militar (ROSA, 2006, p.33).

¹² O Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras Terrestres (SISFRON) é um sistema de vigilância e monitoramento que vislumbra dotar a Força Terrestre de meios que garantam uma presença efetiva do Estado em áreas-chaves no território nacional, mais especificamente na faixa de fronteira, em volta de um Sistema de Comando e Controle e Apoio à Decisão.

e programas voltadas para ações sociais e econômicos, o que pode denotar uma forma equivocada de solucionar problemas fronteiriços (REIS, 2013).

2.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O tema desenvolvimento regional vem sendo amplamente utilizado tanto nos documentos governamentais, quanto pelo terceiro setor¹³ e também extremamente difundido no meio acadêmico. Tratar de desenvolvimento regional é uma questão bastante complexa a ser analisada, pois envolve vários fatores, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea traz a seguinte reflexão sobre o tema:

O tema do desenvolvimento regional é um daqueles temas que encontram pouca ressonância nos assuntos da conjuntura econômica e política de uma nação. São, assim, problemas que se constituem, regra geral, no horizonte de longo prazo de uma nação ou região. Referem-se a questões estruturais a serem equacionadas, removidas ou superadas. Estão no campo da necessidade de se empreender uma mudança estrutural, uma reorientação de sentido e de trajetória nas vigas balizadoras do (sub) desenvolvimento regional. Esta perspectiva própria da compreensão do regional nos desafia, portanto, a refletir como cada passo dado numa determinada conjuntura adiciona ou subtrai passos necessários à árdua caminhada do longo prazo. (NETO, CASTRO e BRANDÃO, 2017: p. 21)

A imagem de desenvolvimento, muito comumente, está associada à ideia de crescimento econômico, cuja concepção histórica se estabeleceu da relação entre capital e trabalho. Essa associação é importante para o desenvolvimento, contudo deve-se considerar que por trás do elo existente entre capital e trabalho, há uma relação entre pessoas e, portanto, ela não deve ser pautada pela produção de riquezas e aumento do Produto Interno Bruto - PIB (SANDRONI, 1999).

Para o entendimento da distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico e assim passar a uma compreensão sobre a questão do desenvolvimento, recorreremos a Sandroni (1999), que define crescimento econômico como o acréscimo da capacidade produtiva da economia, da produção de bens e serviços, definido pelo índice de crescimento anual do PNB (Produto Nacional Bruto) per capita, também indicado pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico. Nessa definição, claramente observa-se o aspecto quantitativo do crescimento econômico, um fator imprescindível para o desenvolvimento econômico. Este último encontra-se imbuído de uma perspectiva mais qualitativa, entendimento esse que pode ser percebido a partir da seguinte definição de desenvolvimento econômico:

¹³ Terceiro Setor é um termo sociológico utilizado para definir organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público.

Crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. O estudo do desenvolvimento econômico e social partiu da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e, de outro, aqueles que não se industrializaram por isso permaneceram em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais [...] a Organização das Nações Unidas usa os seguintes indicadores para classificar os países segundo o grau de desenvolvimento: índice de mortalidade infantil, expectativa de vida média, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização, instrução e condições sanitárias (SANDRONI, 1999, p. 169).

Neste sentido, ao se verificar as finalidades, características e objetivos dos IFs, consoante no que dispõe os art. 6º e 7º da Lei 11.892, de 2008, denota-se que é comum encontrar adjetivações ao termo desenvolvimento, com referências ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolvimento científico e tecnológico; desenvolvimento crítico; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento cultural; desenvolvimento humano entre outros.

Algumas teorias que tratam do tema desenvolvimento apontam que ele acontece pela capacidade de investimento e que depende dos setores mais modernos da economia e principalmente do potencial do empreendedorismo local e regional, dentre os potencializadores desse fator temos o investimento em educação. De forma que quanto mais baixo for o nível de desenvolvimento do país, menor será esta capacidade de investimento e crescimento. As decisões de investimento tornam-se a principal questão da teoria sobre o desenvolvimento e o principal objeto de políticas econômicas (LIMA; SIMÕES, 2010).

O desenvolvimento endógeno é um processo que passa por diversas fases. Barquero (2001) e Malé (2001) identificam três dimensões importantes desse processo: a primeira de caráter econômico, a segunda, de cunho sociocultural; e, a terceira e última, de caráter político, que instrumentaliza, mediante as iniciativas locais, permitindo criar um entorno local que estimule a produção e favoreça o desenvolvimento. O diferencial desse processo está no fato de que passa a ser estruturado pelos próprios atores locais, por isso a necessidade substancial de investimentos na educação básica e tecnológica, destinada fundamentalmente para as camadas menos favorecidas da população.

De acordo com Perroux¹⁴ *apud* Andrade (1987, p. 59) “desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a torna apta a fazer crescer,

¹⁴ Perroux (1967) formula uma análise sociológica, criticando modelos como R. F. Harrod, E. Domar, J. R. Hicks (modelos H.D.R.). Para ele, tais modelos são extremamente limitados em considerar as particularidades das sociedades subdesenvolvidas, pois padronizam as situações de motivações e renda. Considera que a distribuição da inovação, dos investimentos e da renda adicional entre os setores da economia e entre regiões é a principal condição do desenvolvimento.

cumulativamente e de forma durável, seu produto real global”. A convicção da população é a premissa da mudança das estruturas econômicas. Com base nas idéias de Perroux, Andrade (1987) identifica aspectos fundamentais das economias subdesenvolvidas como inexistência de articulação; excessivos contrastes internos entre áreas exportadoras e outras estáticas; dominação por economias mais fortes com fornecimento de produtos primários; incapacidade de proporcionar condições essenciais de vida à população.

Na abordagem que se faz sobre desenvolvimento, é necessário que a questão social seja valorizada e respeitada. Conforme o economista brasileiro Celso Furtado (1996), não se pode confundir aumento de produção com melhoria do bem-estar social. O desenvolvimento pode ser medido utilizando uma série de indicadores sociais. Para ele:

O conceito de desenvolvimento surgiu com a ideia de progresso, ou seja, de enriquecimento da nação, conforme o título do livro de Adam Smith, fundador da Ciência Econômica. O pensamento clássico, tanto na linha liberal como na marxista, via no aumento da produção a chave para melhoria do bem-estar social, e a tendência foi de assimilar o progresso ao produtivismo. Hoje, já ninguém confunde aumento da produção com melhoria do bem-estar social. Mede-se o desenvolvimento com uma bateria de indicadores sociais que vão da mortalidade infantil ao exercício das liberdades cívicas. Desse ponto de vista, o Brasil apresenta um quadro muito pouco favorável, pois é um dos países em que é maior a disparidade entre o potencial de recursos e a riqueza já acumulada, de um lado, e as condições de vida da grande maioria da população, de outro. O crescimento econômico pode ocorrer espontaneamente pela interação das forças do mercado, mas o desenvolvimento social é fruto de uma ação política deliberada. Se as forças sociais dominantes são incapazes de promover essa política, o desenvolvimento se inviabiliza ou assume formas bastardas. (FURTADO, 1996, p. 64).

Nesse sentido, a partir de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ligado à Organização das Nações Unidas, publicou seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), mediante o entendimento de que para avaliar “o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana” (PNUD). Nesse Relatório é apresentado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como contraponto ao Produto Interno Bruto – PIB per capita como indicador de desenvolvimento, por este considerar apenas a dimensão econômica. Sobre as dimensões para que seja aferido o nível de desenvolvimento, considerando-se o então novo índice, o PNUD argumenta:

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. (PNUD, 2012, p. 1).

No contexto de liberdade a partir do qual o desenvolvimento regional será analisado, a educação terá um fator relevante, uma vez que o estudo tem como objetivo verificar qual o impacto da instalação de uma escola técnica em uma região. O fato é que “a educação para o desenvolvimento, numa realidade complexa, como é a brasileira, teoricamente não é um conceito fácil de se construir, já que se trata de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desníveis” (ROMANELLI, 2007: p. 23).

A análise do desenvolvimento social e econômico de um indivíduo deve ser acompanhada de uma avaliação dos aspectos sociais de natureza qualitativa, conforme a abordagem das capacitações da teoria do desenvolvimento como liberdade de Sen (2000). Existem critérios mais profundos que podem embasar os estudos e análises dessas questões, considerando que a pobreza pode ser relativa ou absoluta. Os indicadores convencionais mostram a situação da pobreza absoluta, a qual corresponde ao não-atendimento das necessidades mínimas vitais relativas à sobrevivência física, sendo que a pobreza relativa considera a situação da pessoa no contexto da inclusão social, com base em aspectos psicológicos (subjetivos), sociológicos, políticos e culturais (SEN, 2000).

O desenvolvimento como liberdade é a teoria discutida pelo economista Amartya Kumar Sen, sua análise abrange as características psicológicas e comportamentais das pessoas. Essa teoria estuda as relações sociais e as ações e resultados provocados nos indivíduos. Ela considera que quanto mais uma pessoa tiver poder e autonomia para poder escolher e conquistar seu bem-estar, participando e interferindo diretamente dos processos decisórios de escolha das formas de satisfação de suas necessidades e desejos, maior será o desenvolvimento e a superação das privações proporciona a conquista das liberdades, sendo a liberdade o meio e o fim para o desenvolvimento (SEN, 2000).

Segundo Sen (2000), o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhoria de condições de vida e liberdade das pessoas. De forma que, o mais importante não é o quanto de renda uma pessoa auferir, mas a forma como essa renda é utilizada e os resultados efetivos que ela gera para o sujeito. São, portanto, os fins e não os meios que justificam a renda. Ainda, segundo Sen (2000, p.18), “desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade das pessoas como a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas voções,

interagindo como mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2000, p.29).

O conhecimento é a base do processo inovativo, nesse contexto os Instituto Federais pelo seu viés científico e tecnológico tem muito a contribuir, e sua criação e difusão alimentam a mudança econômica e tecnológica a partir da transformação das pessoas, constituindo-se em fonte de competitividade sustentada. O aprendizado é o mecanismo chave no processo de acumulação do conhecimento e progresso (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p.16).

Nesse sentido, o Art. 6º da Lei n. 11.892, de 2008, que trata das finalidades e características dos IFs, destaca entre outros itens, que entre os objetivos dos Institutos Federais evidenciam-se o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificando com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

Algumas críticas são tecidas contra o ensino técnico do ponto de vista pedagógico, por ser considerada uma educação positivista. Considera-se na 'Pedagogia Tecnicista' que o aluno e o professor ocupam uma posição secundária porque o elemento principal é o sistema técnico de organização da aula e do curso. De forma que o funcionamento do setor fabril, ao ser transposto para a escola, fez com que a especificidade da educação se perdesse, pois não considerou que a articulação entre a escola e o processo produtivo acontecesse em um modo indireto e por meio de complexas mediações (SAVIANI, 1984).

Um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2019 apontou que somente 25% dos estudantes formados em cursos de nível médio técnico do país acabam trabalhando em ocupações que requerem esse tipo de formação. Essa pesquisa aponta que o ensino técnico pode não ser a salvação para aqueles que buscam nesse tipo de formação uma forma rápida de ingressar no mercado de trabalho e aponta também que os cursos técnicos precisam estar alinhados com as potencialidades locais (REIS e AGUAS, 2019).

De forma que pensar em políticas públicas educacionais como meio de desenvolvimento local e regional, assim a implantação dos Institutos Federais de educação é um fator relevante principalmente se levarmos em conta que “a taxa de retorno em educação é uma das mais altas possíveis para uma sociedade”, considerando que “a competitividade dos países está fortemente ligada ao nível de capacitação de sua população” (KLIKSBURG, 2001, p. 31).

Speranza (2006) e Martins (2002) apontam que as dinâmicas sociais e econômicas locais são oportunidades de a sociedade civil fortalecer sua capacidade de condução e liderança em relação aos processos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, um local desenvolvido seria um espaço territorial, em que todos os cidadãos possam ter uma vida digna, que em tese seria ter, em primeiro lugar, o acesso aos direitos civis, à educação de qualidade socialmente referenciada e a oportunidades de trabalho e renda.

Coraggio (1996) menciona que o verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento humano e a base do avanço da sociedade na conquista de melhores condições de qualidade de vida está ancorado na educação.

Autores clássicos que apresentaram contribuições fundamentais para a análise do desenvolvimento, como Myrdal (1960), com a temática de “causação circular e cumulativa”, de onde derivam os conceitos de “círculo vicioso” e de “círculo virtuoso” do desenvolvimento e Hirschman (1984) destaca seu princípio do *backward and forward linkages* (efeitos a jusante e a montante). Em relação ao desenvolvimento como um processo endógeno, equilibrado e sustentável destacam-se, entre outros, Sachs (2004), Sen (2002), Meier e Stiglitz (2002). Sobre a prática recente do desenvolvimento local no Brasil, ver, por exemplo, Paula, (2004), Vale (2004; 2006; 2007a; 2007b) e Fisher (2002) (VALE; CASTRO, 2010).

Uma abordagem teórico-conceitual desenvolvido pelo grupo RedeSist, sediado na UFRJ, que trata de impactos do processo de inovação tecnológica, do conhecimento tácito e do aprendizado interativo no desempenho de um sistema produtivo e pela ênfase na concepção de um conjunto de medidas prescritivas capazes de estimular o desenvolvimento. Este grupo assemelha-se ao Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateur (GREMI), que reúne analistas regionais, sobretudo da França, Itália e Suíça, Aydalot (1996) e Maillat (1995) (CASSIOLATO; LASTRES, 2004).

Em relação ao crescimento econômico, cabe aqui uma reflexão sobre esse fator, que o diferencia de desenvolvimento regional. Crescimento econômico refere-se a um aumento no produto total na economia. Ou seja, crescimento econômico, ao invés de processo, é determinado pela variação do PIB, ou pela relação do PIB versus crescimento populacional, ou, ainda, pela variação da produção per capita em relação ao aumento do estoque de capital (CONCEIÇÃO, 2002).

Diante das concepções apresentadas sobre desenvolvimento, que traz a possibilidade de levarem-se em consideração os atores locais, percebe-se que o IFMS Campus Ponta Porã, diante das atribuições a ele conferidas mediante sua institucionalidade, pode ser ator participativo na construção de um modelo emancipador de desenvolvimento em seu território de ação. Não se

pode esquecer de que esta é fundamentalmente uma instituição de ensino profissional que deve instrumentalizar seus sujeitos/alunos para a vida em seu sentido pleno de realizações, de forma a entenderem-se sujeitos passivos de direitos e ativos para reivindicá-los, na perspectiva de autonomia apresentada por Souza (2009) e para atuarem em direção à construção de melhores perspectivas de vida.

Para que haja desenvolvimento, é necessário que ocorra um avanço na qualidade de vida da população. Além da questão econômica, é preciso considerar as características sociais, culturais e políticas que influenciam diretamente na qualidade de vida do ser humano. O conceito de desenvolvimento humano considera que é necessário a ampliação das escolhas das pessoas, ou seja, para que as mesmas tenham a capacidade e oportunidade de alcançar aquilo que almejam ser e ter (PNUD, 2020).

Conforme Bacelar (2000), a redução das desigualdades deve ser um dos objetivos do desenvolvimento regional:

A política de desenvolvimento regional não pode deixar de ter, entre seus objetivos fundamentais a questão da redução sistemática das desigualdades regionais que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais no que se refere aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência. (BACELAR, 2006,p.133).

Diniz e Croco (2006) concluem esclarecendo quais os caminhos a serem percorridos para se efetivar uma política de desenvolvimento regional no Brasil, em que haja uma promoção de uma estruturação e reordenação do território brasileiro por meio de uma gestão governamental multiescalar:

A teoria do desenvolvimento regional e urbano permite-nos identificar um conjunto de caminhos para a promoção do desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas e para uma melhor estruturação e reordenação do território brasileiro. Nesse sentido, as políticas deveriam partir da concepção de que o urbano estrutura o espaço. Dessa forma, e, portanto, a intencionalidade da estrutura urbana que se quer construir deveria guiar as demais políticas. Entre as políticas e caminhos para uma nova política de desenvolvimento regional do Brasil a literatura teórica nos permite identificar como básicas: reforço da capacidade de investimento; criação de sistemas locais de pesquisa e inovação; melhoria do sistema educacional; melhoria da infraestrutura de transporte e telecomunicações; reorientação do sistema de subsídios e incentivos. Torna-se, assim, fundamental a institucionalização das instâncias de coordenação e governança de forma multiescalar, com destaque para a gestão metropolitana e para as mesorregiões. (DINIZ, C.C. ; CROCO, M (Org.), 2006, p.29).

Há necessidade de um pacto para o desenvolvimento, em que todos os agentes responsáveis pelo território, dentre eles os governos municipal e estadual, os empresários locais, bancos comerciais e de desenvolvimentos, instituições de pesquisa, cooperativas, associações, dentre outros, estejam unidos em prol da redução das desigualdades.

A razão de ser dos Institutos Federais como instituições voltadas para educação

profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada, dando suporte aos arranjos produtivos locais ofertando cursos e eventos que dialogam com estes arranjos. Outra contribuição importante é através da formação de mão obra especializada. E também através de estratégias de inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço por meio de estágios supervisionados (BRASIL, 2008b).

Considerando que o Instituto Federal de Ponta Porã contribui para o desenvolvimento por meio da formação e qualificação das pessoas inserindo-as no mercado de trabalho permitindo com que elas de continuidade a seus estudos. Dessa forma, a instituição através da educação induz e contribui com o desenvolvimento local e regional, indo de encontro ao que trata Sen (2000) que relaciona o desenvolvimento com a melhoria de condições de vida e liberdade das pessoas.

Mesmo sendo senso comum que o desenvolvimento de uma nação não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementam ao longo de um processo histórico, cabendo à educação importante função estratégica neste processo de desenvolvimento, temos que reconhecer que nem a educação geral nem a Educação Profissional, por si só, geram desenvolvimento, trabalho e renda. (GRABOWSKI, 2006, p. 84).

Por oportuno, dada as referências apresentadas até aqui, é importante salientar que para fins do presente estudo, consideram-se os conceitos de desenvolvimento territorial, local e regional como diferentes escalas geográficas. Ao abordar-se o desenvolvimento territorial ou local, ou o regional, o território será considerado como parte de uma região. Neste sentido, o desenvolvimento regional, uma das principais finalidades dos IFs, que se analisa na presente pesquisa, contribui para o desenvolvimento local, regional e nacional, atuando através da educação para redução das desigualdades econômicas e sociais.

2.5 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL)

Quando tratamos de arranjo produtivo local, inevitavelmente o fator regional passa a ser considerado nesse processo como uma fonte importante de vantagens competitivas, tanto das empresas como das nações (PORTER, 1990; 1999). Nesse contexto o fortalecimento das potencialidades locais, a fim de potencializar o desenvolvimento endógeno, surge o apoio aos arranjos produtivos locais. Segundo Albagli e Britto (2002), Arranjo Produtivo Local (APL) é definido como a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal (CASSIOLATO; LASTRES, 2004).

O termo Arranjo Produtivo Local, ou simplesmente APL, surge como uma alternativa aos debates travados no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) no final da década de 1990, tentando sistematizar todo um leque de teorias econômicas, como se fosse um termo “guarda-chuva” capaz de abrigar uma ampla diversidade do fenômeno, porém com um elemento de coesão, algo presente em todos os conceitos e análises, com intuito de constituir-se como um promissor instrumento de política econômica (COSTA, 2007).

Em síntese, o termo Arranjo Produtivo Local, ou somente APL, resgata a dimensão local, enfatizando a questão do aprendizado, da inovação e do território. No Brasil, a principal referência na construção desse conceito é a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) (CASSIOLATO; LASTRES, 2004).

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos mesmo que incipientes, caracterizam-se como conjuntos de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizado. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO; LASTRES, 2004).

A Redesist – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenada por Lastres e Cassiolato, apresenta a abordagem conceitual partindo de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais – ASPILs, ou seja, APLs e SPILs. A concepção de arranjo, sob a qual se apoia a abordagem conceitual e analítica adotada pela Redesist, é de que a produção de bens ou serviços sempre tem em sua volta arranjos, que envolvem atividades e atores relacionados à aquisição de matérias-primas, e dentre outros mais, máquinas e insumos. Os arranjos variam dos menos aos mais complexos e articulados, sendo estes últimos os sistemas (LASTRES; CASSIOLATO, 2005).

Os APLs são definidos segundo Lastres e Cassiolato (2005), como casos fragmentados que não apresentam articulação significativa entre os atores, enquanto os SPILs são conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais localizados em um mesmo território, com atividades

econômicas correlatas e fortes vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem; incluindo empresas (comerciais, produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de equipamentos e outros insumos, prestadoras de serviços, clientes etc., cooperativas, associações e representações), organizações e instituições de financiamento, pesquisa, ensino, desenvolvimento engenharia.

De acordo com Cassiolato, Matos e Lastres (2008):

A ênfase no local levou ao desenvolvimento do termo mais amplamente difundido de arranjos produtivos locais (APLs). Isto se deve ao fato de que as atividades produtivas e inovativas são diferenciadas temporal e espacialmente, refletindo o caráter localizado da assimilação e do uso de conhecimentos e capacitações, resultando em requerimentos específicos de políticas. (CASSIOLATO; MATOS; LASTRES, 2008, p. 32).

Ao observar como se caracterizam os APLs e fundamentados na concepção de Lastres e Cassiolato (2005) sobre a produção de bens e serviços ter sempre em sua volta arranjos e na de Pecqueur (2005) sobre o desenvolvimento territorial não poder ser implantado por decreto, pois é uma construção dos atores, entendemos que os APLs não são criados, eles surgem de um conjunto de fatores pré-existentes. Um quadro de referências (como o dos ASPILs) pode servir para orientar a formulação de políticas e ações de diversas instituições para o fortalecimento dos APLs, sejam eles complexos ou não.

No contexto de desenvolvimento, que considera várias estratégias para que ele ocorra, dentre eles as aglomerações além dos arranjos produtivos locais têm-se também os clusters, distritos industriais, sistemas inovativos e nesse contexto Von Thünen (1966), Lösch (1954) e Weber (1957), Isard (1956; 1969), e mais recentemente Paul Krugman (1998) trabalham em suas obras sobre localização espacial no que tange a concentração geográfica de certas atividades produtivas (VALE; CASTRO, 2010).

O conceito de clusters industriais refere-se à emergência de uma concentração geográfica e setorial de empresas, a partir da qual são geradas externalidades produtivas e tecnológicas, considerando que as atividades empresariais raramente encontram-se isoladas, o conceito de cluster busca investigar atividades produtivas e inovadoras de forma integrada à questão do espaço e das vantagens de proximidade (BRITTO; ALBUQUERQUE, 2020).

Já com relação aos distritos industriais, trata-se de aglomerações de centenas ou milhares de empresas, onde podem ser encontrados principalmente os empreendimentos de pequeno e médio portes, que operam de forma independente num mesmo segmento de produção industrial, atuando num determinado espaço territorial. O conceito de distrito industrial foi descrito por Marhsall (1890) para caracterizar as concentrações de pequenas e médias empresas

localizadas ao redor das grandes indústrias nos subúrbios das cidades inglesas (FILHO et al., 2006).

2.6 A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

A educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. A educação permite as pessoas compreender o seu entorno sua história e de local onde mora, desde a origem do nome da rua em que vive, até as potencialidades do subsolo da região, todos estes fatores permitem as pessoas praticar uma cidadania ativa na sua localidade (SCOCUGLIA *et al* 2009).

A contribuição da educação para o desenvolvimento está entre outros, vinculado ao aumento das capacidades e oportunidades das populações, bem como para o processo de produção e de criação de riqueza, tendo a educação papel importante na redução da pobreza e, contribuição para o desenvolvimento, ao aumentar as capacidades e oportunidades das populações, bem como para o processo de produção e de criação de riqueza (REGO e CALEIRO, 2012). Dessa forma, é possível deduzir que o investimento em educação é um dos mais rentáveis e acertados investimentos, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual (FRIGOTTO, 2010).

Sem (2000) destaca que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece para sua população, que lhes permitem fazer escolhas e exercer cidadania, o que inclui, dentre outros fatores, a educação. Para o economista indiano, a educação desempenha papel importante na eliminação da pobreza garantindo o desenvolvimento social, econômico e cultural.

Dessa forma, pode-se inferir que a educação é promotora de desenvolvimento humano e pode resultar ainda em desenvolvimento econômico, político e social, cuja necessidade pode ser sentida a partir da realidade vivida pelas pessoas (VERHELST, 1992).

A articulação entre educação e os arranjos produtivos locais permite a melhor exploração das potencialidades locais, alinhado ao desenvolvimento endógeno, livrando as comunidades de uma interferência externa, que pode se retirar da região a qualquer momento, dependendo do interesse dos investidores. Esta visão de ser dono da própria história, podendo atuar na transformação econômica e social, possibilita as pessoas não esperarem o desenvolvimento, mas que elas façam, constituído uma das mudanças mais profundas no processo de desenvolvimento (SCOCUGLIA *et al.*, 2009).

A Educação Profissional e Tecnológica experimentou significativas transformações a partir de 2003, com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No estado de Mato Grosso do Sul a instalação dos dez *campi* da Rede Federal possibilitaram que regiões periféricas antes desassistida de uma política pública educacional articulada e planejada, pudessem ter sua dinâmica socioeconômica positivamente impactada, numa perspectiva de políticas intersetoriais voltadas para o desenvolvimento regional. Para melhor situar esta relação dos Institutos com a temática do desenvolvimento regional, é importante recorrer à lei de sua criação lei de criação dos IFS Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que apresenta no Art. 6º que uma das missões dos Institutos Federais é de qualificar cidadãos para atuação profissional, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

A educação profissional técnica, compõe 50% das vagas ofertadas pelos Institutos Federais conforme previsão na Lei nº 11.892, fato que nos permite uma discussão que nos leva a duas concepções distintas quando trata-se de educação técnica. De um lado, tem-se a defesa de um processo formativo comprometido com a qualificação para o trabalho articulada a uma visão crítica, humanista, holística. Tendo nesta ótica, o investimento em educação profissional justificado enquanto direito das pessoas à educação e à formação para o mundo do trabalho, sob uma concepção inclusiva, de desenvolvimento voltado para a redução das desigualdades sociais e econômicas. E de outro, a educação numa visão empresarial, utilitarista e instrumental, restrita às demandas de produtividade e rentabilidade do capital. Nessa perspectiva as instituições de representação empresarial teriam papel decisivo nas definições de conteúdos e das grades curriculares ofertadas neste modelo de ensino, considerando a educação profissional como objeto da atividade empresarial, o que pode contrariar uma política pública de amplo alcance, no caso da expansão dos Institutos Federais, que é entendido como uma política de formação educacional para além trabalho, em sentido restrito (COELHO, 2008).

Através da política de expansão dos Instituto Federais na oferta de ensino técnico e tecnológico, pode-se inferir que tal política pode assumir significativo papel no desenvolvimento regional, por possibilitar a chegada deste importante equipamento público a todos os rincões brasileiros, por meio da implantação de *Campi* vinculados a uma tipologia institucional, que pode torná-los estratégicos para a transformação econômica e social, visto que essas instituições representam a função do Estado, na implantação e desenvolvimento de políticas de educação profissional (ORTIGARA, 2014).

A educação assumiu enorme importância como um dos elementos da competitividade sistêmica, que passou a constituir fator de relevância nas decisões das empresas, balizando a

localização dos investimentos. No entanto, é fundamental não ceder à equivocada visão de que, nessa relação, muita das vezes atribui-se exagerado poder e descabido protagonismo à educação, enquanto dimensão capaz de, por si só, afiançar a realização do desenvolvimento. Sem articular-se com outras políticas, como as de cunho social, de infraestrutura e outros investimentos, somente a educação não terá poder para promover desenvolvimento (BRANDÃO, 2014).

2.7 TRABALHOS SIMILARES

Neste capítulo a ideia é abordar algumas pesquisas realizadas que tiveram os Institutos Federais como objeto de pesquisa, sendo temas que serviram de inspiração para a condução do presente trabalho. Dentre os vários trabalhos analisados como teses e artigos, segue um resumo de alguns deles.

A pesquisa realizada por Souza (2018) aborda o desenvolvimento regional e local frente à diversidade étnica e cultural, considerando o município de São Gabriel da Cachoeira do Estado do Amazonas, e verificou se as políticas públicas no contexto do IFAM contemplam a diversidade étnica e cultural do local onde está inserida, uma vez que a comunidade indígena deste município que diferencia-se dos demais municípios brasileiros, não apenas por concentrar o maior número de indígenas do país, mas também, por possuir o maior número de diferentes etnias indígenas: habitado por 23 povos indígenas que somam mais de 90% dos habitantes.

Santos (2013) investiga o programa de qualificação profissionalizante do Instituto Federal de Ensino Tecnológico (IFET) do município de Uberaba-MG, na região do Triângulo Mineiro. O objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar a relação entre a formação do trabalhador egresso dos cursos tecnológicos e a sua inserção no mercado de trabalho, tomando por referência o Curso Superior Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, oferecido pelo IFET *Campus* Uberaba-MG, e a real demanda (ou vocação econômica) de mão de obra especializada no mercado de trabalho para os cursos ofertados.

Silva e Terra (2013), ao analisarem a expansão dos IFs e a relação com o desenvolvimento local e regional, investigaram se está havendo efetiva interiorização dos *campi* dos IFs, realizando um recorte regional em relação ao estado do Rio de Janeiro (RJ); se os critérios adotados levaram em consideração o desenvolvimento local e regional; e a utilização da pesquisa com egressos como instrumento metodológico para averiguar a relação da educação profissional e tecnológica - EPT com o desenvolvimento local e regional.

Palasios (2012), ao investigar a articulação da educação profissional e o desenvolvimento territorial no âmbito do Instituto Federal Goiano (IFG), analisou a inserção e atuação do *Campus* Ceres no desenvolvimento territorial do Vale de São Patrício, Goiás. Para tanto, empregou como metodologia a aplicação de questionários e realizou entrevistas semiestruturadas a diferentes atores e agências de desenvolvimento local/regional no âmbito do Vale de São Patrício, bem como com egressos da instituição.

Sampaio (2013) realizou pesquisa para obtenção do título de Mestre em Economia, na qual avaliou a Educação Profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho. Nesse contexto foi avaliado como o processo de interiorização do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) contribui para a endogeneização do desenvolvimento local. Para o autor, ao descentralizar oportunidades, o IFRN permite um diferencial para a vida educacional e profissional de parcela dos alunos formados. Há ainda desafios a serem superados para viabilizar a inserção profissional dos egressos no mercado de trabalho, uma vez que 42% deles ainda não atuam profissionalmente na área de formação. Em alguns municípios do interior do estado há escassez estrutural de oportunidades de trabalho.

Brotto (2013) realizou pesquisa para obtenção do título de Mestre em Educação; a pesquisa foi sobre o Processo de Expansão do IFES: Democracia, Participação e Função Social. Sobre a expansão do IF no Estado do Espírito Santo, o autor concluiu que houve avanços na democratização do acesso, na medida em que se ampliou o número de *campus* e sua interiorização, bem como o número de matrículas. Mas ainda há dificuldades para a participação efetiva da comunidade nos processos decisórios da instituição.

Mattos (2013) realizou pesquisa para obtenção do título de Mestre em Educação, na pesquisa, foi avaliada a Educação e Projeto de Desenvolvimento no Brasil: a expansão da rede federal de educação e tecnologia no início do século. A autora concluiu que a trajetória da educação profissional no Brasil sempre manteve relação com os projetos de desenvolvimento, tendo como períodos de evidência o nacional desenvolvimentismo e o processo de expansão da rede vivenciado neste início de século. A autora afirmou ainda que o papel da educação como impulsionadora do desenvolvimento, promovida pela Teoria do Capital Humano, necessita de uma avaliação crítica, pois estaria reduzindo a educação a um mero fator de mercado.

Hasegawa (2015) realizou pesquisa para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, seu estudo foi sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC – *Campus* Canoinhas: Uma Análise da Implantação e Função Social no Desenvolvimento do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense. O estudo avaliou como o *Campus* Canoinhas (IFSC) vem contribuindo para o desenvolvimento

da região do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense. Sua pesquisa demonstrou que a sociedade deposita confiança e expectativa no trabalho desenvolvido pelo *campus*. O pesquisador concluiu que o alcance da contribuição do *campus* depende da ampliação de sua atuação para os outros municípios pertencentes ao Território da Cidadania, do estímulo à inserção de alunos advindos do meio rural, da garantia de condições concretas de permanência e êxito. Para o autor, é importante que os currículos contemplem conteúdos horizontais que fomentem o empreendedorismo, a autonomia, a responsabilidade social e o desenvolvimento econômico.

Silva (2013) realizou pesquisa para obtenção do título de mestre em planejamento regional e gestão de cidades. O trabalho foi sobre o Instituto Federal Fluminense e o Desenvolvimento Local e Regional: O Desafio da Inserção Profissional dos Egressos do *Campus* Bom Jesus no Noroeste Fluminense. Para subsidiar tal análise, foi realizada uma pesquisa com os egressos da referida instituição de ensino do período de 2009 a 2011. Os egressos analisados foram dos cursos Técnicos em Agropecuária e em Agroindústria, nas modalidades integrado, concomitante e subsequente. Os resultados obtidos pelo pesquisador indicam que os alunos do Ensino Médio integrado ao Técnico estão verticalizando o ensino. Além disso, indicam uma baixa inserção profissional dos egressos nas áreas correlatas aos cursos técnicos. O autor afirma que a partir da discussão teórica, pode observar o quão árduo é promover o desenvolvimento, pois, para promovê-lo, é fundamental a efetivação de sinergia, cooperação e competitividade, nesse contexto o IFF, pode até alavancar o desenvolvimento, mas não pode ser o único responsável por consolidá-lo.

Macedo (2014) realizou pesquisa para obtenção do título de Mestre em Ciências. E teve como objeto de pesquisa a Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial: A Implantação, Expansão e Interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. A pesquisa teve como objetivo estudar a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e sua relação com o desenvolvimento territorial no Estado do Amapá no contexto das políticas de Estado, a partir de reflexões sobre os aspectos legais e teóricos de questões a serem debatidas entre si, tais como políticas de educação, trabalho, desenvolvimento, gestão, mercado e infraestrutura. O autor concluiu que os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, podem promover o desenvolvimento territorial, por meio de soluções educacionais de ensino, pesquisa e extensão, permitindo, de maneira efetiva, o acesso gratuito e de qualidade à educação profissional e tecnológica em todas as regiões do Brasil.

Moreschi (2016) pesquisou a Rede Federal para obtenção do título de Mestre em Administração. A pesquisa foi sobre a Educação Profissional Para o Desenvolvimento

Regional: o Caso do Instituto Federal de Santa Catarina. A pesquisa teve como objetivo geral analisar o papel da educação profissional para promoção do desenvolvimento regional. Para atingir o objetivo, o autor realizou entrevistas com reitor, diretores gerais de *Campi*, prefeitos e secretários de desenvolvimento regional e também aplicou questionários para egressos e servidores do IFSC. O pesquisador constatou que o IFSC ainda não conseguiu se consolidar como uma ferramenta de aplicação da educação profissional enquanto política pública voltada ao desenvolvimento regional. Ele concluiu em sua pesquisa que isso se deve à questão cultural brasileira e à forma acelerada e desordenada como ocorreu a expansão da rede de educação profissional no país. Outro fato apontado pelo estudo é que o IFSC comete desvio de função institucional, uma vez que segundo o autor os alunos procuram o IFSC não pela formação profissional que ele oferece, mas pela qualidade do seu ensino médio que a instituição oferta.

Todos os trabalhos apresentados tiveram os Institutos Federais como objeto de pesquisa nos mais variados temas, mas todos de forma direta ou indireta buscavam apresentar contribuições da rede federal para o desenvolvimento dos lugares onde estão inseridos. Isso demonstra a importância do trabalho pretendido, que tem como objetivo analisar a contribuição do IFMS *Campus* Ponta Porã para o desenvolvimento regional da área de abrangência do município.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus* Ponta Porã, no período de novembro de 2019 a julho de 2021, envolvendo vários atores no contexto desta instituição de ensino. Neste capítulo, trata-se dos aspectos metodológicos que foram utilizados na pesquisa, iniciando pelo tipo e descrição da pesquisa; caracterização do objeto de estudo; população e amostra; bem como a técnica de coleta e interpretação dos dados.

3.1 TIPO E DESCRIÇÃO DA PESQUISA

O procedimento metodológico para alcançar os objetivos da pesquisa, será a partir de um estudo de caso, que de acordo com Martins (2008), “possibilita a penetração em uma realidade social, não considerada plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”. Creswell (2010) também diz que o estudo de caso é uma das estratégias da pesquisa qualitativa na qual o pesquisador explora profundamente um programa. Dessa forma, o estudo de caso permitirá um olhar apurado das particularidades do IFMS *Campus* Ponta Porã, estabelecendo um diálogo com a comunidade escolar e local.

Para alguns autores, o estudo de caso permite ao pesquisador reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno, neste caso utilizou-se de questionário-semiestruturado para coleta de dados, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Pedagógico dos cursos, informações dos sistemas do IFMS como SISTEC, SIGA e SUAP (PATTON, 2002). É um procedimento metodológico que evidencia entendimentos dependendo do contexto da pesquisa, sem esquecer-se da representatividade (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007), centrando-se na compreensão da dinâmica do contexto real (EISENHARDT, 1989) e envolvendo-se num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2007).

A investigação qualitativa “emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados” (CRESWELL, 2010, p. 206). Nesse sentido, foi utilizado questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas, para coleta de dados junto à comunidade do IFMS *Campus* Ponta Porã.

Na análise do material coletado, empregou-se a técnica de Análise de Conteúdo explicitada por Martins (2008), que é uma técnica utilizada para estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva, sistemática e qualitativa, construindo-se inferências

confiáveis de dados e informações com respeito a determinados contextos, a partir dos discursos escritos e orais.

Trata-se de uma pesquisa de amostra intencional (não probabilística), ou seja, amostra selecionada mediante o julgamento do pesquisador. Nesse caso, a amostra por julgamento ou intencional seleciona um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população (ARIBONI; PERITO, 2004; MARCONI; LAKATOS, 1996).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

O *campus* do IFMS no município de Ponta Porã é um *campus* agrícola, conforme Portaria MEC nº 713, de 08 de setembro de 2021, o que demonstra sua conexão com os Arranjos Produtivos Locais (APL) do município de Ponta Porã, que tem bases no agronegócio. A interiorização do ensino técnico tem entre seus objetivos impulsionar o desenvolvimento regional, como prevê o Art. 6º, parágrafo I da Lei nº 11.892/2008 que cria os Institutos Federais.

O IFMS *Campus* Ponta Porã iniciou suas atividades em setembro de 2010 (PDI 2014-2018), com a oferta de cursos técnicos subsequentes à distância em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Nesse período o *campus* ofertava três cursos técnicos na modalidade Ensino a Distância (EaD), em parceria com a Prefeitura municipal, Técnico em Administração, Técnico em Secretariado e Serviços Públicos. As aulas eram transmitidas via satélite pelo IFPR, ofertados nas dependências do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTEM).

Posteriormente, em janeiro de 2011, iniciaram-se as atividades presenciais do *campus* em sede provisória, nas dependências dos *campi* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), situados respectivamente na Rua Itibiré Vieira, Km 4,5, s/nº, no bairro Residencial Júlia Oliveira Cardinal. O *campus* utilizava também em parceria com a prefeitura de Ponta Porã as dependências da escola municipal Manoel Martins localizada no bairro da Granja na rua Campos Sales.

Em setembro de 2013 o IFMS *Campus* Ponta Porã iniciou suas atividades na sede definitiva, localizado no distrito de Sanga Puitã, distante 16km da região central de Ponta Porã, nas margens da BR 463, saída para Dourados. O distrito de Sanga Puitã, faz divisa com a cidade Paraguaia de Zanja Pytá, com uma população estimada de pouco mais de 3 mil moradores de acordo com o último censo do IBGE em 2010.

Atualmente o *campus* têm 1.323 estudantes matriculados nas diferentes modalidades de cursos ofertados, tanto presenciais quanto a distância (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2020).

O *Campus* Ponta Porã (Figura 8) conta com uma área construída de 6.634,41 m², dividida em 04 blocos que abrigam 13 salas de aulas com capacidade para 45 estudantes cada. O *campus* conta com 16 laboratórios de várias áreas sendo química, física, biologia, solos, fitopatologia, sementes, 6 laboratórios de informática incluído robótica, laboratório de humanas, laboratório de alimentos, máquinas agrícolas e microbiologia. A instituição conta também com 33 salas para os setores administrativos como: salas para professores, secretaria, enfermaria entre outras. O *campus* conta com uma ampla biblioteca, uma cantina, uma quadra poliesportiva, um barracão agrícola, uma casa de vegetação, uma sala modular, um hotel tecnológico que abriga a empresa júnior, sala de matérias e um espaço de descanso par aos servidores.

O *Campus* Ponta Porã conta também com uma segunda unidade no município, a Fazenda Experimental unidade II. A utilização desse espaço de 170 hectares que têm como infraestrutura: um barracão agrícola, 3 salas de aula, 2 casas para moradores. Essa área pertence à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, e está sob a responsabilidade do IFMS *Campus* Ponta Porã mediante contrato de comodato, válido por 5 anos, conforme publicação no diário oficial da união N° 224, de 20 de novembro de 2019. O *campus* vem recuperando as instalações da Unidade II, devido à área ter ficado abandonado por um tempo, teve uma invasão de sem-terra que destruíam as instalações o que não permite seu uso na totalidade.

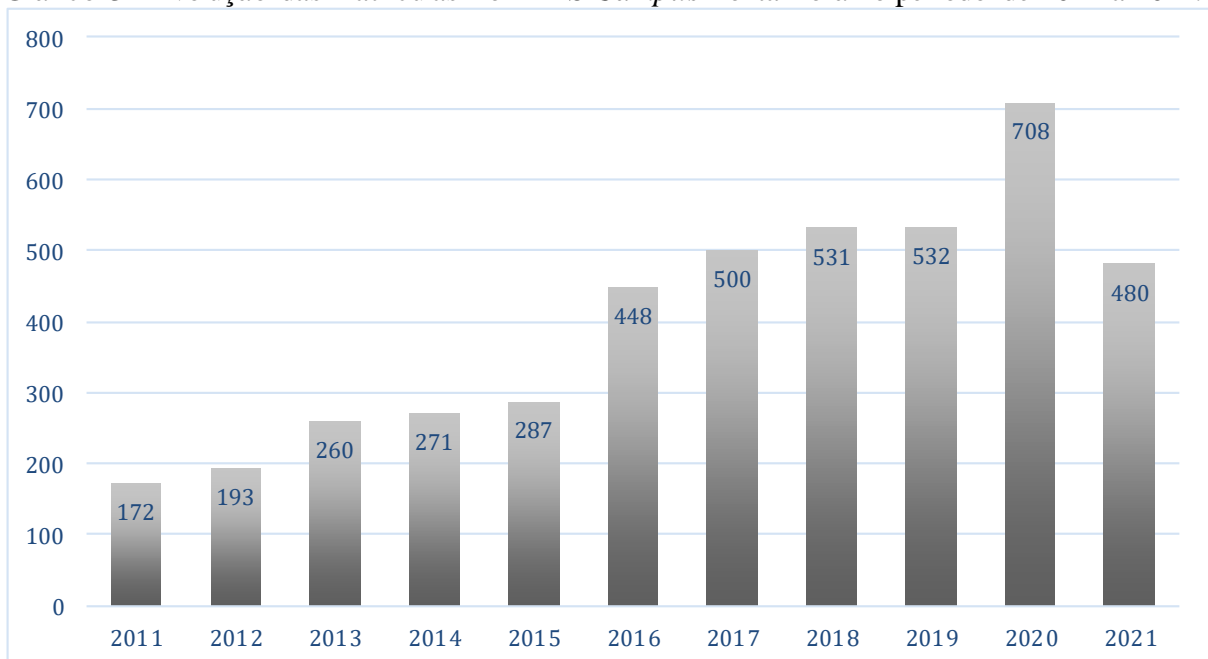
Figura 8 - Vista aérea do Campus Ponta Porã



Fonte: Autoria própria.

O Instituto Federal ao longo desses dez anos de atividades no município de Ponta Porã, já ofertou 18 cursos em vários níveis e modalidades, ofertados na forma presencial e EAD no *campus* sede e também nos polos, perfazendo ao todo 68 ciclos de cursos ministrados. Já passaram pelo registro acadêmico do *Campus* Ponta Porã desde sua implantação no ano de 2011 até 2021 mais de 4.382 estudantes, conforme gráfico 3, de acordo com informações extraídas do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e Sistema Acadêmico (SIGA), matriculados em algum dos cursos ofertados. Dos 4.382 estudantes que tiveram a oportunidade de se capacitarem na instituição até o momento, 1.048 concluíram o curso, ou seja, pegaram o diploma ou certificado (SIGA, SISTEC, 2021).

Gráfico 3 - Evolução das matrículas no IFMS *Campus* Ponta Porã no período de 2011 a 2021.



Fonte: A partir das informações do SISTEC e SIGA do IFMS Ponta Porã 2021.

Dos 18 cursos ofertados pelo *campus*, a proposta da pesquisa é analisar os egressos de 5 deles, sendo os cursos Técnico Integrado de nível médio em Informática e Agricultura, subsequente nível médio em Agricultura, cursos superiores de Tecnologia em Gestão do Agronegócio e Bacharelado em Agronomia.

3.2.1 Curso Técnico Integrado em Agricultura de nível médio

O curso Técnico Integrado de nível médio em Agricultura iniciou em 2011 e até o ano de 2019 tinha duração de 3 anos e meio, desde 2019 o curso tem duração de 3 anos e, possui carga horária total de 3.335 horas. O *Campus* Ponta Porã oferece anualmente 80 vagas, 40 para o período matutino e 40 para o período vespertino. Considerando este cenário, e que no primeiro ano de funcionamento em 2011 foram oferecidas vagas apenas para o período matutino, o referido curso já absorveu 834 estudantes, tendo formado até o presente momento 143 estudantes (SISTEC/IFMS, 2021).

O projeto pedagógico do curso Técnico em Agricultura estabelece como um dos objetivos:

Formar profissionais para atuar no mundo do trabalho globalizado, empreendedores, que sejam possuidores de um pensamento sistêmico, mais aberto, criativo e intuitivo, capazes de adaptarem-se às rápidas mudanças sociais e tecnológicas. (IFMS, 2019, P. 16).

3.2.2 Curso Técnico Integrado em Informática de nível médio

O curso Técnico Integrado de nível médio em Informática também funciona desde 2011 e, até o ano de 2019 com duração de 3 anos e meio, desde 2019 o curso tem duração de 3 anos e possui carga horária total de 3.380 horas. O *Campus* Ponta Porã oferece anualmente 80 vagas, 40 para o período matutino e 40 para o período vespertino. Considerando este cenário e, que no primeiro ano de funcionamento em 2011 foram oferecidas 40 vagas, o referido curso já absorveu 839 estudantes, tendo formado até o presente momento 166 estudantes (SISTEC/IFMS, 2021).

O projeto pedagógico do curso Técnico em Informática sugere para atuação do egresso:

O profissional egresso do Curso de Educação Profissional Técnica em Informática exerce as suas atribuições de forma genérica, podendo assim atuar no acompanhamento das diferentes atividades da computação e tecnologia da informação. (IFMS, 2019, p. 22).

A seleção de estudantes para os cursos Técnicos Integrado ocorre através de edital específico, publicado todos os anos no site do IFMS na central de seleção, o pré-requisito para o ingresso no referido curso é a conclusão do ensino fundamental ou equivalente. O processo seletivo para distribuição das vagas normalmente ocorre através de provas seletivas (Vestibulinho) ou através de análise curricular, como ocorreu no ano de 2021. Para o referido curso tem-se ainda conforme previsão legal disposto na Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro 2012, na Portaria Normativa/MEC nº 18, de 11 de outubro 2012 e Portaria Normativa/MEC nº 9, de 5 de maio de 2017, reserva de 50% das vagas para candidatos de ação afirmativa (cotas).

3.2.3 Curso Técnico Subsequente em Agricultura

O curso Técnico subsequente de nível médio em Agricultura, funciona desde 2016 com duração de 2 anos e carga horária total de 1.320 horas. O *Campus* Ponta Porã oferece anualmente 40 vagas para o período noturno. Considerando este cenário o referido curso já absorveu 212 estudantes, tendo formado até o presente momento 55 estudantes (SISTEC/IFMS, 2021).

O projeto pedagógico do curso Técnico Subsequente em Agricultura estabelece como um dos objetivos:

Formar cidadãos com preparação técnico-científica capazes de utilizar diferentes tecnologias relativas à agricultura, comprometidos com a busca pela autosustentabilidade dos diferentes arranjos produtivos locais, contribuindo com o desenvolvimento econômico regional. (IFMS, 2016, p. 12).

A seleção de estudantes para o referido curso ocorre através de edital específico, publicado todos os anos no site do IFMS na central de seleção, o pré-requisito para o ingresso no curso é a conclusão do ensino médio ou equivalente. O processo seletivo para distribuição das vagas normalmente é por sorteio.

3.2.4 Curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio

O curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio é ofertado desde do 2º semestre de 2011. O curso tem duração de 3 anos e meio, com carga horária de 2.790 horas, ofertado no período noturno. O *Campus* Ponta Porã até o ano de 2018 oferecia anualmente 80 vagas com duas entradas anuais, uma no 1º semestre e outra no 2º semestre. Porém, a partir de 2019 passou a ofertar apenas 40 vagas anuais, com entrada apenas no 1º semestre de cada ano. Considerando este cenário o referido curso já absorveu 632 estudantes, tendo formado até o presente momento 87 estudantes (SISTEC/IFMS, 2021).

O projeto pedagógico do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio estabelece como um dos objetivos:

Preparar profissionais com senso crítico e ético que viabilizem soluções profissionais competitivas para o desenvolvimento de negócios na agropecuária, com domínio dos processos de gestão e das cadeias produtivas do setor. (IFMS, 2016, p. 16).

A forma de ingresso no referido curso pode ocorrer de duas formas, a primeira e mais comum é através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que seleciona estudantes através das notas obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para esta modalidade são

oferecidas atualmente 40 vagas. A segunda forma é através de edital de Transferência Interna, Externa e Portador de Diploma, nesta modalidade normalmente são oferecidas de cinco a dez vagas para cada modalidade, os estudantes matriculados em cursos superiores em instituições públicas e privadas e do próprio IFMS tem a oportunidade de ingressar no curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, assim como aqueles que já são formandos, através da modalidade Portador de Diploma.

3.2.5 Curso superior Bacharelado em Agronomia

O curso superior de Bacharelado em Agronomia passou a ser ofertado no ano de 2015, o *Campus* Ponta Porã oferta anualmente 40 vagas com uma entrada no início de cada ano. O curso tem duração de 5 anos, com carga horária de 4.485 horas. Considerando este cenário o referido curso já absorveu 317 estudantes, tendo formado até o presente momento 33 estudantes (SISTEC/IFMS, 2021).

O projeto pedagógico do curso de Agronomia indica como perfil do egresso que:

O Engenheiro Agrônomo formado pelo IFMS *Campus* de Ponta Porã deverá ser um profissional com perfil eclético e amplo, com base em sólida formação científica e técnica, sendo capaz de atender às diversas demandas da sociedade. (IFMS, 2018, p. 17).

A forma de ingresso no referido curso também ocorre de duas formas, a primeira e mais comum é através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que seleciona estudantes através das notas obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para esta modalidade são oferecidas atualmente 40 vagas. A segunda forma é através de edital de Transferência Interna, Externa e Portador de Diploma para esta modalidade normalmente são oferecidas de cinco a dez vagas para cada modalidade e segue o mesmo formato que já foi constatado para o curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

3.2.6 Servidores públicos do IFMS *Campus* Ponta Porã

Em termos, o IFMS segue a distribuição de servidores e de cargos de confiança conforme determina a portaria 713, de 08 de setembro de 2021. Que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e define normas e parâmetros para a sua implementação. A referida portaria define também a quantidade

mínima de servidores por categoria sendo definido 70 professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e 60 técnicos administrativos.

O IFMS *Campus* Ponta Porã atualmente conta com 106 servidores efetivos, destes 46 são técnicos administrativos de diversas áreas, e 60 são Professores EBTT. Também conta ainda com 11 professores substituto contratados, selecionados por meio de processo seletivo específico com vínculo empregatício de no máximo 2 anos, para repor professores efetivos afastamento por diversos motivos saúde, capacitação entre outros. Para os técnicos administrativos não há esta previsão em lei, ao todo o *campus* conta com 117 servidores (SUAP, 2021).

3.2.7 Colaboradores terceirizados

O IFMS *Campus* Ponta Porã tem uma área de 25 hectares na sede e 170 hectares na Unidade II Fazenda Experimental, com uma área construída de mais de 6.000m²; todos estes espaços demandam manutenção e conservação. Cabe destacar ainda que por não ser atendido pela prestação de serviços de saneamento básico público de coleta de esgoto, o *campus* conta com uma estação própria de tratamento de esgoto por elevação (ETE). Para manter o funcionamento e conservação da unidade é necessário que se faça manutenção preditiva, preventiva, corretiva, vigilância patrimonial, limpeza, copeira e recepção. Na realização destas atividades o *campus* conta com 8 vigilantes que atuam na vigilância e guarda patrimonial, 8 agentes de limpeza que zelam os ambientes, 1 oficial pleno que atua na manutenção, 2 jardineiros que fazem a manutenção da jardinagem, 1 copeira que prepara café e outras ações para os servidores, 1 operador de Estação de Tratamento de Esgoto –ETE que mantém a estação em condições de funcionamento e 1 recepcionista que auxilia no atendimento da Biblioteca. Ao todo são 5 empresas terceirizadas que prestam serviços no *Campus* Ponta Porã, com um total de 22 colaboradores. O Instituto divulga estas informações na página da transparência do site institucional (IFMS, 2021).

3.2.8 Empresas do agronegócio

O município de Ponta Porã ocupa posição de destaque no agronegócio de Mato Grosso do Sul e já foi o 2º maior produtor de soja do estado (570 mil toneladas) e 3º maior produtor de milho (640,5 mil toneladas). Além de Ponta Porã todos os outros municípios da região Sul Fronteira Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos,

Sete Quedas e Tacuru, têm destaque no agronegócio. Em Ponta Porã está localizada a Fazenda Itamarati, que foi propriedade de Olacyr de Moraes, considerado o rei da soja na década de 70, hoje o maior assentamento rural da reforma agrária do Brasil (PADUA-GOMES et al., 2015).

O conceito de agronegócio implica na ideia de cadeia produtiva, com negócios “a montante” e “a jusante” das atividades agropecuárias. Atividades ligadas à produção e comercialização de insumos agrícolas, como fertilizantes, defensivos, corretivos, maquinários e toda uma rede de produtos e serviços ligados a elas, situam-se a montante. Esta capacidade do agronegócio de impulsionar diferentes setores da economia (indústria, comércio e serviços) atividades ligadas às lavouras, pecuária, florestas e extrativismo, a agroindustrialização dos produtos primários, transporte e comercialização de produtos primários e processados, atraindo vários investimentos nos locais onde estas atividades são desenvolvidas (MAPA, 2011).

O *Campus* Ponta Porã é um dos 3 *campi* agrícolas do IFMS, esta característica vai ao encontro a um dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) da região que está ligado ao agronegócio.

3.2.9 Equipe de Gestão do IFMS *Campus* Ponta Porã

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) é uma Autarquia do Poder Executivo Federal, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, orçamentário-financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A organização interna dos *campi* é semelhante, mas não idênticas, a gestão do *Campus* Ponta Porã é composta pela Direção-Geral (Dirge) autoridade máxima do *campus*, que tem como subordinados direto, a Chefia de Gabinete (Gabin), Coordenação de Gestão de Pessoas (Cogep); Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (Diren) e Diretoria de Administração (Dirad). A Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (Diren) tem como subordinados direto o Auxiliar da Diretoria de Ensino; Coordenação de Gestão Acadêmica (Cogea); Coordenação de Educação a Distância (Coead); Coordenação de Pesquisa e Inovação (Copei); Coordenação de Extensão e Relações Institucionais (Coeri); Coordenação de Gestão de Produção (Coges); Coordenação dos Cursos do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação (Coinf); Coordenação dos Cursos do Eixo Tecnológico de Recursos Naturais (Coren); Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio (Cotag) e Coordenação do Curso Superior de Bacharelado em Agronomia (Cobag). A Diretoria de Administração (Dirad) tem como subordinados direto a Coordenação de Administração de Sede (Coads); Coordenação de Planejamento e Orçamento

(Copor); Coordenação de Materiais (Comat) e Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio (Coalp) (IFMS, 2021).

Desta forma, a equipe de gestão do *Campus* Ponta Porã é composta por 19 pessoas que ocupam as mais variadas funções, com missão de dar suporte para a Direção Geral nas tomadas de decisões, que definem os rumos de atuação da instituição no município. A cada quatro anos ocorre consulta pública junto à comunidade para escolha de Diretor Geral, para os demais cargos não há eleição, é uma escolha do(a) Diretor eleito. Estas informações estão no site institucional do IFMS na página Quem é quem (IFMS, 2021).

3.2.10 O IFMS *Campus* Ponta Porã na comunidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) *Campus* Ponta Porã realiza alguns eventos abertos ao público, que permitem que a instituição se aproxime e se insira na comunidade, levando informações, conhecimentos e cultura para os moradores de Ponta Porã e região.

Entre os eventos promovidos pelo IFMS, tem-se a Feira de Ciências e Tecnologia da Fronteira de Ponta Porã – FECIFRON. A FECIFRON é realizada todos os anos pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) *Campus* Ponta Porã desde de 2013 e compõe uma ação da instituição dentro da Semana de Ciência e Tecnologia (SC&T). E tem como objetivo promover o desenvolvimento da criatividade e da capacidade inventiva e investigativa dos discentes nos níveis fundamental, médio e da educação profissional de nível técnico, visando a promoção da pesquisa em todas as áreas do conhecimento da ciência e tecnologia, nas escolas das redes pública e privada do município de Ponta Porã. Durante a FECIFRON ocorrem apresentações e exposição de trabalhos, pesquisas e projetos de diversas áreas do conhecimento. Concomitante, ocorrem também oficinas a estudantes e professores direcionadas a diversas áreas do conhecimento alinhadas à temática da semana anual da Ciência e Tecnologia.

A feira movimenta todo o município, com excursão de escolas convidadas que trazem seus estudantes para prestigiar e ter contato com pesquisas dos mais variados temas na média 100 artigos são expostos por ano. Cerca de 3 mil pessoas prestigiam a feira todos anos.

O Festival de Arte e Cultura da Fronteira – Facfron é outro evento realizado pelo IFMS *Campus* Ponta Porã desde de 2016, como foco nas expressões artísticas e culturais da fronteira do Brasil com o Paraguai, principalmente pelo multiculturalismo fronteiriço das cidades gêmeas de Ponta Porã no Brasil e Pedro Juan Caballero capital do departamento de Amambay, no Paraguai. O festival explora a riqueza da diversidade linguística, cultural, gastronômica sendo

o Festival um espaço para essas manifestações. O evento proporciona uma viagem intercultural que envolve não somente as culturas do Brasil e do Paraguai, mas de todos os povos que vivem nesta região de fronteira e colaboram para esta amplitude cultural.

O Festival é uma oportunidade para que a comunidade interna e externa do IFMS possa demonstrar seus talentos nas artes, nas cênicas, audiovisual, música, literatura, artes visuais e na dança. O evento conta com auxílio financeiro do IFMS por meio do Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação (Piepi). Cerca de 2 mil pessoas prestigiam a feira todos os anos.

O IFMS *Campus* Ponta Porã realiza também Dia de Campo, que é uma oportunidade, para que os estudantes e professores possam apresentar seus projetos em diversas áreas ligadas ao agronegócio, desde a implantação de uma nova tecnologia como também o melhoramento e adequação de processos já existentes. É uma oportunidade que a instituição tem para ampliar sua relação com a comunidade e o mercado. A partir disso e por meio dos cursos técnicos e de graduação, promover ações que envolva os estudantes, professores, produtores e empresas em movimentações para geração de conhecimento. Permitindo com que os estudantes e professores possam ter contato com o que existe no mercado, e as rodas de conversa contribuem para que empresas e produtores relatem suas experiências. E da mesma forma, as empresas e os produtores têm a oportunidade de ver o que a academia está produzindo.

O primeiro dia de campo do IFMS *Campus* Ponta Porã aconteceu em 2017 e atraiu empresas e produtores da região, cerca de 300 pessoas prestigiam o evento todos os anos.

As informações relacionadas aos eventos foram extraídas do site institucional do IFMS e das redes sociais do *campus* Facebook e Instagram.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A partir das informações obtidas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, Sistema Acadêmico-SIGA, Sistema Unificado de Administração Pública-SUAP, Site Institucional do IFMS em relação ao número de estudantes, egressos, servidores, colaboradores terceirizados.

Em relação aos egressos, o universo deste público é de 1.048 pessoas, porém a população a ser pesquisada neste trabalho será de 484 egressos de cinco cursos. Para o levantamento de dados, aplicou-se questionário para 120 egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã, sendo: vinte para o curso Técnico Integrado em Informática, vinte para curso Técnico em Agricultura, dez para o curso Subsequente em Agricultura, sessenta para curso de Tecnologia

em Gestão do Agronegócio e dez do curso de Bacharelado em Agronomia. A definição do número de questionário aplicado levou em conta a facilidade de contato com os egressos.

Para os servidores, aplicou-se questionário para todos os 117, sem distinguir técnicos administrativos, docentes efetivos de docentes contratados. Igualmente para os colaboradores terceirizados encaminhou-se questionário para todos os 22. Já para as empresas do ramo de agronegócio encaminhou-se questionário para 7, todas do município de Ponta Porã, que têm ou tiveram em seu quadro de colaboradores, egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã. Aplicou-se questionário também para equipe de gestão desse polo de ensino, composta por 19 pessoas.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi realizada através de questionários semiestruturado encaminhado para os participantes. Segundo Gil (2007), questionário é o conjunto de questões que são respondidas por escrito pelos sujeitos pesquisados, o que corrobora com Creswell (2010) sobre pesquisa qualitativa, na qual o método de coleta de dados é por meio de perguntas abertas e fechadas, utilizando umas das ferramentas de interrogação que pode ser questionário.

Dessa forma, foram elaborados cinco questionários semiestruturado com perguntas variadas para cada público, abertas e fechadas, sendo: um questionário para os estudantes egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã, outro para os servidores, outro para os colaboradores terceirizados, outro para empresas do município que tiveram ou têm em seu quadro, colaboradores egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã e um questionário para a equipe de gestão dessa instituição.

No questionário aplicado aos egressos (APÊNDICE A) abordou-se temas como renda, idade, área de atuação profissional entre outras, das vinte e sete perguntas, vinte foram de múltipla escolha e sete abertas. O questionário aplicado aos servidores (APÊNDICE B) abordava temas sobre a infraestrutura de salas de aula, laboratórios e tempo de atuação no *campus* entre outras, das vinte e três perguntas 4 abertas e 19 fechadas. Para os colaboradores terceirizados (APÊNDICE C), também contemplou temas como oportunidade de emprego, renda, escolaridade entre outras, das doze perguntas 6 abertas e 6 fechadas. Para as empresas (APÊNDICE D) aplicou-se questionário com 9 perguntas abertas relacionados a expectativa com o egresso do IFMS *Campus* Ponta Porã, preparo para desenvolver as atividades ligadas a área de formação e sugestão de melhoria na formação. No questionário aplicado a equipe de gestão (APÊNDICE E) do *campus* abordou-se a visão dos gestores sobre a importância do IFMS de Ponta Porã para o desenvolvimento regional, com 5 questões abertas.

Os questionários foram encaminhados através do Google Forms no e-mail e WhatsApp dos participantes da pesquisa. Os e-mails dos estudantes foram abstraídos através do Sistema Acadêmico – SIGA, que é o sistema que gerencia os dados dos estudantes do IFMS e que contém todas as informações dos discentes. Os egressos dos cursos superiores Gestão do Agronegócio e Agronomia possuem um grupo de WhatsApp com a maioria dos egressos o que facilitou o encaminhamento do questionário para este público. Da mesma forma, os e-mails dos servidores foram conseguidos junto ao setor de recursos humanos do *Campus* Ponta Porã Coordenação de Gestão de Pessoas– COGEP/PP, os servidores do *campus* também têm um grupo de WhatsApp, que facilitou o encaminhamento dos questionários. E, junto à Coordenação de Administração da Sede do *Campus*– COADS/PP conseguiu-se as informações dos colaboradores terceirizados; para estes também foram enviados os questionários no grupo de WhatsApp. Para obter acesso às informações da instituição, obteve-se autorização da Reitora do IFMS, bem como do Diretor Geral do *Campus* Ponta Porã, por meio da Decisão da REITORIA N°370/2019 - RT/IFMS.

A aplicação dos questionários para empresas também foi pelo WhatsApp; das 7 empresas pesquisadas, apenas duas solicitaram o envio por e-mail as outras preferiram o encaminhamento do link do questionário pelo WhatsApp. Para o grupo de gestão, encaminhou-se o questionário pelo e-mail e também no grupo do WhatsApp da gestão do *Campus* Ponta Porã.

A análise dos dados foi feita através da técnica de análise de conteúdo, que é definido por Bardin (2011, p.47) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

A análise de conteúdo está dividida em três etapas, sendo a primeira a pré-análise. Nessa etapa, ocorre a organização do material que será analisado com o objetivo de torná-lo operacional, no nosso caso além de documentos, artigos, leis utilizaremos para coleta de dados a aplicação de questionário. A segunda fase compreende a exploração do material, entendido como ponto crucial da análise de conteúdo, etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. E por fim, a terceira fase que consiste no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, onde os resultados são tratados de modo a terem significados e validados (BARDIN, 2011).

3.4.1 Dificuldades e desafios com aspecto ético da pesquisa

Neste espaço, apresenta-se algumas considerações quanto as dificuldades enfrentadas em relação a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética. A principal barreira enfrentada foi a submissão para aprovação do projeto na Plataforma Brasil, uma vez que na pesquisa envolvia a participação de pessoas por meio de respostas via questionário eletrônico.

A ética em pesquisa no Brasil, tem passado por transformações, desde que se estabeleceu na Plataforma Brasil um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa, que envolvam seres humanos, nos Comitês de Ética em todo o país. A Plataforma é a única via de protocolar projetos de pesquisa que envolva seres humanos, a plataforma foi criada em 2011. A Resolução CNS 466/12 estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolva seres humanos (LOPES-JÚNIOR, 2016).

A adoção da Plataforma foi motivada pela necessidade de agiliza as avaliações ética, das pesquisas protocoladas nos CEP, no sentido de informatizar os procedimentos realizados pelo Sistema CEP-CONEP, assim como integrar as informações entre o pesquisadores, comitê local e comissão nacional, e acompanhar as pesquisas em seus diferentes estágios (GUERRIERO; BOSI, 2015).

Entretanto, essa ferramenta tem sofrido críticas em virtude de sua formatação permanecer voltada para as investigações biomédicas, o que gera dificuldades para os estudiosos das áreas de Ciências Humanas e Sociais - CHS. Inclusive existe várias divergências de opiniões quanto o papel dos comitês de ética em pesquisa (CEP). A submissão de um projeto de pesquisa à avaliação do CEP, não apenas ensina ao estudante as regras e procedimentos para empreender uma pesquisa, mas, principalmente, manifesta o respeito que a investigação envolvendo seres humanos deve guardar, para com aqueles que a elas se submetam (LOPES-JÚNIOR, 2016).

Esse cuidado com os trabalhos de pesquisa quanto a submissão para apreciação dos comitês de ética, demonstra que o trabalho escrito resultante da pesquisa tenha respeitabilidade e credibilidade, isto é, o leitor precisa partir do pressuposto de que tudo foi feito de forma correta, de acordo com os limites da ciência, e que a aplicação do conhecimento resultante do estudo beneficiará ou, no mínimo, não causará mal ao ser humano (GUERRIERO; BOSI, 2015).

Dessa forma, a elaboração das resoluções éticas e a instalação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, não constituem marcos importantes apenas por possibilitarem a aplicação de

normas e regras, mas, sobretudo, por garantirem o respeito e a proteção dos sujeitos da pesquisa enquanto seres biopsicossociais e contribuírem para a efetivação da democracia deliberativa, colocando os participantes na condição de cidadãos, e a ciência sob o crivo da sociedade, que deve ser beneficiada pelas pesquisas (GUERRIERO, 2016).

A Resolução 466/2012 possibilitou algumas inovações, tais como a ampliação dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, especialmente a obrigatoriedade da assinatura dos participantes ao termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) - que agora passa a ser considerado como “Processo de Consentimento Livre e Esclarecido” - para realização de estudo ou anuência dos mesmos (termo de assentimento) no caso daqueles que não possuem autonomia jurídica (criança, adolescente ou o legalmente incapaz) (GUERRIERO, 2016).

Porém, algumas críticas são tecidas ao formato de análise dos projetos, entre eles a necessidade de projetos das chamadas áreas temáticas passarem pelo crivo da CONEP após aprovação pelo CEP local. Esse trâmite ainda continua em vigor para projetos de áreas específicas e para aqueles desenvolvidos com cooperação estrangeira, independentemente da área, essa dupla análise para algumas situações é compreendida por grande maioria dos pesquisadores como excessiva e preciosista (LOPES-JÚNIOR, 2016).

Outra crítica recorrente é que os pesquisadores da área de Ciências Humanas e Sociais – CHS, por exemplo, continuam enfrentando dificuldades com o sistema CEP-CONEP, que expressa inadequações da concepção de pesquisa inspirada nas ciências biomédicas e aplicada indevidamente em outros domínios, o tratamento igualitário e sem distinção a pesquisas com objetivos e propostas diferentes, bem como dos procedimentos preconizados pelas diretrizes brasileiras para revisão ética dos estudos qualitativos em saúde, prejudica e atrasa pesquisas que não têm necessidade de tanto rigor, como uma pesquisa médica (GUERRIERO, 2016).

No Brasil, como consequência das normas em vigor, pesquisas relevantes sofrem atrasos ou mesmo ficam inviabilizados pela demora ou mesmo recusa pelo sistema atual, formado pelos mais de 600 Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Porém, é fundamental registrar que a transdisciplinaridade rompe os muros entre as disciplinas e articula diferentes saberes e conceitos para a compressão de objetos complexos. Outro fator relacionado a análise dos projetos é a concepção positivista da ciência ainda hegemônica nas resoluções sobre ética em pesquisa e a própria composição do sistema CEP/CONEP resultam num contexto adverso para as CHS (LOPES-JÚNIOR, 2016).

A dificuldade enfrentada por este pesquisador em relação a aprovação do presente projeto de pesquisa no Comitê de Ética da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul –

UEMS, vai de encontro as críticas mencionadas, o projeto levou 450 dias para ser aprovado, e foi reprovado por duas vezes pelo Comitê da UEMS, o que fez com que o pesquisador entrasse com recurso na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP onde o projeto foi aprovado.

Um dos problemas que atribuímos a reprovação foi a falta de experiência e atenção em submeter projeto na Plataforma e, a questão da montagem dos documentos obrigatórios para submissão. Documentos como TCLE e Brochura são alguns documentos que devem ser inseridos no sistema e a falta de conhecimento e orientação fez com que, da primeira submissão até as correções dos documentos observados na primeira análise do Comitê, levasse quase dez meses. O pesquisador somente teve segurança e orientação de onde encontrar os modelos dos documentos nas aulas de Seminários II no 3º semestre do curso.

Uma sugestão para a Universidade, é que, já no primeiro semestre possa orientar os estudantes que vão realizar pesquisa que necessite da submissão na Plataforma Brasil para análise do Comitê de Ética, de onde podem encontrar no site da universidade os modelos de documentos, bem como, as resoluções que regulamentam a análise dos projetos, para evitar problemas básicos na submissão. Uma vez que pelo próprio formato da pesquisa como já referenciado, os estudantes da área da CHS terão dificuldades na aprovação, pela forma como se concebeu as resoluções e na própria plataforma Brasil.

Neste contexto, o presente projeto foi reprovado por duas vezes pelo comitê de ética da UEMS, por questões que eram perfeitamente sanáveis, porém o comitê não entendeu dessa forma, fato que causou prejuízos para este pesquisador, uma vez que já poderia ter encerrado e defendido o presente trabalho. O fato de que o comitê da UEMS estava equivocado se efetivou com a aprovação por parte do CONEP, que inclusive fez correções e sugestões no projeto que o comitê local não se atentou e que de fato poderiam comprometer o projeto.

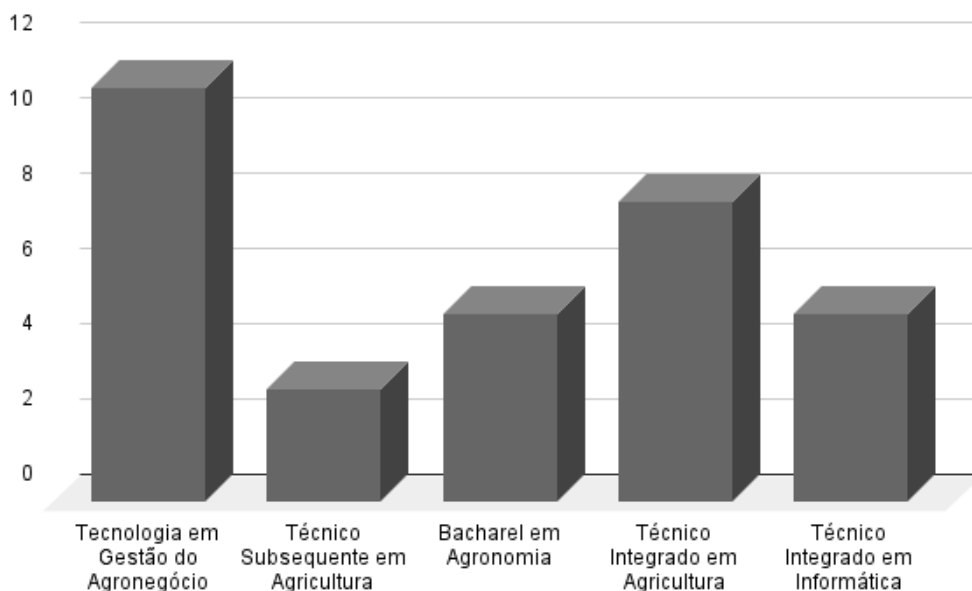
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Egressos

A discussão dos resultados obtidos nessa categoria parte de questionamentos sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho; se a formação deles corresponde às necessidades dos setores produtivos e dos arranjos produtivos da área de formação; se estão inseridos em atividades relacionadas à sua área de formação; assim como sobre quais percepções destes egressos podem ser diagnosticadas no sentido de melhor orientar a atuação do IFMS *Campus* Ponta Porã.

Apresenta-se a seguir os resultados dos questionários aplicados aos egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã. Dos 120 questionários aplicados para os egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã, apenas 32 responderam, conforme gráfico 4. Dos vinte questionários encaminhados para os egressos do curso Técnico Integrado em Informática cinco responderam sendo 15,6% do total de respondentes, dos vinte aplicados ao curso Técnico em Agricultura oito responderam totalizando 25% do total de respondentes. Do curso Subsequente em Agricultura tivemos retorno de três questionário dos dez aplicados que representa 9,4% do total de respondentes, dos sessenta questionários aplicados para curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio tivemos o retorno de onze totalizando 34,4% dos respondentes e dos dez questionários encaminhados para os egressos do curso de Bacharelado em Agronomia tivemos o retorno de cinco sendo 15,6% do total de respondentes. No geral, obteve-se retorno de todos os egressos dos cursos nos quais os questionários foram aplicados.

Gráfico 4 – Quantidade de respondentes por curso



Fonte: Autor.

A definição do tamanho da amostra em uma pesquisa é sempre um dilema para todo pesquisador. É certo, que grandes amostras são mais confiáveis do que pequenas, mas não é necessário tomar como amostra todos os sujeitos alvo da pesquisa ou uma grande parcela para obter resultados possíveis de aferição, no nosso caso a nossa amostra definida foi de 120 egressos do *Campus* Ponta Porã, de um universo de 1.944, porém tivemos retorno de apenas 26,66% da amostra selecionada. Segundo (KOTLER, 2007, p.94) “Se bem escolhidas, amostras de menos de 1% da população podem oferecer resultados confiáveis”.

A população pode ser pesquisada de duas formas, por censo ou por amostra. O censo é a pesquisa que abrange todos os sujeitos da população selecionada para a pesquisa. Amostra diz respeito a um subconjunto da população, fração ou uma parte do grupo. Não há dúvida de que uma amostra não representa perfeitamente a totalidade da população, mas é possível inferir padrões de comportamento de uma pequena amostra da população pesquisada (CROCCO, 2006).

Outro fator relevante na pesquisa é que nem sempre pesquisadores trabalham com tempo, energia e recursos econômicos suficientes para realizar um trabalho. E tem-se também o fator disposição dos sujeitos para participar das pesquisas, outro problema que os pesquisadores enfrentam, nem todo mundo está disposto a responder um questionário ou a fazer uma entrevista. Sendo raras as vezes em que é possível trabalhar com todos os elementos da população. O que força o pesquisador a estudar um pequeno grupo de indivíduos, retirados da população desejada, este grupo denomina-se amostra (LEVIN, 1987).

A partir das respostas dos egressos do IFMS de Ponta Porã conforme tabela 2, observou-se que eles são de vários lugares do Brasil e podemos dizer do mundo. Da região de abrangência do IFMS *Campus* Ponta Porã, Região Sul-Fronteira que contempla 9 municípios, apenas os municípios de Amambai e Ponta Porã estão representados nesta amostra de egressos.

Tabela 2 - Origem dos egressos

ORIGEM DOS EGRESSOS	CIDADE	NÚMERO DE EGRESSOS	CURSO
Bahia	Oliveira dos Brejinhos	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio
	Amambai	1	Bacharelado em Agronomia
	Ivinhema	1	Técnico Integrado em Agricultura
	Bandeirantes	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio
	Bela Vista	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	1	Bacharelado em Agronomia
		2	Técnico Integrado em Informática
		1	Técnico Integrado em Agricultura
		1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio
	Dourados	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio
	Glória de Dourados	1	Técnico Subsequente em Agricultura
	Naviraí	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio
	Ponta Porã	2	Técnico Integrado em Agricultura
		2	Bacharelado em Agronomia
		3	Técnico Integrado em Informática
2		Técnico Subsequente em Agricultura	
	5	Tecnologia em Gestão do Agronegócio	
São Paulo	Ilha Solteira	1	Técnico Integrado em Agricultura
	Limeira	1	Bacharelado em Agronomia
Paraguai	Assunção	1	Técnico Integrado em Agricultura
	Pedro Juan Caballero	1	Técnico Integrado em Agricultura
Taiwan	Taichung	1	Tecnologia em Gestão do Agronegócio

Fonte: Autor.

A interação entre diferentes culturas pode contribuir para que as pessoas ou grupos sociais modifiquem seu prisma de compreensão a partir de suas diferenças, assumindo novos pontos de vista e diferentes lógicas de interpretação da realidade social. Considerando que os egressos do *Campus* Ponta Porã são de diferentes regiões e lugares do país e do mundo, mostra que a instituição pode aproveitar essa mistura para potencializar o aprendizado de seus estudantes. Dessa forma, a ênfase não pode ser na barreira que isola e serve de fortalecimento de uma cultura, mas na possibilidade de criar pontes entre as diversas culturas para multiplicar-se, sendo a escola um ambiente excelente para que ocorra essa sociabilização (DIETZ & CORTÉS, 2011; REBOLLEDO, 2009).

Sobre a importância do multiculturalismo e considerando que o IFMS *Campus* Ponta Porã tem estudantes brasileiros de origem estrangeira conforme podemos observar na tabela 2, fator que abre possibilidades na qual a Instituição vem trabalhando, no que se refere a internacionalização. Atualmente, a temática da internacionalização da educação já faz parte do cotidiano da instituição, mesmo que muitas vezes de forma não perceptível, caso que já ocorre no *Campus* Ponta Porã, com a presença de estudantes de origem estrangeira, favorecida principalmente pela localização desse polo do instituto em uma região de fronteira. Este é um indicativo da importância, da internacionalização que está descrita no PDI 2019/2023 do IFMS como uma estratégia de gestão, que tem por objetivo macro a inserção do Instituto em um contexto global de educação (SCHIEDECK, 2019) (IFMS/PDI, 2019/2023).

Nesse sentido, em relação a internacionalização do IFMS *Campus* Ponta Porã, a gestão que assumiu a administração desse polo de ensino no quadriênio 2019/2023 tem como um dos objetivos trabalhar e aprofundar este processo. E, através da Feira de Ciências e Tecnologia da Fronteira de Ponta Porã – FECIFRON, assinou em fevereiro de 2021 um convênio de cooperação internacional com a Red de Competencias Cientificas e Innovación Tecnologica – RED COCITEC-PY do Paraguai, este convênio tem como objetivo unir esforços e proporcionar cooperação interinstitucional entre as duas instituições nas áreas acadêmicas, científica e técnica. Um planejamento estratégico que incorpora o processo de internacionalização na rotina e nas ações da instituição, com o objetivo de ampliar as possibilidades de formação dos estudantes no sentido de garantir a formação necessária para que eles se insiram nas exigências de um mundo cada vez mais globalizado, mas também vinculado ao desenvolvimento regional e nacional (SCHIEDECK, 2019).

Para a efetivação do processo de internacionalização, existem algumas dificuldades burocráticas a serem superadas, entre elas o registro de atividades acadêmicas de pesquisa ou intercâmbio, principalmente no que se refere às normativas que regem a incorporação de estrangeiros nos protocolos institucionais. Outro desafio que se apresenta é de sensibilizar a comunidade acadêmica da instituição, da relevância e das oportunidades que a internacionalização possibilita para estudantes e servidores (SCHIEDECK, 2019).

A Política de Assistência Estudantil é outra grande preocupação do Instituto Federal, que atua fortemente na permanência e êxito dos estudantes e para efetivar esta ação, várias estratégias e políticas são utilizadas pela escola. O IFMS tem o Programa de Assistência Estudantil-PAES, que tem como objetivos oferecer atendimento técnico e auxílios aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a permanência do estudante na instituição, o que pode resultar na prevenção da evasão por razões de ordem socioeconômicas. Ao observarmos o ponto de vista do desenvolvimento econômico e social, a oferta de auxílios pecuniários pode contribuir para permanência, mas não deve ser o único recurso da instituição para atacar o problema da permanência e do êxito dos estudantes (IFMS/PDI, 2019/2023) (DUMARESQ, 2014).

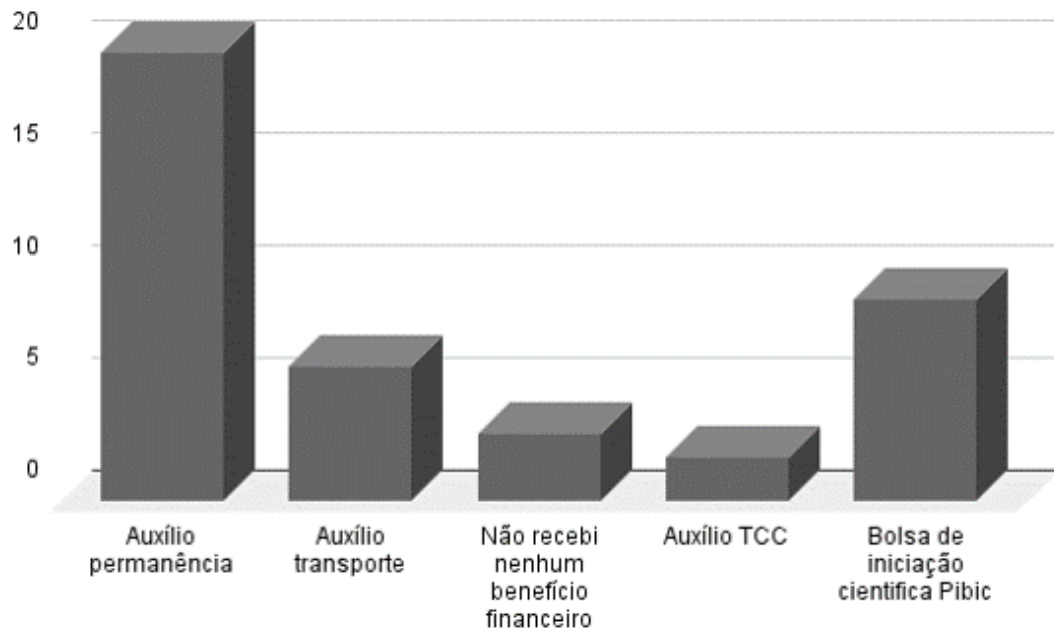
A Política de Assistência Estudantil foi sancionada no ano de 2010 pelo decreto nº7.234/2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com suas ações o PNAES atende estudantes de universidades federais e dos institutos federais do país.

“Parágrafo único: as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para

a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (PNAES, 2010).

Dos egressos que responderam os questionários apenas três deles não receberam ajuda financeira do IFMS, os demais de uma forma ou outra foram atingidos pela política de assistência estudantil da instituição conforme gráfico 5. Como parte das políticas de assistência estudantil e de apoio à permanência dos estudantes, o IFMS concede normalmente cinco tipos de auxílio pecuniário, visando fortalecer a continuidade destes e a conclusão da formação técnica. Desta forma, é possível garantir a possibilidade de acesso e de prosseguimento na instituição, possibilitando a conclusão do curso. Com essa finalidade, o IFMS oferta o Auxílio Permanência, o Auxílio Alimentação, o Auxílio Transporte, o Auxílio Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, o Auxílio Monitoria, dentre outros (CAVALCANTI; RASOTO, 2008).

Gráfico 5 - Política de Assistência Estudantil do IFMS

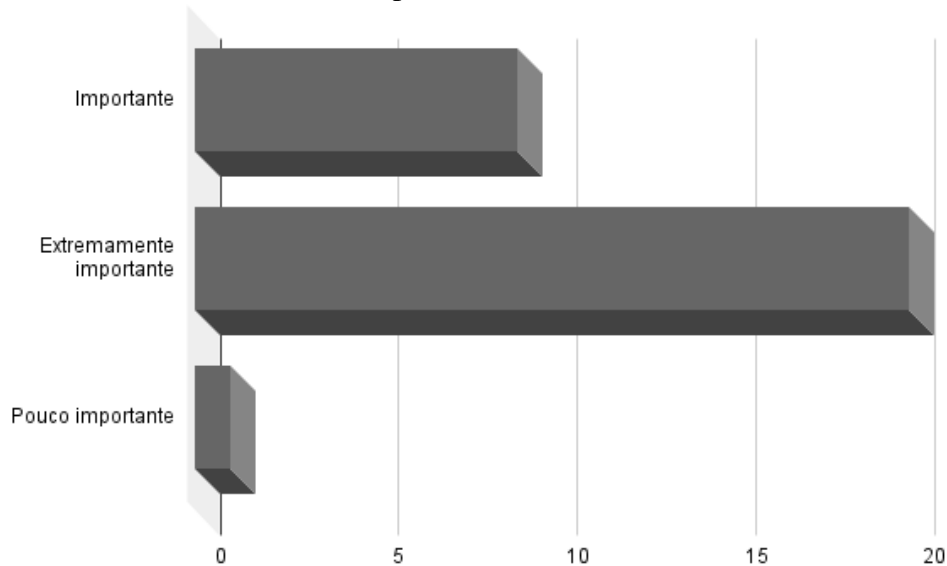


Fonte: Autor.

Observa-se que a grande maioria dos egressos do *Campus* Ponta Porã que responderam o questionário da pesquisa, 66,7% consideram extremamente importante a ajuda financeira recebida da instituição, por meio da política de Assistência Estudantil, para que pudessem concluir o curso de acordo com o gráfico 6. As políticas de assistência estudantil na educação básica e superior têm a finalidade de destinar recursos para que os estudantes possam permanecer nas instituições de ensino e concluir seus estudos de modo eficaz. É importante refletir também que as políticas de assistência estudantis não devem ser voltadas somente para

as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro, mas também de ordem pedagógica e psicológicas (COSTA, 2011).

Gráfico 6 - Relevância da política de Assistência Estudantil do IFMS



Fonte: Autor.

Porém a permanência escolar dos estudantes, principalmente os de baixa renda, tem relação com os programas e ações de assistência estudantil que podem ser compreendidas como promoção da participação qualitativa dos estudantes no ambiente escolar, destacam-se os programas que preveem suporte financeiro ou apoio econômico para gastos relativos ao transporte escolar, à moradia, à saúde e à alimentação a permanência de forma geral. Lembrando, que para a classe menos favorecida não é fácil alongar o tempo de estudo, pois um tempo maior de estudos representa aumento na despesa financeiras das famílias de baixa renda, e elas não estão preparadas para aguentar os custos de um tempo maior de estudo, o que reforça a importância da política de assistência estudantil do Instituto Federal e principalmente o volume de recursos pagos pelo *Campus Ponta Porã* (FERNANDES, 2012; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009).

O IFMS divulga em seu site institucional na página denominada IFMS em números, uma ferramenta desenvolvida a partir da tecnologia *business intelligence*, que permite o acompanhamento do orçamento institucional de todos os *campi* e de Reitoria do IFMS diariamente por qualquer cidadão. Com base nas informações contidas nessa ferramenta, realizou-se um levantamento conforme tabela 3, para saber qual o valor que o IFMS Ponta Porã já pagou em auxílios, para seus estudantes e quantas bolsas foram oferecidas, as informações disponíveis sobre os gastos com assistência estudantil do *campus* começam a partir do ano de

2013. De 2013 até o primeiro semestre de 2021, a instituição pontaporanense ofertou 5.042 bolsas e pagou um valor total de R\$3.667.074,52, os auxílios são pagos em parcelas que podem ser cota única ou em até dez parcelas dependendo do Programa de Assistência Estudantil da instituição e de orçamentos financeiro destinado para esta política, o ano de 2019 foi ano que teve o maior valor gastos com bolsas da assistência estudantil.

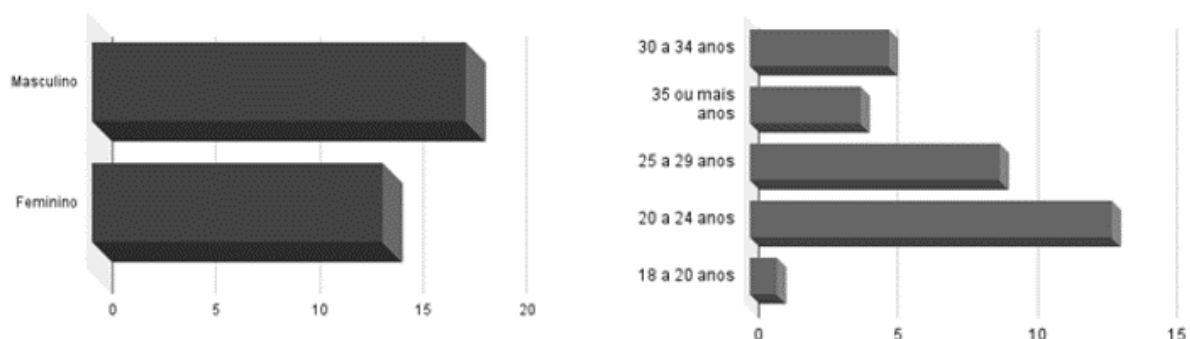
Tabela 3 - Orçamento gasto com a política de Assistência Estudantil no IFMS *Campus* Ponta Porã

ANO	VALOR	QUANTIDADE DE BOLSAS OFERTADAS	VALOR MÉDIO PAGO POR BOLSA
2013	R\$ 165.330,00	325	R\$ 508,71
2014	R\$ 495.942,59	359	R\$ 1.381,46
2015	R\$ 291.560,88	512	R\$ 569,45
2016	R\$ 408.833,82	438	R\$ 933,41
2017	R\$ 530.789,77	827	R\$ 641,83
2018	R\$ 499.317,78	709	R\$ 704,26
2019	R\$ 571.362,78	592	R\$ 965,14
2020	R\$ 488.225,00	595	R\$ 820,55
2021	R\$ 215.711,90	685	R\$ 314,91
TOTAL	R\$ 3.667.074,52	5.042	R\$ 727,31

Fonte: IFMS em Número

Em relação ao sexo dos egressos, pode-se observar no gráfico 7 que não há uma discrepância entre homens e mulheres; já em relação a idade, a grande maioria está na faixa de 20 a 24 anos.

Gráfico 7 - Sexo e idade dos egressos.

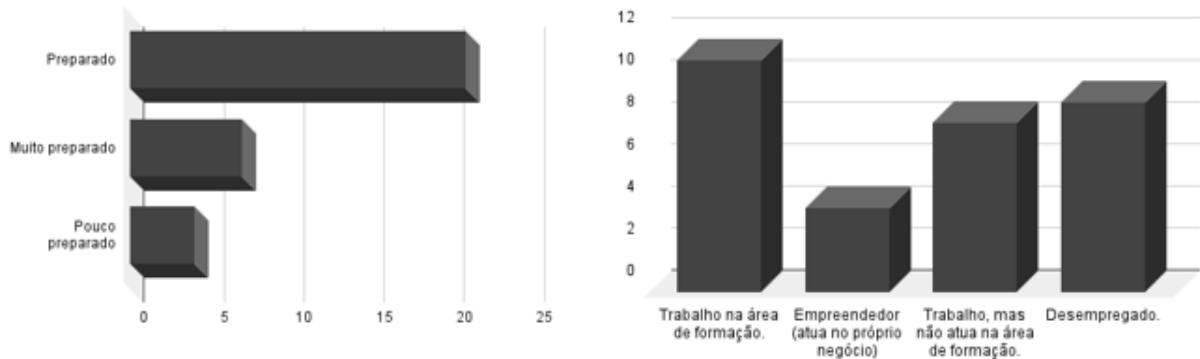


Fonte: Autor.

Em relação a formação recebida no IFMS *Campus* Ponta Porã, 65,6% sente-se muito preparados para o mercado de trabalho conforme gráfico 8. E entre os que responderam os questionários, 34,4% estão atuando na área de formação. Estão desempregados 28,1% dos egressos e estão atuando na fora da área de formação 25% dos egressos. O Conselho Nacional

da Indústria - CNI (2014), através de pesquisa demonstra que quem faz curso de educação profissional tem mais oportunidades no mercado de trabalho do que os que não fazem curso.

Gráfico 8 - Atuação profissional dos egressos.

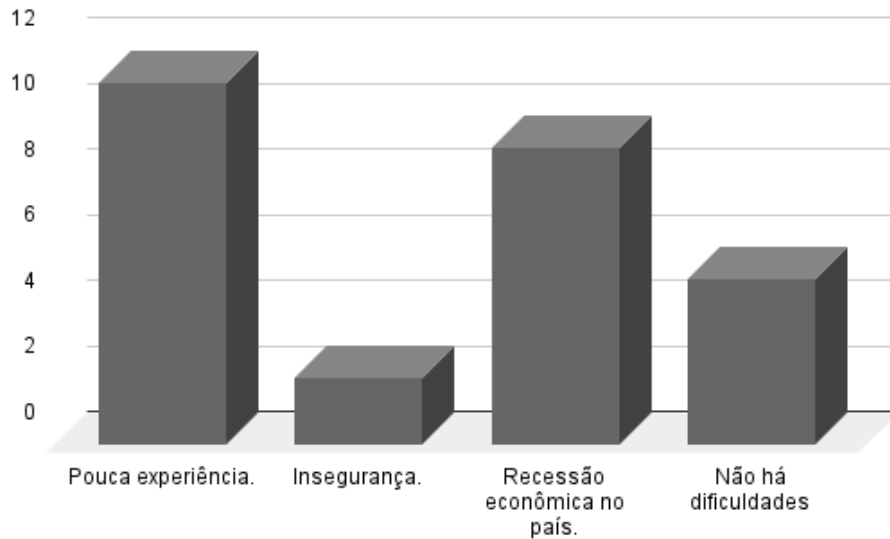


Fonte: Autor.

A relação entre educação e trabalho pode ser entendida a partir de duas perspectivas: a de que não há relação entre os dois termos e a de que, ao contrário, ela vem se estreitando em decorrência do reconhecimento de que a educação, ao qualificar os trabalhadores, pode vir a contribuir para o desenvolvimento regional e econômico. Neste sentido, o ensino técnico de nível médio e o ensino superior são colocados em pauta quando a questão é reestruturação produtiva e, sua relação com o mercado de trabalho tornando quase impossível ignorar a confluência entre as organizações educacionais, as empresas e a comunidade (DOWBOR, 1996; SAVIANI,1994).

Quando o tema são as dificuldades que os egressos enfrentam para atuarem na profissão 40% apontaram a pouca experiência como um dos fatores de dificuldades, dados do gráfico 9. O que pode ser um indicativo da importância do estágio supervisionado na inserção no mundo do trabalho.

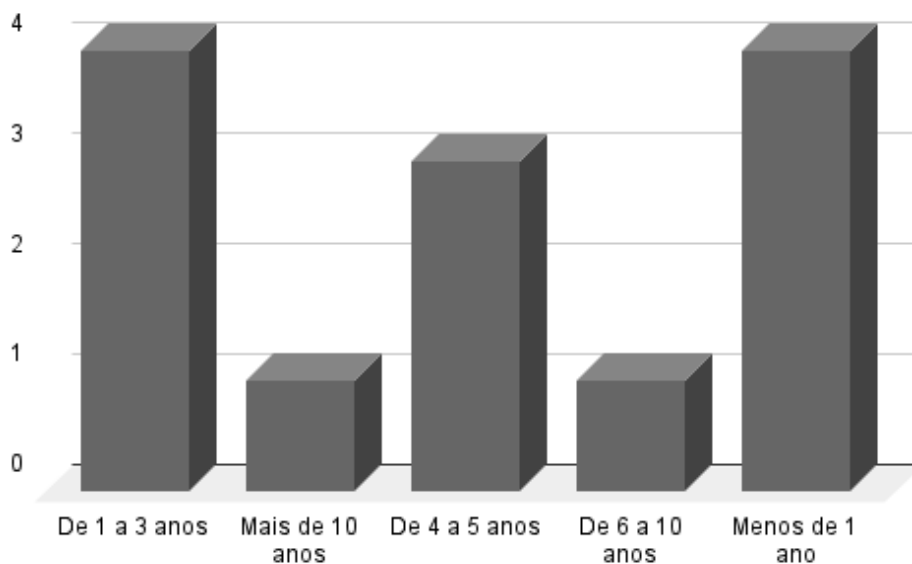
Gráfico 9 - Dificuldades no exercício da profissão.



Fonte: Autor.

Dos que disseram que estão atuando na área de formação, 30,8% trabalham há menos de um ano na profissão e 7,7% atuam há mais de 10 anos na área de formação, gráfico 10, o que demonstra que este último procurou o IFMS para capacitação na área de atuação.

Gráfico 10 - Tempo de atuação na área de formação dos egressos.

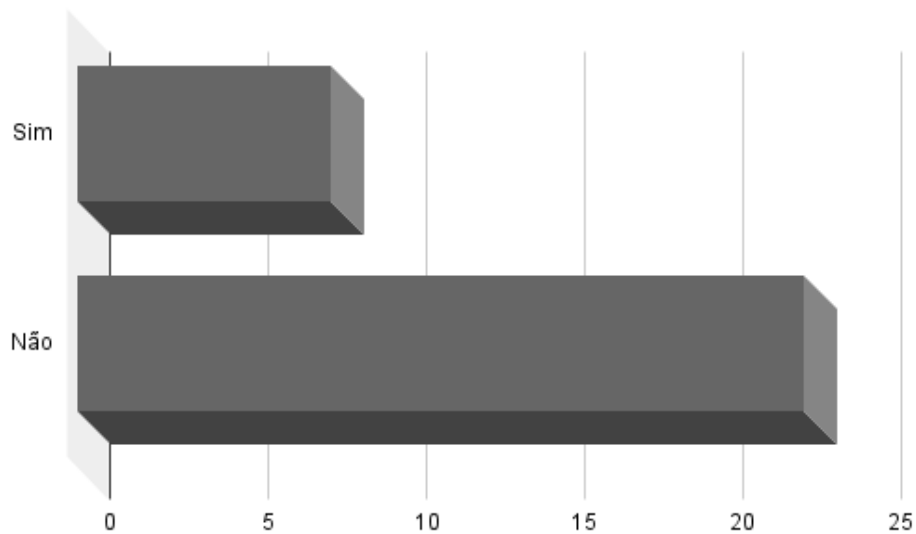


Fonte: Autor.

Quanto ao cumprimento do disposto na lei de criação dos Institutos Federais que define entre as várias finalidades, que os IFs devem orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos no âmbito de sua atuação. Considerando que 74,2% dos egressos passaram a atuar na área de formação após a conclusão do curso de

acordo com o gráfico 11, pode-se dizer que o IFMS *Campus* Ponta Porã vem cumprindo este papel.

Gráfico 11 - Atuação na área de formação antes de concluir o curso.



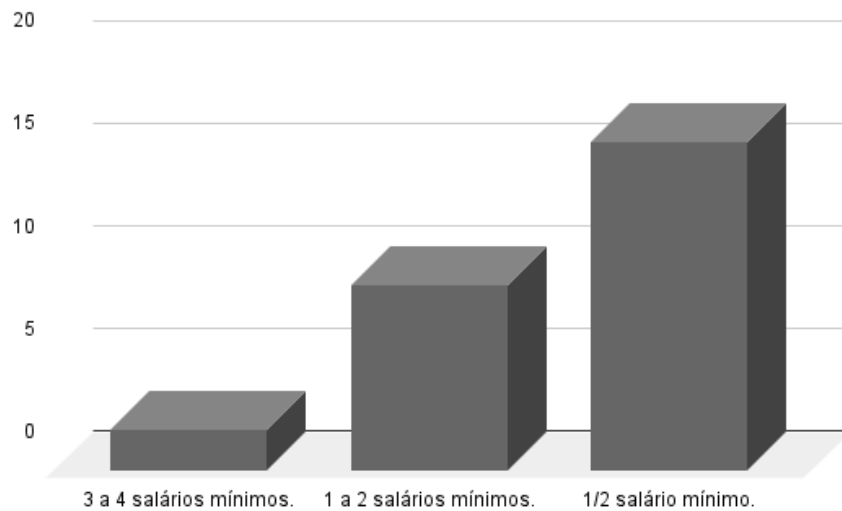
Fonte: Autor.

Em relação à renda dos egressos, antes da formação no IFMS, 59,3% recebiam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e apenas 7,4% recebiam entre 3 e 4 salários mínimos conforme gráfico 12.

As políticas públicas de investimentos em educação podem gerar uma série de externalidades positivas, além dos efeitos sobre renda e produtividade. O aumento da taxa de escolaridade está relacionado com a redução da criminalidade, melhoria de condições de saúde, aumento de consciência política e redução das distâncias sociais entre indivíduos. Dessa forma, os retornos sociais da educação transcendem os individuais (ARBACHE, 2003).

Segundo Schultz (1963) *apud* ZIMMER (2011), em sua Teoria do Capital Humano, a educação é definida como um investimento e suas consequências como uma forma de capital. Barbosa Filho e Pessôa (2008) realizaram análise calculando a taxa de retorno da educação no Brasil por meio da Taxa Interna de Retorno (TIR). Notou-se que as taxas de retorno da educação são extremamente elevadas no Brasil. Com essas melhorias na renda e na redução da pobreza e da desigualdade, também é possível observar um avanço no consumo da classe popular no Brasil.

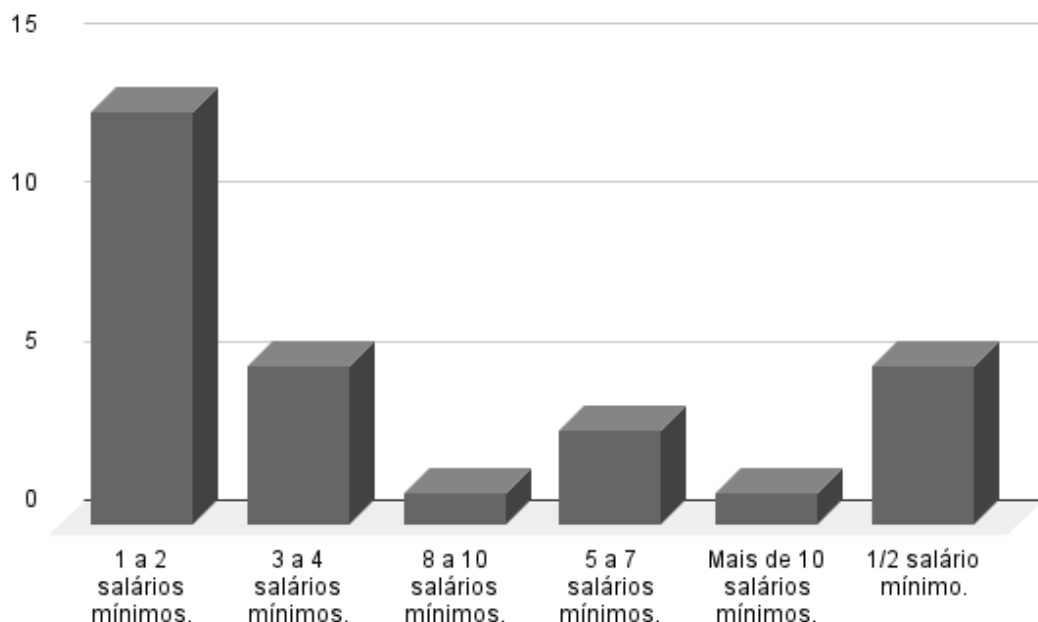
Gráfico 12 - Renda antes da formação no IFMS.



Fonte: Autor.

Após a formação, houve alterações na renda média dos egressos, se antes da formação 7,4% recebiam entre 3 e 4 salários mínimos, após a formação este percentual saltou para 17,9%. E 10,7% passaram a ganhar de 5 a 7 salários mínimos dados do gráfico 13. Este fato comprova que a qualificação proporciona aumento na renda dos indivíduos. Este aumento da renda dos egressos é corroborado pela PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo IBGE em 2018, que indica que para cada ano de estudo, o brasileiro ganha um aumento médio de 15% no salário, sendo o nível de instrução um dos fatores determinantes para o aumento da renda dos brasileiros.

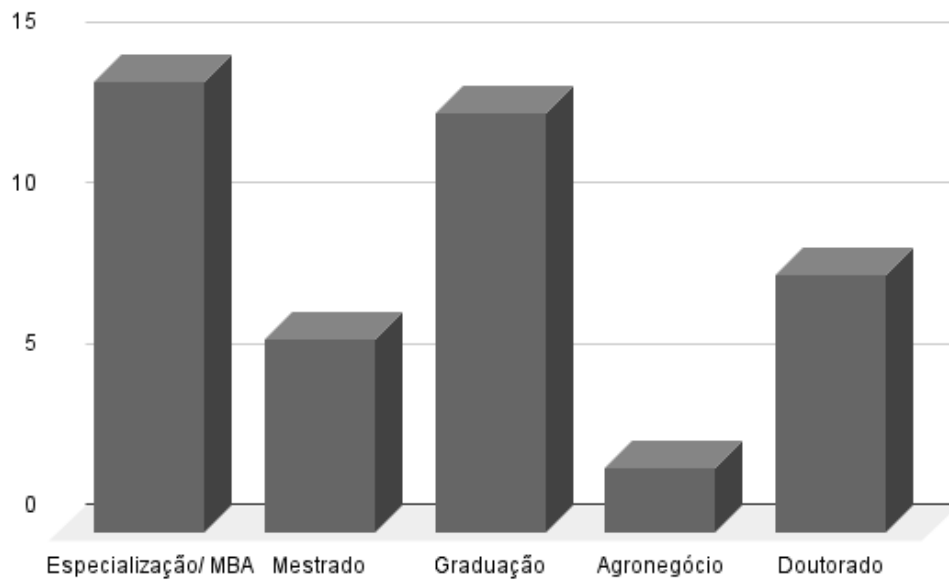
Gráfico 13 - Renda depois de formado no IFMS.



Fonte: Autor.

De forma geral os egressos têm intenção de continuar estudando, sendo que a maioria que responderam o questionário 45,2% querem fazer uma especialização em MBA, conforme análise do gráfico 14.

Gráfico 14 - Intenção dos egressos em continuar estudando.



Fonte: Autor.

Quando se pergunta para os egressos se eles tiveram alguma dificuldade em estudar no IFMS *Campus* Ponta Porã, observa-se que a palavra que mais se destaca na árvore de frequência, conforme figura 9, é a distância, fator que pode ser atribuído a localização do *campus*.

Figura 9 - Árvore das palavras com maior frequência, quando a pergunta é sobre a dificuldade de estudar no IFMS *Campus* Ponta Porã.

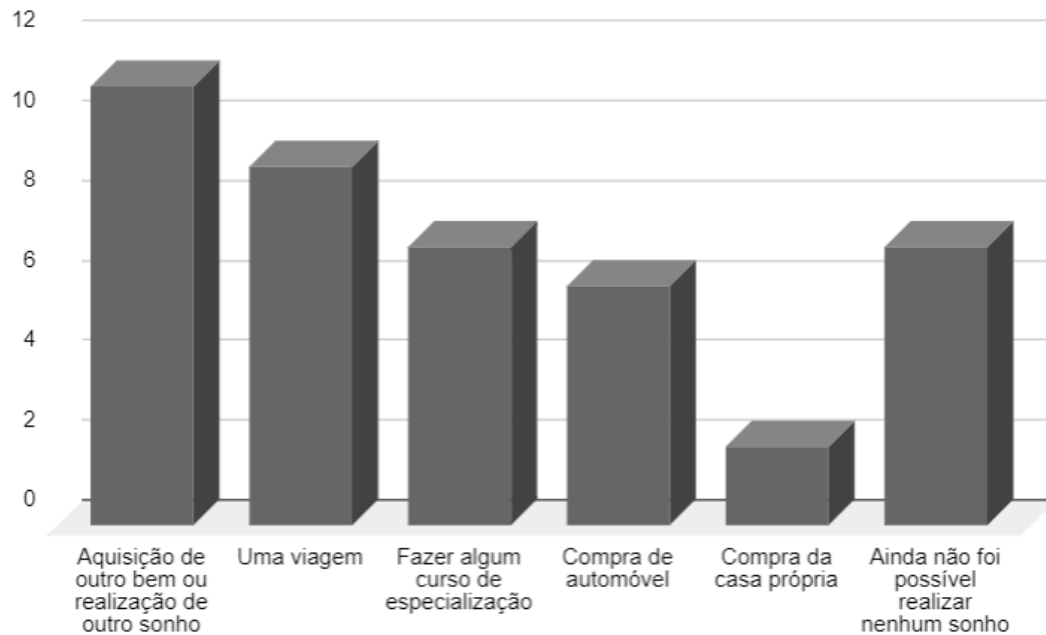


Fonte: Autor.

Em relação a conquistas pessoais, 36,7% dos egressos atribuem a compra de algum bem ou outro sonho à formação recebida no IFMS *Campus* Ponta Porã. Para 23,3% dos que responderam ainda não foi possível realizar nenhum sonho. As conquistas dos egressos podem estar relacionadas ao aumento da renda após a formação, dados do gráfico 15.

O desenvolvimento é tratado como liberdade, discutida por Sen (2000), teoria que estuda as relações sociais, as ações e resultados provocados nos indivíduos, sendo o que se observa nesse caso, uma vez que os indivíduos aqui pesquisados por meio da educação alcançaram de certa forma desenvolvimento vinculado a liberdade com a realização de sonhos e conquistas.

Gráfico 15 - Sonho realizado após a formação no IFMS.



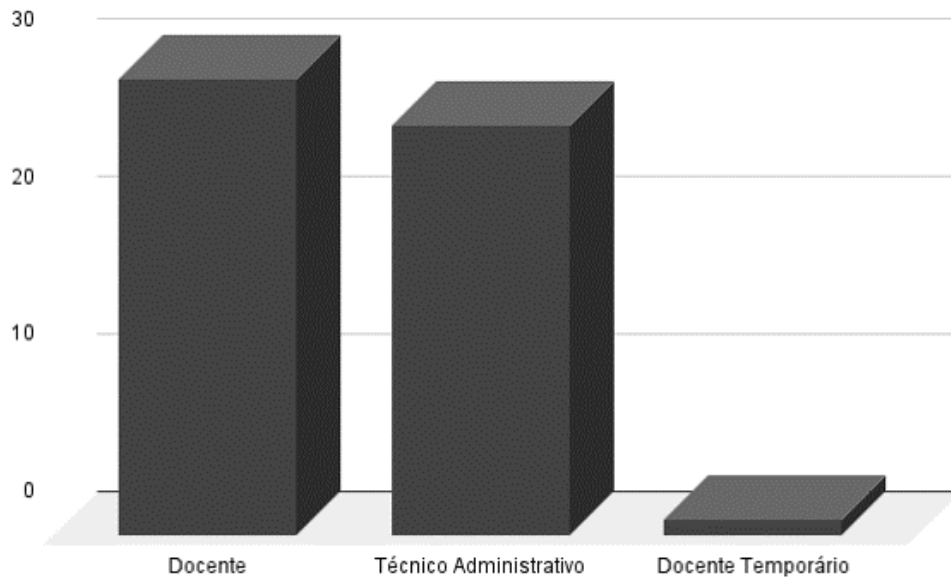
Fonte: Autor.

Servidores

O IFMS realizou concurso público para contratação de servidores no ano de 2010, para atender à Reitoria e aos *campi* de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Nova Andradina e Três Lagoas, foram oferecidas 129 (cento e vinte e nove) vagas para técnicos administrativos de várias áreas edital nº 053/2010 - CPCP - IFMS e 138 (cento e trinta e oito) vagas para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT edital nº 54/2010 - CPCP – IFMS. Destas destinavam-se exclusivamente para o *Campus* Ponta Porã 20 (vinte) vagas para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT e 15 (quinze) vagas para técnicos administrativos. Posteriormente novos concursos foram realizados, até 2013 as vagas previstas nos editais do IFMS eram por município, ou seja, no ato da inscrição a pessoa já escolhia para qual município iria concorrer, a concorrência era local. Posteriormente a instituição regionalizou a concorrência, neste caso o candidato pode exercer suas atividades em qualquer um dos *campi* do IFMS (IFMS, 2021).

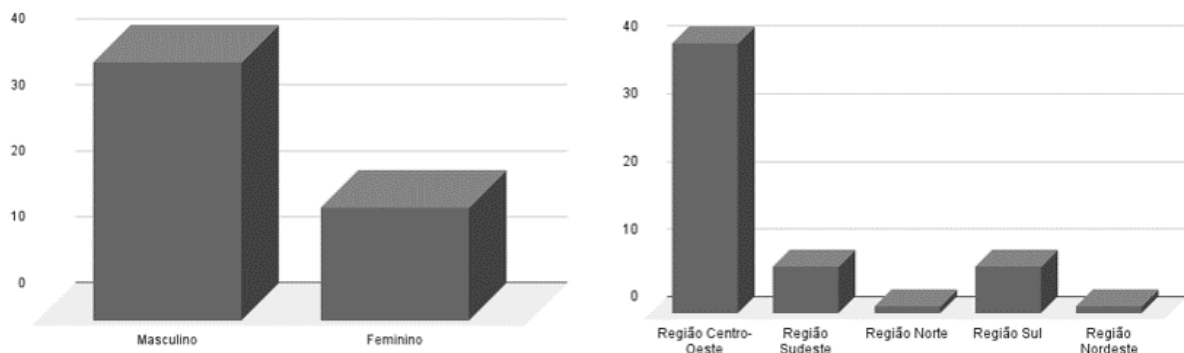
Dos 117 questionários aplicados para os servidores do IFMS *Campus* Ponta Porã, 56 responderam, conforme gráfico 16. Sendo 26 técnicos administrativos, 29 docentes efetivos e 1 docente temporário.

Gráfico 16 - Servidores que responderam os questionário.



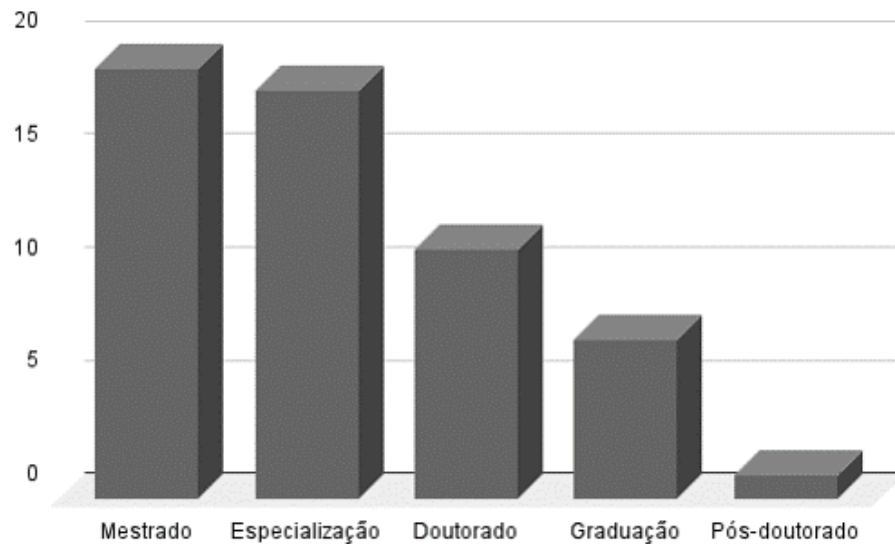
Fonte: Autor.

Os servidores públicos que atuam no IFMS Ponta Porã na sua grande maioria são homens, sendo o dobro das mulheres, conforme apresenta o gráfico 17. Em relação a região de origem dos servidores 71,4% são da região Centro-Oeste, no geral o *campus* tem servidores de todas as regiões do Brasil. Dos servidores que disseram ser do estado do MS temos 1 da cidade de Amambai, 12 de Campo Grande, 1 de Deodópolis, 5 de Dourados, 19 de Ponta Porã, 1 de Sete Quedas e 1 de Três Lagoas. Desta forma pertencem a região Sul-Fronteira 21 servidores e, dos nove municípios da região 3 estão representados Amambai, Ponta Porã e Sete Quedas.

Gráfico 17 - Sexo e região dos servidores do IFMS *Campus* Ponta Porã.

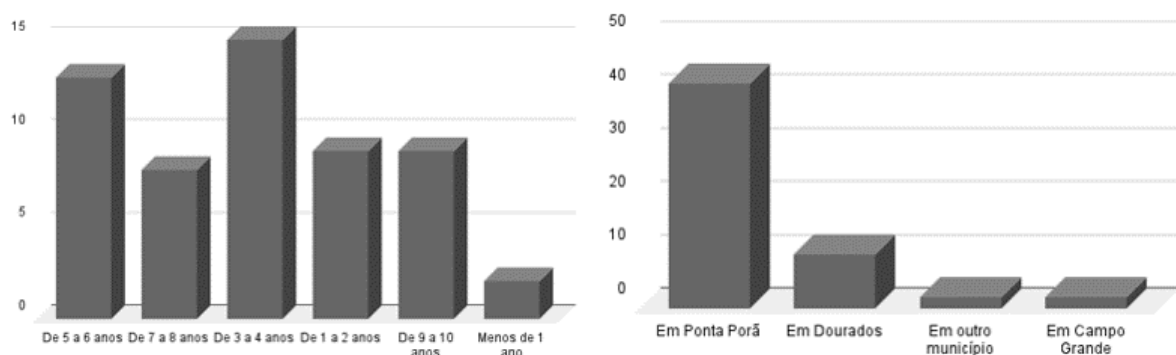
Fonte: Autor.

Em relação à formação, todos os servidores são graduados, sendo que 11 servidores são doutores e a grande maioria, 33,9% são mestres conforme gráfico 18.

Gráfico 18 - Grau de formação dos servidores do IFMS *Campus* Ponta Porã.

Fonte: Autor.

Em relação ao tempo de atuação, a grande maioria trabalha no *Campus* Ponta Porã de 3 a 4 anos. Apenas 9 servidores estão há mais de 8 anos trabalhando na instituição, o que representa 8,49% do total de servidores efetivos que permanecem no órgão por mais tempo, sendo estes os pioneiros, estando atuando desde o início das atividades do IFMS no município, conforme gráfico 19. Em relação a moradia, 75% residem no município e 17,9% moram no município de Dourados, distante 120km de Ponta Porã.

Gráfico 19 - Tempo de atuação no *campus* e local de residência.

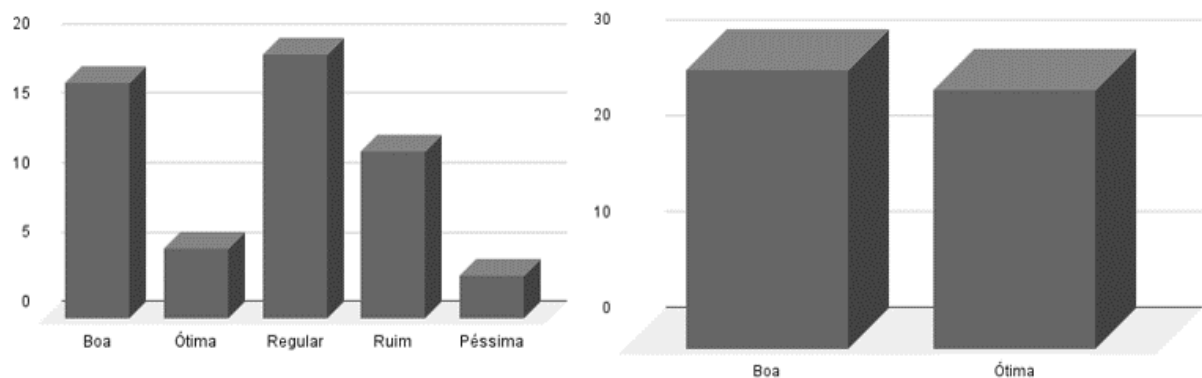
Fonte: Autor.

A rotatividade de servidores no Instituto pode ser um problema para a instituição no planejamento, na celebração de convênios, abertura de cursos e no desenvolvimento de projetos. No ambiente das instituições públicas, há dificuldades para atrair, motivar e reter os talentos, em especial nos Instituto Federais considerando a política de interiorização desse órgão, que trouxe pessoas de vários lugares do país para trabalhar em lugares distantes das

grandes capitais, e como existe a prerrogativa em lei a qual permite que o servidor possa solicitar remoção, permitindo que ele retorne para sua cidade natal ou para uma região mais próxima de seus familiares ou ainda possa escolher morar em uma grande cidade de sua preferência. Em outra análise, esse cenário pode gerar diferentes resultados organizacionais, incluindo nessa amplitude o aumento da taxa de rotatividade e a evasão de profissionais (KLEIN; MASCARENHAS, 2014).

A opinião dos servidores sobre a localização do *campus* é dispersa, para 30% a localização é boa, para 33,9% é regular já para 21,4% a localização é ruim, conforme gráfico 20. Quando o tema é sobre a infraestrutura desse polo de ensino, as opiniões dividem-se entre ótima e boa, o que demonstra que instituição tem instalações que permitem boas condições de trabalho.

Gráfico 20 - Localização e infraestrutura do *Campus* Ponta Porã.

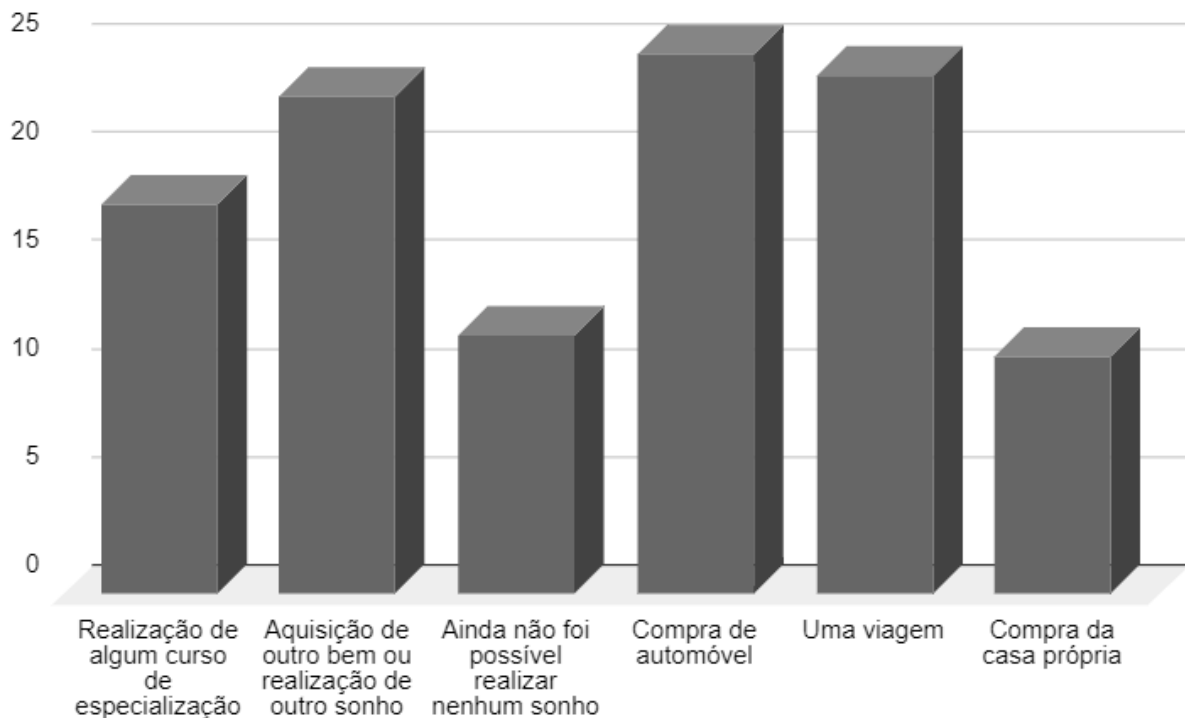


Fonte: Autor.

Em relação à dificuldade em trabalhar no *campus*, a palavra que mais se repete nas respostas dos servidores é a distância, conforme árvore das palavras figura 10, a mesma que se repete para os egressos. A localização da instituição é um fato definido, não há o que ser feito, o que a comunidade pode fazer é buscar junto ao poder público municipal e estadual melhorias na oferta de transporte público e infraestrutura no entorno da instituição, como iluminação, pavimentação das ruas paralelas a rodovia. A gestão do *campus* em conjunto com a Reitoria está viabilizando junto a prefeitura municipal, governo do estado de MS e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a construção da rotatória de acesso a essa instituição, uma obra demandada há muito pela comunidade do IFMS e caso seja concluída vai proporcionar segurança e comodidade para as pessoas que acessam a instituição todos os dias.

Quando se confronta as nuvens de palavras dos egressos com a dos servidores, distância é a palavra que fica em evidência, fator que pode estar vinculado ao movimento pendular. Os motivos que vinculam a resposta do público pesquisado é a localização do IFMS Campus Ponta

Gráfico 21 - Realização de sonho trabalhando no IFMS.



Fonte: Autor.

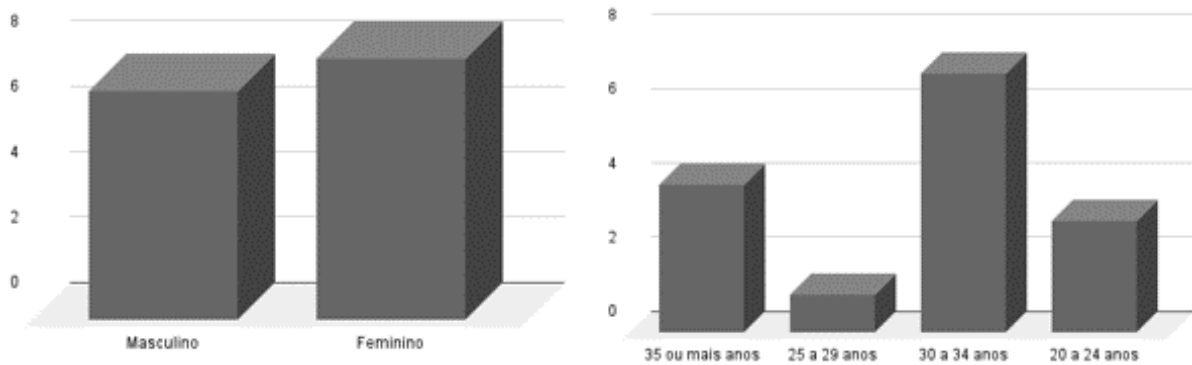
Terceirizados

A interiorização dos Institutos Federais de Educação, vinculado a um projeto de desenvolvimento nacional, cujas bases estão fundadas na articulação com o território e nas relações sociais estabelecidas com seus agentes sociais, possibilita o surgimento e o aprimoramento das capacidades regionais. A partir da concepção inovadora dos Institutos, com o processo de interiorização e implantação de novos *campi* pelo interior do Brasil, ofertando educação média/técnica integrada e superior em qualquer um deles, colocou os IFs no patamar de desejo para inúmeras comunidades, que percebiam nessa instituição a promessa real de desenvolvimento para regiões quase sempre marginalizadas. Além de levar quantificação por meio de ensino de qualidade, a instalação de um *campus* do Instituto traz também impactos sociais e econômicos diretos e indiretos no entorno da implantação, neste caso o Distrito de Sanga Puitã com pouco mais de 3 mil habitantes teve a felicidade de ser o escolhido. O Distrito tem poucas opções de emprego e a chegada do Instituto deu oportunidade para que as pessoas dessa localidade tivessem mais uma possibilidade de trabalho (SCHIEDECK, 2019).

O resultado da consulta realizada junto aos colaboradores terceirizados, que prestam serviços no IFMS *Campus* Ponta Porã, dos 22 colaboradores pesquisados, obteve-se retorno de 15. A maioria entre os terceirizados são mulheres e, a faixa etária de idade predominante está

entre 30 e 34 anos. Observa-se o predomínio feminino entre os colaboradores terceirizados, gráfico 22.

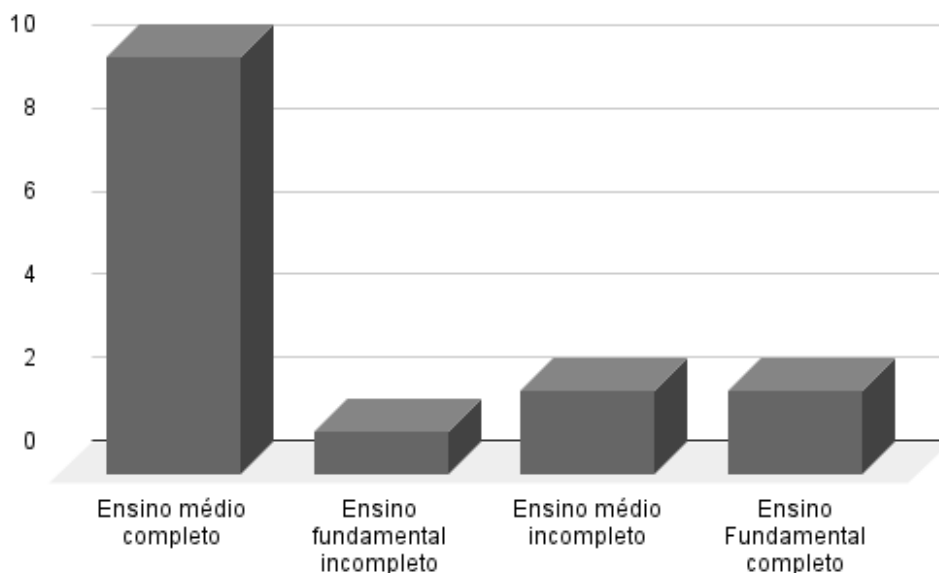
Gráfico 22 - Sexo e idade dos colaboradores terceirizados que atuam no *Campus* Ponta Porã.



Fonte: Autor.

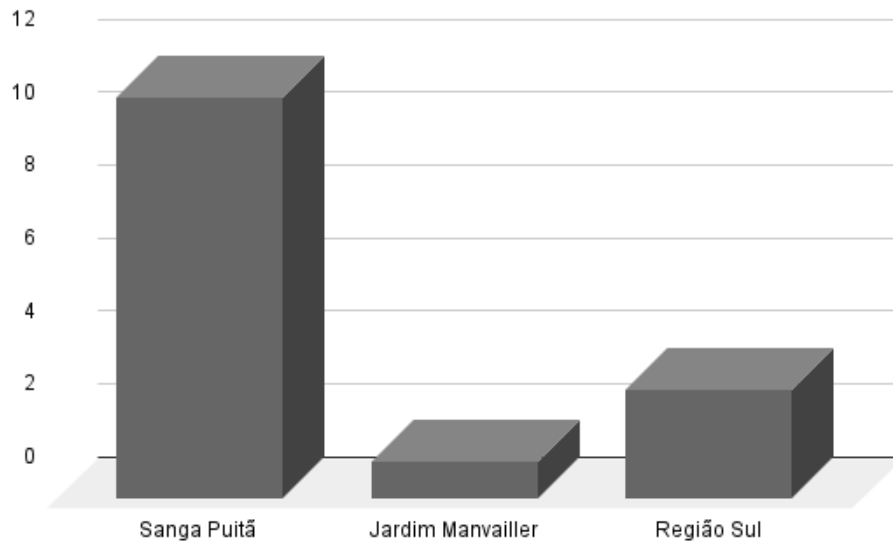
Em relação à formação escolar dos colaboradores, tem-se que 66,7% dos colaboradores têm ensino médio completo, conforme gráfico 23. Entre os terceirizados nenhum deles possuiu ensino superior, o que pode ser um indicativo para instituição promover algo em favor destes trabalhadores, para que eles possam ingressar na instituição e capacitar-se.

Gráfico 23 - Formação escolar dos colaboradores do *Campus* Ponta Porã.



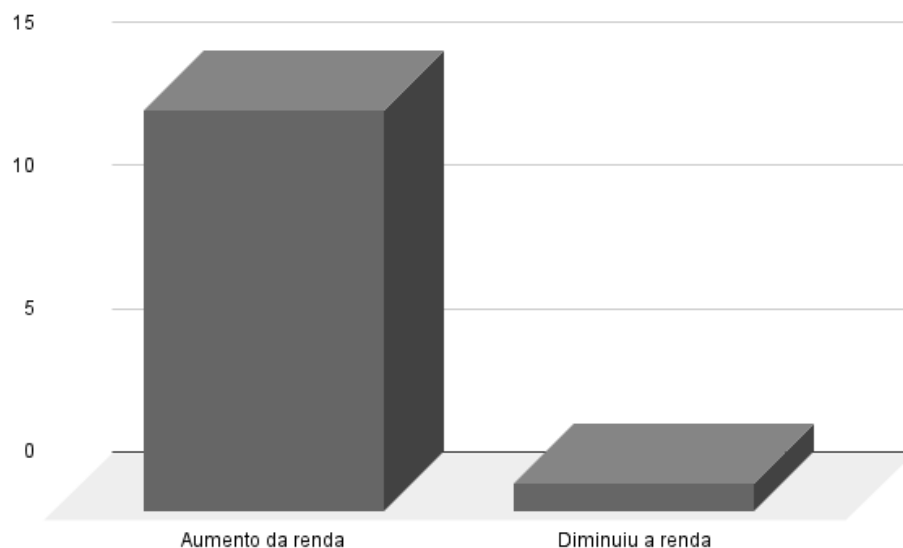
Fonte: Autor.

O impacto no entorno do *campus* em relação ao emprego pode ser verificado, uma vez que grande maioria dos trabalhadores terceirizados (73,3%), conforme gráfico 24, que atuam na Instituição, são moradores do Distrito de Sanga Puitã.

Gráfico 24 - Local de residência dos colaboradores terceirizados do *Campus* Ponta Porã.

Fonte: Autor.

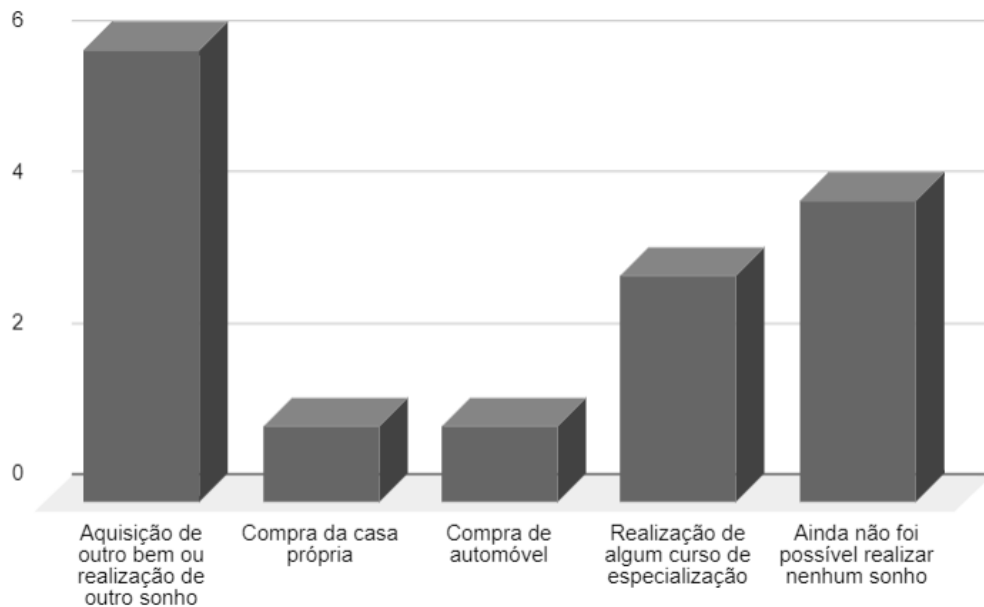
Outro impacto na vida dessas pessoas, foi que com a implantação do IFMS no município possibilitou o aumento da renda para 93,3% dos trabalhadores terceirizados, conforme dados do gráfico 25. Sen (2000) argumenta que o mais importante não é a quantidade da renda de uma pessoa, mas a forma como essa renda é utilizada e os resultados efetivos que ela gera. São, portanto, os fins e não os meios que justificam a renda. Um dos fatores da inclusão social é a heterogeneidade humana, sendo que a condição ambiental, o clima social, a diferença das perspectivas relacionais e a distribuição dentro das famílias são critérios considerados relevantes por Sen na análise do desenvolvimento como liberdade.

Gráfico 25 - Situação da renda trabalhando no IFMS *Campus* Ponta Porã.

Fonte: Autor.

A implantação do Instituto também possibilitou que os terceirizados pudessem realizar sonhos como compra da casa própria, compra de um automóvel a realização de cursos de capacitação entre outros, somente 26,7% ainda não conseguiu realizar algum sonho que pudesse atribuir a sua atuação no IFMS, dados do gráfico 26.

Gráfico 26 - Realização de sonho trabalhando no Instituto *Campus Ponta Porã*.

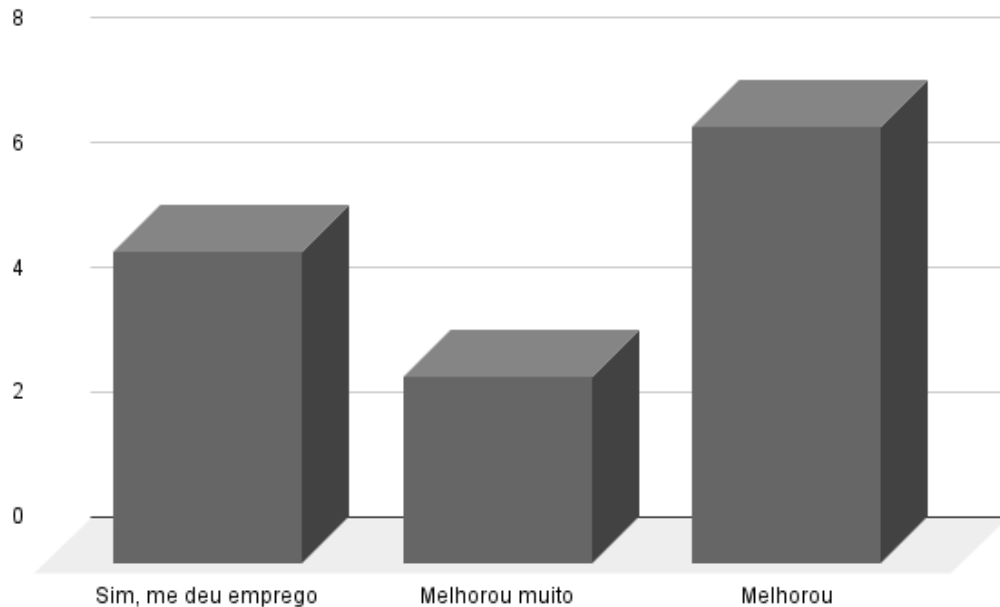


Fonte: Autor.

A realização de sonhos está atrelada ao desenvolvimento, podendo ser considerado como desenvolvimento de liberdade, segundo a teoria de Sen (2000), que aprofunda a análise e abrange as características psicológicas e comportamentais. Essa teoria estuda as relações sociais e as ações e resultados dos indivíduos. Fundamentalmente, quanto mais uma pessoa tiver poder e autonomia para conquistar seu bem-estar, participando e interferindo nos processos de decisão e de escolha das formas de satisfação de suas necessidades e desejos, maior será o desenvolvimento. A realização de sonhos por parte das pessoas se relaciona com este desenvolvimento libertador e que possibilita conquistas, como um alargamento das liberdades reais.

Quando perguntado para os colaboradores se a instalação do IFMS em Ponta Porã de alguma forma melhorou sua condição de vida, as respostas foram positivas conforme gráfico 27, no sentido de que com a instalação do IF houve melhoras, principalmente pela oportunidade de emprego que a instituições ofereceu para os moradores do Distrito de Sanga Puitã.

Gráfico 27 - A instalação do IFMS em Ponta Porã de alguma forma melhorou sua condição de vida



Fonte: Autor.

Equipe de gestão do IFMS *Campus* Ponta Porã

O *Campus* Ponta Porã já teve 3 diretores gerais ao longo desses 10 anos de existência, atualmente está em curso o mandato do 4º diretor geral. A unidade é 2º maior em números de estudantes da rede federal no Mato Grosso do Sul, ficando atrás somente do *Campus* Campo Grande, localizado na capital do estado. O número de estudante reflete no orçamento destinado ao *campus*, o orçamento anual da Rede é distribuído entre as reitorias e os *campi*, a partir da quantidade de matrículas, levando-se em conta o curso, a carga horária do curso e fatores como eixo tecnológico de atuação e características do *campus*. Esta ferramenta é chamada de Matriz Conif e distribui recursos para o custeio e investimentos das instituições. Até 2014 o orçamento no IFMS era centralizado, ou seja, não havia repasse aos *campi* para que elas executassem seus orçamentos, a partir de 2015 os *campi* passaram a receber e a executar seus orçamentos através de processos licitatórios de compras e contratações, além dos pagamentos de bolsas dos estudantes (IFMS, 2021; SISTEC, 2021).

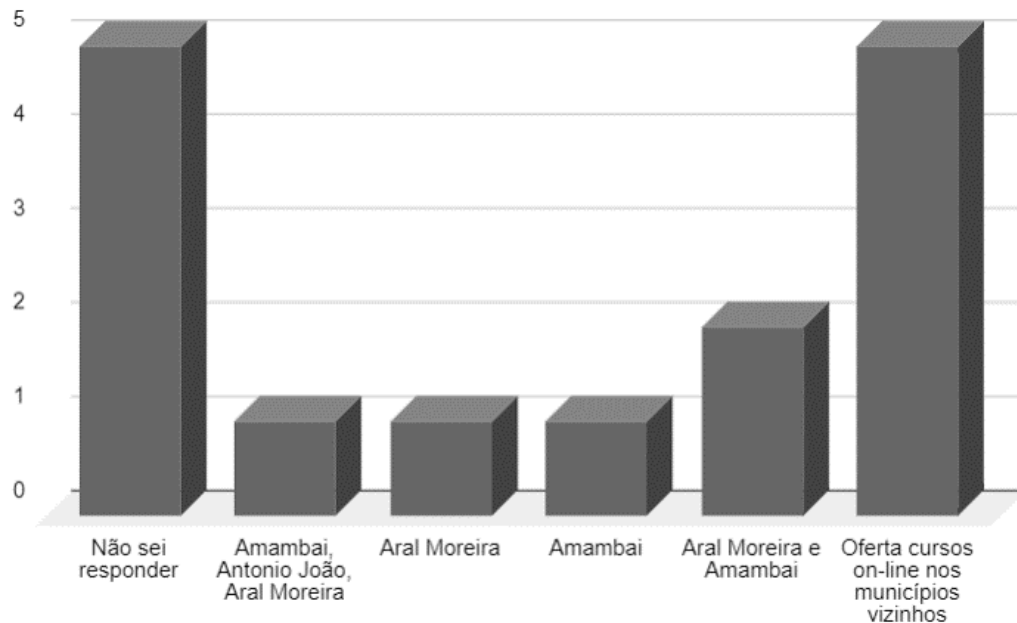
Sendo o 2º maior *campus*, o IFMS Ponta Porã recebe também um dos maiores orçamentos de acordo com a Matriz Conif, o orçamento anual do *campus* na média fica em torno de R\$2.800.000,00. Esse dinheiro é utilizado para pagar as contas com água, luz, serviço de vigilância, limpeza entre outros e também nas diversas compras que esse polo de ensino faz, como aquisição de projetores, bebedouros, equipamentos para laboratórios, máquinas e

equipamentos agrícolas entre outros. De 2014 até 2021, o *campus* recebeu aproximadamente 28 milhões de reais em orçamento direto; somam-se a este valor os investimentos em obras como quadra esportiva coberta, cobertura da área de convivência, barracão agrícola, usina solar as quais são executadas com parte de recursos do *campus* e também com o orçamento da reitoria e outras parcerias, somando este valor com o valor gasto com o pagamento de auxílio da política estudantil no valor de R\$3.667.074,52, que é um orçamento separado, o montante pode superar os 30 milhões de reais investidos pelo IFMS no *Campus* Ponta Porã nesses 10 anos de atuação do instituto no município (IFMS, 2021; SISTEC, 2021).

A decisão de como investir estes recursos na unidade cabe ao Diretor Geral, auxiliado por sua equipe de gestão. Além da preocupação com o processo de execução orçamentária, a gestão tem as questões do ensino, oferta de cursos, gestão dos cursos em andamento, parceria com os municípios da área de abrangência entre outros. Nesse sentido perguntou-se para a equipe de gestão se eles saberiam dizer se o IFMS desenvolve ações de parcerias com os municípios da área de abrangência do *Campus* Ponta Porã nos municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru. O resultado da consulta realizada junto a equipe de gestão, dos 19 membros da equipe, respondeu aos questionários 15 deles sendo 78,94% do total.

As respostas foram no sentido de que o *campus* oferta cursos online profissionalizantes de curta duração nos municípios vizinhos, mas nem todos souberam dizer em quais o Instituto desenvolve parcerias, gráfico 28. O que fica evidente é que o *campus* não tem parceria com todos os municípios de sua área de atuação. O que pode ter dois sentidos: estar na área de abrangência da instituição não quer dizer que o instituto tenha que abrir um polo para oferta de curso nesses municípios, mas sim que deve fazer uma aproximação com esta comunidade divulgando seus cursos e se possível realizando parcerias para oferta de cursos na modalidade online ou de outras formas e ações de ensino, pesquisa e extensão articulada com as forças sociais da região (PACHECO, 2011).

Gráfico 28 - O IFMS desenvolve ações de parcerias com os municípios da área de abrangência.



Fonte: Autor.

Empresas

O município de Ponta Porã apresenta excelentes resultados no setor do agronegócio, como agricultura e pecuária. O setor agropecuário apresentou expressiva participação no valor da produção de 2012, contribuindo com cerca de 20% do PIB municipal, enquanto em nível estadual chega a apenas 12%. Considerando o Arranjo Produtivo Local do agronegócio que envolve as empresas de revenda de insumos, máquinas e equipamentos, cooperativas de grãos entre outros, encaminhou-se o questionário para 7 empresas destes setores e tivemos o retorno de 3 delas (SEBRAE, 2015).

Neste sentido perguntou-se para as empresas se os egressos do IFMS *Campus* Ponta Porã atendem as expectativas da sua empresa na área em que atuam, as respostas foram que sim, os egressos atendem as expectativas, porém que há espaços para melhorias. Uma das empresas respondeu que tem um colaborador egresso de Ponta Porã e que ele ocupa um cargo de gerência na empresa e atua com alta produtividade. As respostas desta primeira pergunta interagem com outra questão que foi perguntada para as empresas, se o IFMS Ponta Porã de alguma forma melhorou ou pode melhorar a oferta de mão de obra qualificada para sua empresa, as respostas foram no mesmo sentido, de que sim. Este fato demonstra que a Instituição tem cumprido um de seus objetivos oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos (BRASIL, 2008).

Outra questão que abordada com as empresas foi sobre qual a visão que sua empresa tem do Instituto Federal *Campus* Ponta Porã. Uma das empresas respondeu que é uma excelente instituição com profissionais altamente capacitados. Uma outra empresa trouxe uma reflexão que a instituição colabora com a empresa na integração de jovens no mercado de trabalho antes de sua formação acadêmica. Este último relaciona-se com a inserção dos formandos no mercado por meio do estágio supervisionado.

É inegável que a qualificação profissional capacita o indivíduo a um melhor desempenho em suas funções laborativas e cognitivas. O investimento em educação traz retornos, em termos de produtividade para as empresas e consequente desenvolvimento econômico (KOBBER, 2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de fundamental importância que os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia promovam o desenvolvimento territorial, por meio de soluções educacionais que abranjam o ensino, a pesquisa e a extensão, permitindo o acesso gratuito e de qualidade à educação profissional e tecnológica em todas as regiões do Brasil. Dessa forma, estará rompendo barreiras para que se efetive uma aprendizagem eficaz e promovendo o desenvolvimento local e regional, quando se atende os arranjos produtivos locais.

Neste sentido pode-se afirmar que o *Campus* Ponta Porã vem atendendo os arranjos produtivos locais, com a qualificação de pessoas e a inserção delas no mercado de trabalho, não somente formando pessoas para atender a visão empresarial, utilitarista e instrumental, restrita às demandas de produtividade e rentabilidade do capital, mas também quando forma pessoas, a instituição compromete-se com a qualificação para o trabalho articulada a uma visão crítica, humanista e holística. Ou seja, o Instituto não é somente um qualificador de mão de obra para as empresas, mas também tem despertado nas pessoas o interesse em continuar seus estudos, a formação de lideranças políticas, podendo atribuir uma educação articulada a uma visão crítica, humanista (COELHO, 2008).

A atuação do Instituto na área de abrangência ainda carece de aproximação com os municípios da região, uma vez que da amostra de egresso pesquisada, apenas 3 dos 9 municípios estão representados. Este é um desafio que pode ter relação com a rotatividade dos servidores, o que dificulta o andamento em projetos e parcerias e até no desconhecimento da área de atuação do Instituto no município por parte dos servidores.

A aproximação com a comunidade por meio dos eventos que a instituição já promove pode ser um começo, como as feiras e o Dia de Campo, que são excelentes oportunidades para que os municípios vizinhos conheçam a estrutura e saibam dos cursos ofertados, formas de ingressos, possibilidades de auxílio financeiro para se manter na instituição. Uma ação importante do IFMS direcionada para quem quer concorrer a um dos cursos superiores é a Resolução do Conselho Superior – COSUP nº 023 de 14/05/2015, que consiste em oferecer aos candidatos um bônus de 20% a mais na nota do ENEM para os candidatos que são residentes e domiciliares na área de abrangência do *campus*.

O investimento aportado pelo governo através do IFMS no município também é outro fator importante, considerando quase 30 milhões de reais investidos em 10 anos de atuação do Instituto no município, para que o *campus* tenha condições de oferta educação pública de qualidade de gratuita.

A implantação da Rede Federal no Mato Grosso do Sul, 95 anos depois da instalação da primeira escola técnica federal, é um fato que chama atenção, sendo uma das instituições mais nova da Rede. É certo que o IFMS tem muito a desenvolver e com seus *campi* não é diferente a relação com as comunidades, a busca por aproximação com os municípios da área de abrangência são desafios que devem ser enfrentados. A questão da internacionalização da instituição é outro ponto importante principalmente para os *campi* de fronteira, que é o caso do *campus* Ponta Porã onde, de uma forma ou de outra, a internacionalização já ocorre com a presença de brasileiros de origem estrangeiras na instituição principalmente por conta da localização do IFMS Ponta Porã estar em uma área de fronteira seca.

Os objetivos implícitos da pesquisa, que foram: Analisar a relação entre Arranjos Produtivos Locais (APL's), mercado de trabalho local e o papel da formação profissional na região pesquisada; problematizar as justificativas para a implantação do IFMS *campus* Ponta Porã; Analisar a contratação de servidores públicos em várias áreas do conhecimento; verificar a contratação de empresas para prestação de serviços terceirizados, foram respondidos ao longo do trabalho.

A relação entre Arranjos Produtivos Locais (APL's), mercado de trabalho local e o papel da formação profissional na região pesquisada vem ocorrendo com a atuação dos egressos nas empresas ligadas ao setor do agronegócio.

A questão de problematizar as justificativas para a implantação do IFMS Ponta Porã, a implantação do *campus* do Instituto em Ponta Porã está relacionada à política de interiorização dos Institutos Federais, com objetivo de atender as comunidades carentes, o que vem ao encontro desse município, que apresenta baixos índices de desenvolvimento.

Em relação à análise da contratação de servidores públicos em várias áreas do conhecimento, foi possível constatar que os servidores públicos que atuam no *campus* vieram de vários lugares do Brasil, e que 19,81% dos servidores são naturais da região de abrangência do *Campus* Ponta Porã.

Outro ponto que pode ser verificado foi a contratação de empresas para prestação de serviços terceirizados, ainda que a contratação de colaboradores terceirizados para prestar serviços no Instituto seja um número pequeno, pelas respostas obtidas em consulta aos colaboradores, ela é importante principalmente quando se analisa que a maioria deles pertence ao Distrito de Sanga Puitã.

De modo geral, é possível dizer que o IFMS *Campus* Ponta Porã vem cumprindo o que está previsto na lei de criação dos Institutos, mas é importante enfatizar que é necessário um pacto para o desenvolvimento, em que todos os agentes responsáveis pelo território, dentre eles

os governos municipal e estadual, os empresários locais, bancos comerciais e de desenvolvimentos, instituições de pesquisa, cooperativas, associações, dentre outros, estejam unidos em prol da redução das desigualdades. Assim, considera-se que somente um agente, neste caso o Instituto Federal, não é suficiente para induzir o desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAGLI, S.; BRITO, J. **Arranjos Produtivos Locais**: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais. RedeSist, 2002.
- ANDRADE, Manuel. 1987. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas.
- ARIBONI, S; PERITO, R. **Guia Prático para um projeto de pesquisa exploratória, experimental, descritiva**. São Paulo: Unimarco, 2004.
- ARBACHE, J. S. “**Pobreza e mercados no Brasil.**” em **Pobreza e Mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas, Brasília, cepal: escritório no Brasil & Department for International Development, 2003.
- BARBOSA, M. de M.R. **A faixa de fronteira e a segurança nacional**: perspectiva estratégica e questões de inteligência. In: SEMINÁRIO FAIXA DE FRONTEIRA: NOVOS PARADIGMAS, Brasília, 2004. Anais... Brasília, 2004, p. 1-108.
- BACELAR, T. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Observatório CMG/UPFE-MESC/UPDAM-FASE/ME, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARQUERO, A. V. Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização. Tradução: Ricardo Brinco. **Fundação de Economia e Estatística**, 2001.
- BRANDÃO, C.A. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la em uma estratégia de Estado. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 339-344, dez. 2014.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Acórdão nº 2.252/2015. Plenário. Relator: Ministro Augusto Nardes. Sessão de 09/09/2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 out. 2019.
- _____. **PARECER CNE/CEB No 16**, de 21 de janeiro de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: 1999.
- _____. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 29 dez. 2008b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acessado em: 23/08/2020.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 21/11/2020
- _____. Decreto nº 6047/07. Política Nacional de Desenvolvimento Regional –PNDR. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm>. Acesso em 21/09/2020

_____. **Decreto n. 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos estados da república escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 14/07/2020.

_____. **Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943.** Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm>. Acesso em: 15/07/2020.

_____. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em:<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/nilo_pecanha>. Acesso em 19/07/2020.

_____. Ministério da Educação. **O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias.** Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>Acessado em: 23/08/2020.

_____. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007.** Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edita1_chamadapublica.pdf>. Acesso em:10/06/2020.

_____. **DECRETO N° 7.234,** de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em 10/06/2021.

_____. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS, 2004.** Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUASsem%20marca.pdf>> Acesso em 10/06/2020.

_____. **Portaria MEC nº - 79, de 28 janeiro de 2011.** Autorizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul a promover o funcionamento do Campus de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas - MS. Disponível em: https://www.ifms.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/historia/portaria_79_autoriza_funcionamento_campus.pdf/. Acesso em: 14/07/2020.

_____. **Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016.** Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/38501-portaria-de-modelos-de-cargos-e-funcoes-pdf/file>>. Acesso em: 15/06/2020.

_____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008b.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 08/06/2020

_____. **Concepção e diretrizes:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec, jun. 2008a.

_____. Ministério da Educação (MEC): <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>>. **Linha do Tempo Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica 2008 a 2010, 2010. Acesso em: 10/09/2020.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica:** concepções e diretrizes. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2010.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 12.593 de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Anexo I. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/Anexos/an12593.pdf> Acesso em: 10/10/2020.

BRITTO, J.; ALBUQUERQUE, E. M. Clusters industriais na Economia Brasileira: Uma Análise Exploratória a Partir de Dados da RAIS. **Est. econ.**, São Paulo, 32(1):71-102, jan-mar 2002.

BROTTO, C. V. P. **O Processo de Expansão do IFES:** Democracia, Participação e Função Social. Dissertação de Mestrado. UFES. Vitória. 2013.

CAMPUS PONTA PORÃ EM NÚMEROS. **Dados e informações sobre a área de abrangência para mapeamento do Arranjo Produtivo Local,** IFMS, 2020. Disponível em: <<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/estudos-da-gestao-do-conhecimento/estudo-de-ponta-pora.pdf>> Acesso em 21/12/2020.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Relatório de atividades da expansão da RedeSist.** Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais** – GASPIL. Sistemas Produtivos Locais: uma nova de ação para o SEBRAE. Nov. 2003.

CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P.; LASTRES, H. M. M. **Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais em atividades culturais e políticas para sua promoção**. In: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P.; LASTRES, H. M. M. (Orgs.) Arranjos produtivos locais uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. 2 v. em 1, p. 19-51.

CAVALCANTI, R. W.; RASOTO, V. I. **Avaliação da eficácia do programa de auxílio estudantil em um câmpus de universidade federal brasileira**. Educação: Teoria e Prática, v. 28, n. 58, p. 320-338, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/artic le/view/11920>>. Acesso em: 12/11/2019.

CNI-IBOPE. **Retratos da sociedade brasileira: educação profissional**, janeiro 2014. Brasília: CNI, 2014.

COELHO, M. I. M. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v 23, Número Especial, p 603-620, 2002.

CORAGGIO, J. L. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

COSTA, E. J. M. **Políticas públicas e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em regiões periféricas**. – Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285454/1/Costa_EduardoJoseMonteirodaD.pdf>. Acesso em: 22/07/2020.

COSTA, S. G. **A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil**. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/pILR0>. Acesso em: 16 Set. 2019.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CROCCO, L; et al. **Marketing aplicado: o planejamento de marketing**. São Paulo: Saraiva, p. 13-80, 2006.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, de 28-12-2012 n° 8.342. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO8342_28_12_2012>. Acesso em: 22/08/2020.

DIETZ, G. & CORTÉS, M. **Interculturalidad y educación intercultural en México**. Un análisis de los discursos nacionales e internacionales en su impacto en los modelos educativos mexicanos. México, 2011.

DINIZ, C. C.; CROCO, M (Org.) **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DOWBOR, L. **Da globalização ao poder local**: a nova hierarquia dos espaços. In: FREITAS, M. C. A reinvenção do futuro. São Paulo: Cortez, 1996.

DUMARESQ, Zandra Maria Mendes. **Análise da Política de Assistência Estudantil no âmbito Instituto Federal do Ceará** – campus de Fortaleza sob o olhar dos discentes. 2014. 119f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2014. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8995/1/2014_dis_zmmdumaresq.pdf> 22/08/2020.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FERNANDES, N. G. O. **A Política de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil**: o caso da Universidade Federal de Itajubá. 2012. 200 p. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação. Universidade de Educação de São Paulo, 2012.

FILHO, N. C.; MINUZZI, J.; SANTOS, P. C. F. Competitividade sistêmica de distritos industriais no desenvolvimento regional: uma comparação. **Rev. FAE**, Curitiba, v.9, n.2, p.121-134, jul./dez. 2006.

FOGUEL, I. Brasil: **República Federativa**. São Paulo, Yolbook,2019.

FRIGOTTO, G. Projeto Societário contra – hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIN, Antonio; BELTRAME, Sonia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel (orgs). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis, 2010, p., 19-46.

FURTADO, C. **Desenvolvimento**. In: BIDERMAN, C; COZAC, L. F. L; REGO, J. M. Conversas com economistas brasileiros. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 61-87.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIANEZINI, Q. A Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS) no Rio Grande do Sul e o Ensino Jurídico. **Atas do XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007

GOOGLE MAPS. **Serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra gratuito na web, fornecido e desenvolvido pela empresa estadunidense Google.**

Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Mato+Grosso+do+Sul/@-20.5974928,-56.7885486,7z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x947e91d8e29f7383:0x351cd8e9695410ac!8m2!3d-20.7722295!4d-54.7851531?hl=pt-BR>>. Acesso em 25/08/2020.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Regiões de Planejamento, MS 2015. Disponível em:<http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf>. Acesso em 16/07/2020.

GRABOWSKI, G. **Articulação da educação profissional com o projeto de desenvolvimento local, regional e nacional.** In: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Boletim n.7, Maio-jun., Brasília: 2006.

GRABOWSKI, G. **Articulação da educação profissional com o projeto de desenvolvimento local, regional e nacional.** In: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Boletim n.7, Maio-jun., Brasília: 2006.

GUERRIERO, I. C. Z. **Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas.** Ciência & Saúde Coletiva, 21(8):2619-2629, 2016. DOI: 10.1590/1413-81232015218.17212016.

GUERRIERO, I. C. Z.; BOSI, M. L. M. **Ética em pesquisa na dinâmica do campo científico: desafios na construção de diretrizes para ciências humanas e sociais.** Ciência & Saúde Coletiva, 20(9):2615-2624, 2015. DOI: 10.1590/1413-81232015209.06022015.

HASEGAWA, W. S. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC: uma análise da função social no desenvolvimento do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense.** Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UnC. Canoinhas. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em 25/08/2020.

_____. **População estimativa 2019.** Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama>>. Acesso em: 22/07/2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – **IFMS. Projeto pedagógico do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Agricultura – 2019.** Disponível em: <<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos/projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-integrado-e-m-agricultura-ponta-pora.pdf>> Acesso em: 14/07/2020.

_____. **Campus Ponta Porã, Informações Úteis, Licitações e Contratos – 2021.** Disponível em: <<https://www.ifms.edu.br/campi/campus-ponta-pora/informacoes/licitacoes-e-contratos/contratos-1/contratos>> Acesso em: 10/07/2020

_____. Campus Ponta Porã: **Quem é quem, 2021**. Disponível em <<https://www.ifms.edu.br/campi/campus-ponta-pora/sobre/quem-e-quem>> Acesso em: 18/06/2021.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática – 2019**. Disponível em: <<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos/projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-em-informatica-ponta-pora.pdf>> Acesso em: 18/08/2020.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Agricultura – 2016**. Disponível em: <<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos-pos-medio/projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-subsequente-em-agricultura-ponta-pora.pdf>> Acesso em: 10/10/2020.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Agronomia – 2018**. Disponível em: <<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-de-graduacao/projeto-pedagogico-do-curso-superior-agronomia-ponta-pora.pdf>> Acesso em: 22/11/2020.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – 2016**. Disponível em: <<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-de-graduacao/projeto-pedagogico-do-curso-superior-gestao-agronegocio-ponta-pora.pdf>> Acesso em: 10/09/2020.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023**. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/pdi_ifms_2014_2018.pdf>. Acesso em: 22/06/2020.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023**. Disponível em: <<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/pdi-2019-2023.pdf>>. Acesso em: 22/06/2020.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KOBER, C. M. **Qualificação profissional: uma tarefa de sísifo**. Cadernos de Pesquisa. Print version ISSN 0100-1574 On-line version ISSN 1980-5314. Campinas, 2004.

KOTLER, P. **Administração de marketing**, 12 ed. 2007 São Paulo: Prentice Hall, 2007.

KLEIN, F. A.; MASCARENHAS, A. O. Motivação no Serviço Público: efeitos sobre a retenção e satisfação profissional dos gestores governamentais. In: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1613.pdf>. Acesso em: 22/07/2020.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2001.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas no Brasil**. RedeSist, 2005. Disponível em: www.ie.ufrj/redesist. Acesso em: 22/07/2020.

LIBÂNIO, J. C. Organização e gestão da escola: **teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Mf Livros, 2008. 319 p.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19, jul.2010.

LLEWELLYN, S.; NORTHCOTT, D. The “singular view” in management case studies qualitative research in organizations and management. **An International Journal**, v. 2, n. 3, p. 194-207, 2007.

LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1987.

LOPES-JÚNIOR, L.C, NASCIMENTO, L.C, LIMA, R.A.G, COELHO, E.B. Dificuldades e desafios em revisar aspectos éticos das pesquisas no Brasil. **Rev Gaúcha Enferm**. 2016 jun; 37(2): e 54476. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.54476>.

MACEDO, P. C. S. **Educação Profissional e Desenvolvimento Territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ.

MACHADO, L. R. S. Saberes profissionais nos planos de desenvolvimento de institutos federais de educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 143, ago. 2011, p.352-375. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a03v41n143.pdf> >. Acessado em: 18/07/2020.

MACHADO, L. O. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional**. Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

MAFRA, J.; ROMÃO, J. E; SCOCUGLIA, A. C.; GADOTTI, M. **Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido**. [S.l: s.n.], 2009.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo Atlas, 1996.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. – 2ª ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/porta1/phocadownload/textos/Desenvolvimento%20Local%20-%20quest%C3%B5es%20conceituais%20e%20metodo%C3%B3gicas.pdf>. Acesso em: 18/07/2020.

MATTOS, M. S. **Educação e Projetos de Desenvolvimento no Brasil**: a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no início do século XXI. Dissertação de Mestrado. UFES. Vitória. 2013.

MELLO, M. S. V. N. **De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: cem anos de história. – Manaus: Editora, 2009.

MENDES, P. U. Operações Ágata no Arco Sul do Brasil: uma análise sob a lente da inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: Abin, n. 11, dezembro 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Agrícola e Pecuário 2011- 2012/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, pág. 92. ISSN 1982-4033, 2011.

MORESCHI, R. K. **Educação profissional para o desenvolvimento regional**: o caso do instituto federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. UNOESC. Chapecó/SC. 2016.

NETO, A. M; CASTRO, C. N; BRANDÃO, C. A. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL**: Políticas, Estratégias e Perspectivas – **IPEA-2017**. Disponível em: <file:///C:/Users/2183674/Downloads/Desenvolvimento%20regional%20no%20Brasil_po1%C3%ADticas_estrat%C3%A9gias%20e%20perspectivas.pdf>. Acesso em: 17/07/2020.

NOGUEIRA, M. A; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu e a Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: **considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista da FAE, v. 6, n. 2, p. 29-37, 2003.

ORTIGARA, C. **Políticas para a educação profissional no Brasil**: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a educação integral. Pouso Alegre: IFSul de Minas, 2014.

PACHECO, E. M. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. 1ª. Ed. Brasília. Editora Moderna. 2011.

PADUA-GOMES, J. B.; BEZERRA, G. J.; NASCIMENTO, J. S.; SCHLINDWEIN, M. M.; PADOVAN, M. P. Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2015.

PALASIOS, P. C. **A articulação educação profissional e desenvolvimento territorial pelo Instituto Federal Goiano** – Campus Ceres: perspectiva e possibilidades. 2012, 147p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PATTON, M. G. **Qualitative Research and Evaluation Methods**, 3 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul**. Tradução de Ghislaine Duque. Raízes, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10–22, jan./dez. 2005. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/rzsantiga/artigos/Artigo_53.pdf>. Acessado em: 22/09/2020.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **PNP 2020**: ano base 2019. Disponível em:<<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>> Acesso em: 05/04/2020.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>>. Acesso em 17/07/2020.

PORTER, M. Competição — **Estratégias Competitivas Essenciais**. 6ed. São Paulo: Campus Ltda, 1999.

_____. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 897p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acessado em: 22/09/2020.

REBOLLEDO, N. **Cultura, escolarización y etnografía**. Los plikur en el Amazonas brasileño del Bajo Uaçá. México, 2009.

REIS, M. C.; AGUAS, M. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019**: Educação Profissional, Exigências da Ocupação e Rendimentos do Trabalho no Brasil. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8982/1/TD_2446.PDF>. Acesso em:18/07/2020.

REIS, M. R. C. **Política de Segurança e Defesa do Estado Brasileiro na América do Sul**: a Tríplice Fronteira como estudo de caso. In: IV SIMPÓSIO DE PÓSGRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA "SANTIAGO DANTAS", 1984-9265, 2013, Campinas. Anais. Campinas: San Tiago Dantas, 2013. p. 1 - 12.

REGO, M. C.; CALEIRO, A. Em torno do contributo das instituições de ensino superior para a dinâmica regional de crescimento econômico. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinha, v. 2, n. 2, dez. 2012. Disponível em:<<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/254>>. Acesso em:18/09/2020.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROSA, J. M. **As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi**. Dissertação de Mestrado em Educação/UFSM. Santa Maria: UFSM, 2006.

SAMPAIO, M. V. D. **Educação Profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local de egressos no mercado de trabalho**. 2013, 183p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.

SANDRONI, P. (org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, I. D. C. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**; Brasília Vol. 6, Ed. 3, (2016): n/a.

SANTOS, D. B. **Trabalho e Educação: A Formação Profissional Tecnológica e a Empregabilidade**. 2013, 143 p. Dissertação (Mestre em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

SAVIANI, D. et al. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação**. Trabalho, educação e saúde, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, 1984.

SCOCUGLIA, A. C.; MAFRA, J.; ROMÃO, J. E.; GADOTTI, M. **Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido**. Instituto Paulo Freire: Editora Esfera, 2009. ISBN: 978-85-61910-27-3

SCHIEDECK SOARES DE SOUZA, C. Internacionalizando a Rede Federal de Educação Profissional: descobertas empíricas e análises emergentes. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 5, n. 10, 2019. DOI: 10.31417/educitec.v5i10.596. Disponível em: <<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/596>> Acesso em: 21 jul. 2021.

SEBRAE; Desenvolvimento econômico territorial Mato Grosso do Sul. **Mapa de Oportunidades do Município de Ponta Porã**, 2015. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Livreto_PONTA%20POR%C3%83.pdf> Acesso em 22/03/2021.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional**. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 2013, Curitiba. Anais do I

Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Curitiba: Universidade Federal Tecnológica do Paraná, 2013.

SILVA, J. G. **A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no Estado de Santa Catarina.** 2017. Tese (Doutorado) - UFSC, Florianópolis, 2017.

SILVA, A. R.; TERRA, D. C. T. **A Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Desafios na Contribuição para o Desenvolvimento Local e Regional.** 1º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Curitiba/PR, 2013.

SILVA, C. R. M. **Uma, Nove ou Dez Narrativas sobre as Licenciaturas em Ciências e Matemática em Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, 2015.

SILVA, L. D.; MENDES, M. F. A. Retratos do ensino profissional agrícola no Brasil: da escola média de agricultura de Pinheiro ao Colégio Agrícola Nilo Peçanha (1910-1964). **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 314-330, jul./dez. 2020.

SILVA, P F.. **O SISFRON no quadro do debate sobre reforma do sistema brasileiro de aquisições de defesa.** *Análise Estratégica*, Brasília, v. 5, p. 29, 2017.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – **SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadc>> Acesso em 25/08/2020.

SOUZA, J. E. R. **A contribuição do IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira para o desenvolvimento local/regional frente à diversidade étnica e cultural da região do Alto Rio Negro no Amazonas (2007 – 2014).** 2018, 337P. Dissertação (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas.

SOUZA, M. J. L. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SOUZA, J. E. R.; MOURÃO, A. R. B. **Os programas de expansão da educação profissional nos governos de Sarney, FHC e Lula.** In: *Amazônida: R. do Prog. de Pós-Graduação em Educação da UFAM*, ano 16, n. 1, jan./jun., 2011.

SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública. **Gestão de pessoas – 2021.** Disponível em < <https://suap.ifms.edu.br>>

SPERANZA, J. S. Limites e possibilidades do desenvolvimento local. In: **Sinais Sociais**, SESC, set/dez., 2006. Disponível em:<https://issuu.com/sescbrasil/docs/revista_sinais_sociais_02>. Acesso em: 22/07/2020.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa.** Fortaleza-CE: UNICE, 2006.

VALE, G. M. V.; CASTRO, J. M. Clusters, arranjos produtivos locais, distritos industriais. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 28, n. 53, p. 81-97, mar. 2010.

VERHELST, T.G. **O direito à diferença**: identidades culturais e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1992.

ZIMMER, R. As relações entre educação, geração de renda e ocupações no Estado do Rio Grande do Sul. **Dissertação**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia. Porto Alegre, 2011. 89 f.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário sobre o Perfil dos Egressos IFMS- Campus Ponta Porã

Questionário de cunho acadêmico cujo objetivo é a coleta de informações dos egressos do IFMS Campus Ponta Porã, que serão utilizadas na Pesquisa de Mestrado do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - UEMS Ponta Porã. O Projeto foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, parecer nº4.563.493, e conta também com autorização no âmbito do IFMS pela Decisão RTRIA 370/2019 - RT/IFMS. Título do trabalho: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Do Sul e Sua Contribuição para o Desenvolvimento Regional de Ponta Porã e Área de Abrangência. Diante do exposto, solicito gentilmente o preenchimento deste questionário que será de extrema importância neste estudo. O tempo estimado para preenchimento são de aproximadamente 10 minutos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), convidamos você para participar voluntariamente da pesquisa “O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE PONTA PORÃ E ÁREA DE ABRANGÊNCIA”, que está sendo desenvolvida pelo pesquisador José dos Santos Ferreira, orientado pelo Prof. Dr. Omar Jorge Sabbag. O objetivo central da pesquisa é compreender de que forma o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul Campus Ponta Porã tem contribuído com o desenvolvimento regional. A pesquisa proposta contribuirá para ampliar as discussões e a compreensão a respeito da contribuição de uma instituição ensino no desenvolvimento de uma região. Desta forma, a relevância da pesquisa é de ordem teórica e prática, por corroborar com a avaliação de uma instituição de ensino em relação a sua importância no local onde está inserida, seja por meio da formação, qualificação e capacitação de pessoas, da oportunidade de trabalho através de concurso público e da contratação de colaboradores terceirizados e do engajamento com os arranjos produtivos locais. Sua participação é voluntária e se dará por meio de questionário eletrônico. Por isso, para participar da pesquisa, você: Receberá um questionário eletrônico do “google docs” enviado no seu e-mail. As respostas serão armazenadas no drive e somente o pesquisador e seu orientador terão acesso. Se você aceitar participar, contribuirá com compreensão da importância do IFMS para o município de Ponta Porã e região; consequentemente,

contribuirá para indicação de possíveis alterações e mudanças na atuação da instituição. A Pesquisa não oferece risco que comprometa a segurança física dos participantes. No entanto, por se tratar de pesquisa por meio de questionário contendo perguntas abertas e fechadas, por meio das quais o participante fala de sua história, vivências e experiências familiar e pessoal, há a possibilidade de impacto emocional (por exemplo, choro, alegria ou tristeza ao se lembrarem e relembrem situações experimentadas). Desta forma, a participação na pesquisa apresenta risco mínimo de comprometimento emocional durante a resposta do questionário, podendo apresentar momentos de emoções como alegria, choro, tristeza, cansaço e/ou aborrecimento durante a execução da pesquisa. Contudo, para amenizar as chances e os riscos de ocorrer tal situação e prevenir que o participante seja abalado emocionalmente, o questionário eletrônico do “google docs” enviado no e-mail permite que o participante responda em local seguro, confortável, garantindo sua privacidade; além disso, o participante poderá se recusar a responder questões que suscitem emoções indesejáveis. O pesquisador manterá contato aberto e franco com os participantes, permitindo que os mesmos expressem suas necessidades e vontades, reforçando que o participante não é obrigado a responder todas as perguntas e pode parar a qualquer momento de responder o questionário. Se depois de consentir sua participação na pesquisa você desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e posteriormente publicados no site da UEMS. O pesquisador se compromete ainda a enviar o resultado da pesquisa no e-mail dos participantes, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV. O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Após ler com atenção este documento e ser esclarecido sobre as informações acima, no caso de você aceitar fazer parte do estudo, e considerando que sua participação será via questionário eletrônico “Google Forms” é importante, caso julgue necessário, que imprima ou salve este documento. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador José dos Santos Ferreira. Telefone: (67) 9...7898. E-mail: jose.ferreira@ifms.edu.br. Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética Com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (CESH/UEMS). Telefone:(67) 3902-2699. E-mail: cesh@uems.br. Endereço: Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Itahum, km 12. Bloco B, 1º piso. Dourados – MS. Horário de atendimento: das 8:00 às 14:00horas, de segunda a sexta-feira. Assim,

declaro que fui informado e aceito participar da pesquisa intitulada “O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE PONTA PORÃ E ÁREA DE ABRANGÊNCIA”, onde o pesquisador José dos Santos Ferreira me explicou como será a pesquisa de forma clara e objetiva.

1. Confirmando que li o termo e estou de acordo em participar.

- Sim
- Não

2. Em qual curso você se formou ou graduou no IFMS Campus Ponta Porã?

- Técnico Integrado em Agricultura
- Técnico Integrado em Informática
- Técnico Subsequente em Agricultura
- Tecnologia em Gestão do Agronegócio
- Bacharel em Agronomia

3. Em que ano você se formou no IFMS Campus Ponta Porã?

- 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017
- 2018
- 2019
- 2020

4. Durante o período que estudou no IFMS Campus Ponta Porã você recebeu algum tipo de auxílio financeiro ou bolsa de ajuda de custo?

- Auxílio permanência
- Auxílio para Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
- Auxílio transporte
- Bolsa de iniciação científica Pibic
- Não recebi nenhum benefício financeiro

5. Se a sua resposta foi sim para algum dos benefícios acima, que importância você atribui a este benefício para conclusão do seu curso?

- Extremamente importante
- Importante
- Pouco importante
- Nem um pouco importante

6. Qual sua idade?

- 18 a 20 anos
- 20 a 24 anos
- 25 a 29 anos
- 30 a 34 anos
- 35 ou mais anos

7. Qual o seu sexo?

- Masculino
- Feminino
- Não desejo informar

8. Você é nascido(a) em Ponta Porã? Se sim, em qual bairro reside? Se não, de qual cidade e estado você é natural?

9. Você se sente preparado para atuar na profissão que se formou no IFMS Campus Ponta Porã?

- Muito preparado
- Preparado
- Pouco preparado
- Não me sinto preparado

10. Qual sua situação de trabalho atualmente?

- Trabalho na área de formação.
- Trabalho, mas não atua na área de formação.
- Desempregado.
- Empreendedor (atua no próprio negócio)

11. Em qual área de atuação você desenvolve o seu trabalho?

- Comércio: Vendas de máquinas e equipamentos agrícolas
- Comércio: Vendas de insumos agropecuários
- Comércio: moveis em geral
- Comércio: roupas e calçados
- Indústria.
- Autônomo.
- Serviços (consultoria)
- Servidor publico
- Trabalha em Fazenda
- Pequena propriedade rural familiar
- Desempregado
- Outros

12. Há quanto tempo atua na profissão? (Para quem atua na área de formação)

- Menos de 1 ano
- De 1 a 3 anos
- De 4 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

13. Você possui formação complementar/continuada?

- Graduação
- Especialização/ MBA: cursando
- Especialização/ MBA
- Mestrado: cursando
- Mestrado
- Doutorado: cursando
- Doutorado
- Não possui

14. Você pretende continuar estudando?

- Graduação
- Especialização/ MBA
- Mestrado
- Doutorado
- Outro:

15. Você já trabalhava na área de formação antes de concluir o curso?

- Sim
- Não

16. Renda mensal antes da formação?

- 1/2 salário mínimo.
- 1 a 2 salários mínimos.
- 3 a 4 salários mínimos.
- 5 a 7 salários mínimos.
- 8 a 10 salários mínimos.
- Mais de 10 salários mínimos.

17. Renda mensal atual?

- 1/2 salário mínimo.
- 1 a 2 salários mínimos.
- 3 a 4 salários mínimos.
- 5 a 7 salários mínimos.
- 8 a 10 salários mínimos.
- Mais de 10 salários mínimos.

18. Dificuldades no exercício da profissão?

- Recessão econômica no país.
- Insegurança.
- Pouca experiência.
- Não há dificuldades.
- Outro:

19. A formação no IFMS atendeu suas expectativas?

- Não atendeu
- Atendeu parcialmente
- Atendeu
- Superou a expectativa

20. Você atribui a realização de algum sonho a formação recebida no IFMS Campus Ponta Porã?
- Uma viagem
 - Compra da casa própria
 - Comprar automóvel
 - Fazer algum curso de especialização
 - Aquisição de outro bem
 - Não se aplica
21. Se não fosse o IFMS você teria outra oportunidade de ter uma formação profissional?
- Sim
 - Não
22. Você percebeu alguma dificuldade ou facilidade em conseguir trabalho depois da formação?
23. Se tivesse oportunidade faria outro curso no IFMS Campus Ponta Porã? Qual curso?
24. Você recomendaria o IFMS para seus amigos ou familiares estudarem?
25. Você teve alguma dificuldade de estudar no IFMS Campus Ponta Porã? Se sim qual foi?
26. Se você pudesse, o que mudaria no IFMS Campus Ponta Porã?
27. A infraestrutura do Campus atende a sua área de formação?

APÊNDICE B - Questionário Servidores do IFMS - Campus Ponta Porã

Questionário de cunho acadêmico cujo objetivo é a coleta de informações dos servidores do IFMS *Campus* Ponta Porã, que serão utilizadas na Pesquisa de Mestrado do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - UEMS Ponta Porã. O Projeto foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, parecer nº4.563.493, e conta também com autorização no âmbito do IFMS pela Decisão RTRIA 370/2019 - RT/IFMS. Título do trabalho: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Do Sul e Sua Contribuição para o Desenvolvimento Regional de Ponta Porã e Área de Abrangência. Diante do exposto, solicito gentilmente o preenchimento deste questionário que será de extrema importância neste estudo. O tempo estimado para preenchimento são de aproximadamente 10 minutos.

1. Confirmando que li o termo e estou de acordo em participar.
 - Sim
 - Não
2. Qual o seu sexo?
 - Masculino
 - Feminino
 - Não desejo informar
3. Qual sua região de origem?
 - Região Nordeste
 - Região Centro-Oeste
 - Região Sudeste
 - Região Sul
4. Se for do estado de Mato Grosso do Sul, diga qual sua cidade?
5. Antes de trabalhar no IFMS, onde você atuava?
 - Servidor público municipal
 - Servidor público estadual
 - Servidor público federal
 - Iniciativa privada
6. Qual seu vínculo institucional?
 - Servidor(a) efetivo
 - Servidor(a) temporário
7. Qual seu cargo?
 - Técnico Administrativo
 - Docente
 - Docente Temporário
8. Quando passou a trabalhar no IFMS, sua renda?
 - Aumentou
 - Permaneceu a mesma
 - Diminuiu

9. Qual seu grau de formação?

- Ensino médio
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

10. Há quanto tempo você trabalha no IFMS Campus Ponta Porã?

- Menos de 1 ano
- De 1 a 2 anos
- De 3 a 4 anos
- De 5 a 6 anos
- De 7 a 8 anos
- De 9 a 10 anos

11. Em qual município você reside atualmente?

- Em Ponta Porã
- Em Dourados
- Em Campo Grande
- Em Amambaí
- Em outro município

12. Em relação à sua moradia, ela é?

- Própria
- Alugada
- Outros

13. Qual a situação de ocupação da sua moradia?

- Mora sozinho
- Mora com familiares
- Divide casa com amigos

14. Qual a distância da sua residência e o IFMS Campus Ponta Porã?

- Entre 1km e 5km
- Entre 5k e 10km
- Entre 10km e 15km
- Entre 15km e 20km
- Ente 20km e 25km
- Entre 25km e 30km
- Entre 30km e 35km
- Acima de 35km

15. Você costuma fazer compras no comércio do município de Ponta Porã?

- Sim
- Não

16. Normalmente seus gastos costumam ser em quais locais em Ponta Porã?

- Supermercado
- Posto de combustível
- Farmácia
- Restaurante
- Lanchonete

- Loja de Material de construção
- Loja de roupa
- Loja de calçado
- Loja de móveis

17. Qual sua média de gastos no município de Ponta Porã?

- Menos de R\$ 1.000,00
- Entre R\$ 100,00 e R\$ 500,00
- Entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00
- Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00
- Acima de R\$ 1.500,00

18. Na sua opinião, a localização do IFMS Campus Ponta Porã pode ser considerada?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

19. Na sua opinião, a infraestrutura do IFMS Campus Ponta Porã pode ser considerada como?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

20. Trabalhando no IFMS Campus Ponta Porã, foi possível realizar algum sonho?

- Uma viagem
- Compra da casa própria
- Compra de automóvel
- Realização de algum curso de especialização
- Aquisição de outro bem ou realização de outro sonho
- Ainda não foi possível realizar nenhum sonho

21. Na sua opinião, qual a maior dificuldade para trabalhar no IFMS Campus Ponta Porã?

22. Levando em consideração a singularidade da instituição, bem como as singularidades regionais, na sua opinião, a instituição atende ao perfil profissional exigido pelo mundo do trabalho?

23. Na sua opinião, de que maneira o IFMS Campus Ponta Porã pode contribuir com o desenvolvimento regional?

APÊNDICE C - Questionário Colaboradores Terceirizados do IFMS - Campus Ponta Porã

Questionário de cunho acadêmico cujo objetivo é a coleta de informações dos colaboradores terceirizados que atuam no IFMS Campus Ponta Porã, que serão utilizadas na Pesquisa de Mestrado do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - UEMS Ponta Porã. Projeto aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, parecer de aprovação nº4.563.493, que tem como título: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Do Sul e Sua Contribuição para o Desenvolvimento Regional de Ponta Porã e Área de Abrangência. Diante do exposto, solicito gentilmente o preenchimento deste questionário que será de extrema importância neste estudo. O tempo estimado para preenchimento são de aproximadamente 10 minutos.

1. Confirmando que li o termo e estou de acordo em participar.

Sim

Não

2. Qual o seu sexo?

Masculino

Feminino

Não desejo informar

3. Qual sua idade?

18 a 20 anos

20 a 24 anos

25 a 29 anos

30 a 34 anos

35 ou mais anos

4. Qual sua formação?

Ensino fundamental incompleto

Ensino Fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

5. Em qual região do Município de Ponta Porã você reside?

6. Antes de trabalhar no IFMS Campus Ponta Porã, você trabalhava em qual atividade?

7. Prestando serviço para o IFMS Campus Ponta Porã, você teve aumento ou diminuição da sua renda?
8. Qual a distância que você percorre para chegar ao IFMS Campus Ponta Porã?
 - Entre 1km e 5km
 - Entre 5k e 10km
 - Entre 10km e 15km
 - Entre 15km e 20km
 - Ente 20km e 25km
 - Entre 25km e 30km
 - Entre 30km e 35km
 - Acima de 35km
9. Qual sua opinião sobre a construção do IFMS Campus Ponta Porã no Distrito de Sanga Puitã?
10. Você tem familiar que estuda no IFMS? Você indicaria o IFMS para seus amigos ou familiares estudarem?
11. A instalação do IFMS em Ponta Porã de alguma forma melhorou sua condição de vida?
12. Trabalhando no IFMS foi possível realizar algum sonho?
 - Uma viagem
 - Compra da casa própria
 - Compra de automóvel
 - Realização de algum curso de especialização
 - Aquisição de outro bem ou realização de outro sonho
 - Ainda não foi possível realizar nenhum sonho

APÊNDICE D - Visão das empresas sobre os egressos do IFMS - Campus Ponta Porã

Questionário de cunho acadêmico cujo objetivo é a coleta de informações das empresas que têm ou tiveram egressos do IFMS Campus Ponta Porã, no seu quadro de colaboradores, estas informações serão utilizadas na Pesquisa de Mestrado do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - UEMS Ponta Porã. O Projeto foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, parecer nº4.563.493, e conta também com autorização no âmbito do IFMS pela Decisão RTRIA 370/2019 - RT/IFMS. Título do trabalho: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Do Sul e Sua Contribuição para o Desenvolvimento Regional de Ponta Porã e Área de Abrangência. Diante do exposto, solicito gentilmente o preenchimento deste questionário que será de extrema importância neste estudo. O tempo estimado para preenchimento são de aproximadamente 10 minutos

1. Confirmando que li o termo e estou de acordo em participar.
 Sim
 Não
2. Sua empresa conta ou já contou com algum colaborador formado no IFMS Campus Ponta Porã?
3. Na sua opinião, os egressos do IFMS Campus Ponta Porã atendem as expectativas da sua empresa na área em que atuam?
4. Na sua opinião, o IFMS Campus Ponta Porã de alguma forma melhorou ou pode melhorar a oferta de mão de obra qualificada para sua empresa?
5. Na sua opinião, sua empresa teria algum tipo de dificuldade em encontrar profissional qualificado se não fosse o IFMS Campus Ponta Porã?
6. Na sua opinião, os cursos ofertados pelo IFMS Campus Ponta Porã (Técnico em Informática e Agricultura, Bacharelado em Agronomia, Tecnólogo em Gestão do Agronegócio) contemplam à demanda do mercado regional?
7. A sua empresa tem alguma sugestão de curso para que o IFMS Campus Ponta Porã possa ofertar?
8. Qual a visão que sua empresa tem do Instituto Federal Campus Ponta Porã?

APÊNDICE E - Questionário para a equipe de gestão do IFMS - Campus Ponta Porã

Questionário de cunho acadêmico cujo objetivo é a coleta de informações sobre a percepção da gestão do IFMS Campus Ponta Porã, em relação a contribuição do Campus para o desenvolvimento regional do município de Ponta Porã e área de abrangência, estas informações serão utilizadas na Pesquisa de Mestrado do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - UEMS Ponta Porã. O Projeto foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, parecer nº4.563.493, e conta também com autorização no âmbito do IFMS pela Decisão RTRIA 370/2019 - RT/IFMS. Título do trabalho: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Do Sul e Sua Contribuição para o Desenvolvimento Regional de Ponta Porã e Área de Abrangência. Diante do exposto, solicito gentilmente o preenchimento deste questionário que será de extrema importância neste estudo. O tempo estimado para preenchimento são de aproximadamente 10 minutos.

1. Confirmando que li o termo e estou de acordo em participar.
 Sim
 Não
2. Considerando que o nosso Campus é agrícola e que temos arranjos produtivos locais na região, com forte ligação com o agronegócio. Na sua opinião, o IFMS Campus Ponta Porã atua em sintonia com os Arranjos Produtivos Locais? De qual forma?
3. Na sua opinião, de qual forma o IFMS Campus Ponta Porã contribui para promoção do desenvolvimento regional?
4. Sabereria dizer se o IFMS desenvolve ações de parcerias com os municípios da área de abrangência do Campus Ponta Porã (Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru)? Se sim, pode dizer em qual município e qual o tipo de parceria
5. Dos municípios da área de abrangência do IFMS Campus Ponta Porã, saberia dizer se tem algum deles que o Campus ainda não desenvolveu atividades ou parcerias?